



Mercedes Marcilese

Aquisição de complementos pronominais acusativos: um estudo experimental contrastivo entre o Português Brasileiro e o Espanhol Rio-Platense

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras do Departamento de Letras da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Letícia Maria Sicuro Corrêa
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Marina Rosa Ana Augusto

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Mercedes Marcilese

Aquisição de complementos pronominais acusativos: um estudo experimental contrastivo entre o Português Brasileiro e o Espanhol Rio-Platense

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo programa de Pós-graduação em Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof.^a Dr.^a. Leticia Maria Sicuro Corrêa
Orientadora
Departamento de Letras – PUC/RJ

Prof.^a Dr.^a. Marina Rosa Ana Augusto
Co-orientadora
Pesquisador Visitante/FAPERJ

Prof.^a Dr.^a. Mirta Groppi
USP-SP

Prof.^a Dr.^a. Maria Cristina Name
UFJF

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Coordenador Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro 2007.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Mercedes Marcilese

Graduou-se no Bacharelado em Letras pela Universidad Nacional del Litoral (Argentina) em 2004. Obteve título de Licenciada em Letras pela mesma instituição em 2005. Concluiu, em 2007 o Mestrado em Letras (área de concentração: Estudos da Linguagem) na PUC-Rio. Atua no Grupo de Pesquisa do LAPAL – Laboratório de Psicolinguística e Aquisição da Linguagem, vinculado ao Departamento de Letras – PUC-Rio. Áreas de interesse: Psicolinguística, Aquisição da Linguagem, Lingüística Teórica, Sintaxe Gerativa.

Ficha Catalográfica

Marcilese, Mercedes

Aquisição de complementos pronominais acusativos: um estudo experimental contrastivo entre o português brasileiro e o espanhol rio-platense / Mercedes Marcilese ; orientadora: Letícia Maria Sicuro Corrêa; co-orientadora: Marina Rosa Ana Augusto. – 2007.

155 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Letras)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Aquisição da linguagem. 3. Complementos pronominais acusativos. 4. Português brasileiro. 5. Espanhol rio-platense. 6. Relações de interface. I. Corrêa, Letícia Maria Sicuro. II. Augusto, Marina Rosa Ana. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. IV. Título.

CDD: 400

Por orden de aparición en mi vida:

A Néstor y Andrés

Agradecimentos

Às minhas orientadoras, Letícia Sicuro Corrêa e Marina Augusto, pela seriedade, o rigor científico, a generosidade na hora de compartilhar conhecimento e, não menos importante, o carinho. A Letícia especialmente pelo entusiasmo incansável e por transmitir o seu contagiado espírito “megalômano”. A Marina, pela paciência infinita e pela sua capacidade de iluminar sempre os pontos mais obscuros. Juntas formam um dueto difícil de ser superado.

A Maíra e Marina Vidal por emprestar as suas vozes ao Dedé/Pepe, o boneco dos meus experimentos. E as minhas “ajudantes” em ambos os lados da fronteira: Marina, Tatiana, Fernanda, Jimena e Anita.

Às creches *La Ronda* (em Santa Fe, Argentina) e *Criativa* (no Rio de Janeiro) pela disponibilidade e interesse demonstrados, e pela inestimável disponibilização do espaço para a realização de experimentos.

Às crianças e adultos que participaram das atividades experimentais, sem os quais esta dissertação não teria sido possível.

A mi familia que, desde la distancia, siempre está presente. Especialmente, a Renata (mi mamá) y a mis sobrinos que también fueron colaboradores y conejitos de indias en esta investigación.

A todos os colegas do LAPAL, pelos comentários, discussões, apoio e amizade.

A Banca Examinadora cujos valiosos comentários foram incorporados a versão final desta dissertação.

À Capes e Faperj, pelo financiamento fornecido.

Resumo

Marcilese, Mercedes; Corrêa, Letícia M. Sicuro (Orientadora); Augusto, Marina Rosa Ana (Co-orientadora). Aquisição de complementos pronominais acusativos: um estudo experimental contrastivo entre o Português Brasileiro e o Espanhol Rio-platense. Rio de Janeiro, 2007. 155 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este estudo diz respeito à aquisição dos complementos pronominais acusativos de terceira pessoa no Português Brasileiro (PB) e no Espanhol Rio-Platense (ER). A dissertação fundamenta-se numa proposta teórica que visa a uma articulação entre teoria lingüística e teorias de processamento no tratamento da Aquisição da Linguagem. A hipótese de trabalho que orientou esta pesquisa é a de que a informação advinda da interface fônica da língua com sistemas de desempenho é processada de forma diferenciada entre as línguas em função das distinções entre os sistemas pronominais. Considera-se que, uma vez que a criança represente complementos pronominais no léxico como um feixe de traços- ϕ , não haverá distinção entre línguas no que concerne à interpretação semântica e identificação do referente. São relatados dois experimentos. O primeiro faz uso da técnica de escuta preferencial com o objetivo de verificar a sensibilidade de crianças de 12-22 meses adquirindo ER à forma fônica dos clíticos acusativos. O segundo é um estudo contrastivo entre PB e ER que faz uso da técnica de identificação de objetos, com vistas a verificar se crianças de 2 e de 4 anos distinguem o sistema pronominal de sua língua e interpretam informação relativa a gênero/número na identificação do referente de complementos pronominais. Os resultados sugerem que crianças de 18 meses são sensíveis à forma dos clíticos no ER e que crianças de 2 anos são capazes de distinguir os complementos da sua própria língua, ainda que o processamento da referência pronominal apresente dificuldade mesmo aos 4 anos de idade.

Palavras-chave

Aquisição da linguagem; complementos pronominais acusativos; Português Brasileiro; Espanhol Rio-Platense; relações de interface.

Abstract

Marcilese, Mercedes; Corrêa, Letícia M. Sicuro (Advisor); Augusto, Marina Rosa Ana (Co-advisor). The acquisition of accusative pronominal complements: a cross-language experimental of Brazilian Portuguese and Rio de la Plata Spanish. Rio de Janeiro, 2007. 155 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study is about the acquisition of accusative pronominal complements of third person in Brazilian Portuguese (BP) and Rio-Platense Spanish (RS). The dissertation is based in a theoretical proposal that aims for articulation between linguistic theory and processing theory in the study of Language Acquisition. The working hypothesis in this research is that the information coming from the phonic interface between language and performance systems is processed differently in each language, depending on their respective pronominal systems. We also assume that, once a children represents pronominal complements in his lexic as a set of *phi*-features, there is no distinction between the two languages regarding semantic interpretation and identification of the referent. We relate two experiments. The first one uses the headturn preference procedure, aiming to verify the sensibility of 12-22 months old children acquiring RS to the phonic form of accusative clitics. The second is a contrastive study of BP and RS, using the technique of object identification from stimulus sentences, aiming to measure the ability of 2-4 years old children to distinguish the pronominal system of their language and interpret information relating gender and number in the identification of the referent of pronominal complements. The results suggest that children around 18 months are sensitive to the form of clitics in RS, and 2 years old children are able to distinguish the complements of their own language, although processing the pronominal reference presents difficulties even at age 4. The results are consistent with the hipotesis of this dissertation.

Keywords

Language acquisition; accusative pronominal complements; Brazilian Portuguese; Rio de la Plata Spanish; PF/LF interfaces.

Sumário

SUMÁRIO	8
1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Qual a relevância do sistema pronominal para uma teoria da aquisição da linguagem? Por que os complementos pronominais?	15
1.2. Hipótese de trabalho	17
1.3. Objetivos	18
1.4. Justificativa da proposta	19
1.5. Organização do trabalho	20
2. ARGUMENTAÇÃO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	22
2.1. Modelo de língua assumido	22
2.2. O problema da aquisição da linguagem: abordagem teórica	25
3. ANÁLISE CONTRASTIVA DOS SISTEMAS PRONOMINAIS NO PB E NO ER	30
3.1. Sujeitos pronominais no ER e no PB	31
3.2. Objetos pronominais no ES	39
3.2.1. Os pronomes clíticos	39
3.2.2. Objetos nulos no ES	51
3.3. Objetos pronominais no PB	55
3.3.1. Clíticos no PB	56
3.3.2. Objetos nulos no PB	58
3.4. Complementos pronominais anafóricos de 3ª pessoa: diferenças entre o PB e o ER	59
3.5. Síntese	61
4. COMPLEMENTOS PRONOMINAIS: OS CLÍTICOS	63
4.1. Que são os clíticos?	63
4.2. Clíticos pronominais na teoria lingüística	65
4.2.1. Clíticos como Ds	66
4.2.2. Clíticos como elementos distintos de D	74
4.2.3. Outras caracterizações: parâmetros de colocação	78
4.3. Síntese	79
5. AQUISIÇÃO DE COMPLEMENTOS PRONOMINAIS	82
5.1. Aquisição de complementos pronominais em diferentes línguas	83
5.2. Aquisição de complementos pronominais no Português	84
5.2.1. Animacidade e aquisição de complementos pronominais no PB	84
5.2.2. Pronomes resumptivos no PB	86
5.2.3. Aquisição dos reflexivos no PB	90
5.3. Aquisição de complementos pronominais no ES	91
5.3.1. Produção de clíticos pronominais na aquisição de EE	91
5.3.2. Omissão de objetos na aquisição do EE	94
5.3.3. Aquisição de clíticos no ES: estudos experimentais	95
5.4. Discussão das questões levantadas na literatura	98
5.5. Síntese	98
6. METODOLOGIA	101
6.1. Paradigma da Escuta Preferencial	101
6.2. O Paradigma da Identificação de objetos	104
6.3. Formas de análise dos resultados	105

7. EXPERIMENTOS	106
7.1. Experimento 1: Percepção de complementos pronominais no ER	106
7.1.1. Método	108
7.1.2. Resultados e discussão	112
7.1.3. Conclusões	113
7.2. Experimento 2: Compreensão de complementos pronominais acusativos no PB e no ER	114
7.2.1. Método	116
7.2.2. Resultados e discussão	118
7.2.3. Conclusões	137
7.3. Assimetrias entre produção e compreensão na aquisição	138
8. CONCLUSÕES	141
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
10. APÊNDICE – ESTÍMULOS EXPERIMENTAIS	151

Lista abreviaturas

ACUS = Acusativo

CL= Clítico

D = Determinante

DAT = Dativo

DP = Determiner Phrase (Sintagma Determinante)

ER = Espanhol Rio-platense

ES = Espanhol *Standard*

FEM = Feminino

INF = Infinitivo

LF = Logical Form (Forma Lógica)

MASC = Masculino

NP = Nominal Phrase (Sintagma Nominal)

OD = Objeto Direto

OI = Objeto Indireto

ON = Objeto Nulo

PASS = Passado

PB = Português Brasileiro

PE = Português Europeu

PF = Phonetic Form (Forma Fonética)

PL = Plural

PM = Programa Minimalista

PP= Prepositional Phrase (Sintagma Preposicional)

PR = Pronome

PRES = Presente

PREP = Preposição

SC= Sistema Computacional

SG = Singular

Lista de figuras e tabelas

Figura 1: Sistema computacional	23
Figura 2: Esquema do Baby Lab “Móvel”	109
Tabela 1: Pronomes pessoais tônicos no ES e no ER	32
Tabela 2: Paradigma dos pronomes nominativos no PB	36
Tabela 3: Clíticos pronominais no ES	40
Tabela 4: Pronomes pessoais átonos ou clíticos no ES e no ER	40
Tabela 5: Hierarquia de referencialidade (Cyrino, Duarte & Kato, 2000)	58
Tabela 6 : Listas de estímulos	112
Tabela 7: Tempo médio de escuta por condição e por criança	113

Lista de gráficos

Gráfico 1: Média de respostas-alvo em função de língua	119
Gráfico 2: Média de respostas-alvo em função de idade	119
Gráfico 3: Média de respostas-alvo em função de língua e idade	120
Gráfico 4: Média de respostas-alvo em função de número	121
Gráfico 5: Média de respostas-alvo em função de gênero	121
Gráfico 6: Média de respostas-alvo em função de tipo de complemento e língua	122
Gráfico 7: Média de respostas-alvo em função de número e língua	123
Gráfico 8: Média de respostas-alvo em função de número e idade	124
Gráfico 9: Média de respostas-alvo em função de gênero e língua	124
Gráfico 10: Média de respostas-alvo em função de tipo, número e gênero	125
Gráfico 11: Média de respostas-alvo em função de número, língua e idade	126
Gráfico 12: Média de escolhas do distrator em função de idade	127
Gráfico 13: Média de escolhas do distrator em função de língua e idade	128
Gráfico 14: Média de escolhas do distrator em função de tipo de complemento	128
Gráfico 15: Média de escolhas do distrator em função de gênero e língua	129
Gráfico 16: Média de escolhas do distrator em função de número, gênero, língua e idade	130
Gráfico 17: Média de respostas-alvo em função de tipo de complemento (Grupo de controle/GC)	131
Gráfico 18: Média de respostas-alvo em função de tipo de complemento e número (GC)	131
Gráfico 19: Média de respostas-alvo em função de gênero (GC)	132
Gráfico 20: Média de respostas-alvo em função de gênero e língua (GC)	133
Gráfico 21: Média de respostas-alvo em função de tipo de complemento e gênero GC)	134

Gráfico 22: Média de respostas-alvo em função de tipo de complemento, número e língua (GC)	135
Gráfico 23: Média de respostas-alvo em função de tipo de complemento, gênero e língua (GC)	136
Gráfico 24: Média de respostas-alvo em função de número (GC)	137

1

Introdução

Nesta dissertação, o problema da aquisição do sistema pronominal, no que concerne aos complementos acusativos de terceira pessoa, é investigado em função de um contraste entre o sistema pronominal do Português Brasileiro (doravante PB) e do Espanhol Rio-platense (ER). Este estudo consiste em uma primeira caracterização –realizada com base em uma metodologia experimental– das habilidades de processamento no que tange aos mencionados complementos pronominais nas etapas iniciais de aquisição (a partir dos 12 meses de idade) em ambas as línguas pesquisadas. Mais precisamente, objetiva-se focalizar as habilidades relativas à percepção e à compreensão.

A questão da aquisição é central no estudo da cognição humana. Os estudos em Aquisição da Linguagem (AL) têm por objetivo explicar de que forma as crianças partem de um estado inicial no qual não possuem nenhum meio de expressão verbal e, sem passar por uma aprendizagem formal, incorporam a língua da comunidade na qual estão imersas. O problema fundamental em uma teoria da aquisição é dar conta de como esse processo transcorre e o que o viabiliza. Determinar qual seria a tarefa da criança durante o processo de aquisição constitui um possível ponto de partida para a investigação desse problema.

Este trabalho se inscreve na linha de pesquisa do LAPAL (Laboratório de Psicolinguística e Aquisição da Linguagem - PUC/Rio), que busca prover uma abordagem integrada entre teoria lingüística e teorias de processamento lingüístico no estudo da aquisição da linguagem normal e patológica. Portanto, a perspectiva teórica assumida nesta dissertação parte da conciliação entre perspectivas para o processo de aquisição da linguagem desenvolvidas no âmbito da Psicolinguística e abordagens orientadas pela Teoria Lingüística, especificamente, o quadro definido pelo Programa Minimalista (doravante PM; Chomsky, 1999, 2000). A teoria de aquisição na qual o presente trabalho se inscreve propõe que a criança identifica as propriedades específicas da língua em aquisição processando, num primeiro momento, o sinal de fala à sua volta. Distinções de ordem semântica e pertinentes à referência seriam adquiridas pela criança com base no pressuposto de que as formas fônicas identificadas no fluxo da fala são semanticamente interpretáveis e, especialmente, de que a fala implica referência a entidades e eventos (Waxman,

2006). A criança atribuiria elementos do léxico a categorias gramaticais, com base em padrões recorrentes no som da fala e, posteriormente no significado passível de ser inferido da relação entre enunciados e eventos.

No modelo de língua assumido considera-se um léxico, caracterizado por propriedades semânticas, fonológicas e formais (gramaticais), que alimenta um sistema computacional (doravante, SC), dotado de operações: *Select*, *Merge*, *Agree* e *Move*. Parte-se do pressuposto de que o SC lingüístico universal é posto em operação à medida que padrões sistemáticos correspondentes às unidades de natureza sintática (elementos de categorias funcionais) e classes abertas (correspondentes a categorias lexicais) são identificados pela criança no fluxo da fala. No contexto do PM, a tarefa da criança ao adquirir uma língua é identificar os traços formais da língua em questão. Uma teoria psicolingüística da aquisição da linguagem deve explicar como se dá essa identificação diante do material lingüístico que se apresenta à criança.

A literatura em aquisição da linguagem informa que elementos funcionais são identificados como classe, em função de suas propriedades fônicas e distribucionais, por volta do final do primeiro ano de vida (Corrêa, 2006b). Nesse sentido, os elementos da categoria funcional D (Determinante) assumem um papel particularmente relevante tanto no processamento do material lingüístico quanto na identificação das propriedades formais da língua. Pronomes, entendidos como Ds (Postal, 1966; Raposo, 1998, 2000; Uriagereka, 1995; Corver & Delfitto 1993; dentre outros) assumem ainda relevância especial, visto que atuam no estabelecimento da referência. Os pronominais clíticos em particular pressupõem a retomada anafórica de elementos já introduzidos na sentença ou no discurso.

1.1

Qual a relevância do sistema pronominal para uma teoria da aquisição da linguagem? Por que os complementos pronominais?

A capacidade de estabelecer relações anafóricas é uma característica essencial do processamento lingüístico humano de sentenças. Elementos pronominais são fundamentais no estabelecimento dessas relações.

Nesta dissertação busca-se caracterizar os processos envolvidos tanto na percepção quanto na compreensão dos complementos pronominais, com especial

atenção para as relações de co-referência estabelecidas a partir desses complementos pronominais durante a aquisição nas duas línguas contrastadas.

Como já foi adiantado, este estudo restringe-se aos complementos pronominais acusativos de terceira pessoa que são realizados de forma diferenciada em ambas as línguas pesquisadas. No ER, os complementos pronominais são clíticos, cujas propriedades fônicas são informativas quanto à distribuição (posição), tipo de elementos que podem hospedá-los e possibilidade de movimento para posições mais altas na árvore sintática (*clitic climbing*). No PB, os clíticos de 3ª pessoa têm uso restrito na língua oral e parecem ter perdido seu traço intrínseco acusativo (Raposo, 1998), fato que acarretaria a sua substituição pela forma do pronome tônico (morfologicamente nominativo) de 3ª pessoa e, em alguns contextos, a possibilidade de objeto nulo. A ausência da marca de caso no complemento pronominal acusativo poderia, eventualmente, criar ambigüidade no estabelecimento da referência.

Ao adquirir sua língua materna, a criança tem de descobrir quais são as propriedades vinculadas ao processamento da referência que mostram-se pertinentes para a gramática dessa língua em função de informação expressa nas interfaces. Nesse sentido, as categorias funcionais desempenham um duplo papel: por um lado fornecem um esqueleto sintático para expressões lingüísticas e, por outro introduzem informação pertinente à referência proveniente das intenções de fala do falante e do contexto de enunciação no qual a fala se desenvolve.

Se assumirmos que os pronomes fazem parte da categoria funcional D, então podemos caracterizar esses elementos como um feixe de traços- ϕ (gênero, número e pessoa) por meio do qual uma relação de co-referência se estabelece. Desse modo, assume-se que a aquisição de complementos pronominais requer tanto a identificação desses elementos com posição fixa na interface fônica quanto o uso de informação obtida via interface semântica. Cumpre destacar que, a consecução do primeiro dos requerimentos mencionados (identificação dos complementos na interface fônica), não necessariamente implica a consecução do segundo. Isto é, numa primeira fase de aquisição, a criança poderia interpretar esses elementos como sendo meros “preenchedores” de posições argumentais sem que, contudo, fosse efetivamente estabelecida uma relação de co-referência entre complemento e antecedente veiculada via interpretação semântica.

Sistemas pronominais apresentam propriedades pertinentes à sintaxe que respondem a determinadas demandas das interfaces do sistema da língua com sistemas de desempenho. As interfaces entre sintaxe/morfologia, sintaxe/fonologia-prosódia e sintaxe/semântica são pontos que ainda precisam ser teoricamente explorados.

A teoria de checagem/valoração de traços de Chomsky (1995, 1999, 2000) é incorporada em nossa análise. Nessa perspectiva, a necessidade de valoração dos traços formais não-interpretáveis seria responsável por disparar a operação *Agree* (Concordância). Outro pressuposto teórico importante assumido é que todo argumento constitui um Sintagma Determinante (DP) (Raposo, 1998; Uriagereka, 1995, entre outros). Essa afirmação implica necessariamente que todo argumento seja encabeçado por um D que pode ou não estar foneticamente realizado e, nesse sentido, os pronomes podem ser considerados como D ou como parte de um elemento D complexo¹.

A nossa pesquisa visa a determinar quando e como a criança começa a identificar esses complementos pronominais, tanto do ponto de vista da percepção e compreensão quanto da produção –tendo como base os dados levantados na literatura–, considerando que o desenvolvimento dessas habilidades não é necessariamente simultâneo nem paralelo.

1.2

Hipótese de trabalho

A hipótese de trabalho que orienta esta dissertação é de que a criança incorpora os complementos pronominais acusativos com base no processamento de informação advinda das interfaces entre a língua e os sistemas de desempenho. Esse processamento é, não obstante, realizado de forma diferenciada nas línguas pesquisadas. A criança que adquire o ER identifica os complementos pronominais a partir da interface fônica, sem que isso, contudo, acarrete sua representação imediata como um feixe de traços- ϕ . Por sua vez, a criança que adquire o PB tem de reconhecer as diferentes possibilidades de complemento pronominal em função da estrutura argumental do verbo e de processamento na interface semântica. Além

¹ É importante salientar que, tal como será explicado no Capítulo 4 desta dissertação, esse pressuposto não é unanimemente compartilhado.

disso, no PB, a criança lida com complementos pronominais lexicais, o que facilita a identificação dos traços interpretáveis de gênero e número nos mesmos.

Com base no processamento de informação de PF, prevê-se que, desde cedo, as crianças sejam capazes de distinguir as possíveis formas de complemento pronominal de sua língua. O processamento de relações pertinentes à interface semântica no que concerne ao processamento da co-referência entre o complemento pronominal e seu antecedente seria, não obstante, semelhante em ambas as línguas. Isto é, a partir do momento em que a criança representa os complementos pronominais como um conjunto de traços- ϕ (gênero e número) no léxico, não se devem esperar diferenças entre o PB e o ER no que concerne ao processamento da referência pronominal quando estritamente dependente de informação gramatical.

- Realizar uma revisão crítica da literatura teórica sobre o tratamento dos complementos pronominais –especialmente os clíticos pronominais– e ainda, a literatura relativa à aquisição desses elementos.

Em termos mais específicos, os objetivos propostos são os seguintes:

- Avaliar as habilidades de crianças a partir dos 12 meses de idade adquirindo ER, no que diz respeito à sensibilidade à forma fônica dos complementos pronominais acusativos de terceira pessoa;
- Avaliar as habilidades de crianças a partir dos dois anos de idade, no que concerne à capacidade de interpretação dos complementos pronominais acusativos de terceira pessoa, no PB e no ER;
- Verificar se crianças de dois anos são capazes de distinguir os complementos pronominais da sua própria língua.
- Verificar se animacidade é um fator relevante na interpretação dos complementos pronominais anafóricos no PB e no ER.
- Contrastar dados da produção – informados na literatura com base em coletas longitudinais - com dados relativos à compreensão, experimentalmente obtidos.

1.4

Justificativa da proposta

O presente estudo concentra-se na caracterização do processo de aquisição dos complementos pronominais por crianças falantes do PB e do ER considerando-se a possibilidade de esta caracterização ser estendida às demais línguas, portanto fazendo parte de uma teoria geral de aquisição. Justifica-se tendo em vista a quase inexistência de trabalhos sobre tal tema com dados do PB e o ER e, especialmente, pela completa ausência de trabalhos que não estejam baseados unicamente em dados de produção. O nosso trabalho fornece evidências experimentais de processos envolvidos tanto na percepção quanto na compreensão dos complementos pronominais.

No quadro Minimalista, a aquisição de uma língua, no que concerne à sintaxe, fica restrita às propriedades de traços formais de elementos funcionais. Os pronomes considerados como Ds (i.e. elementos funcionais) assumem um papel particularmente relevante tanto no processamento do material lingüístico quanto na identificação das propriedades formais da língua. A nossa pesquisa vem a contribuir para a compreensão dos fatores levados em conta na resolução da referência

pronominal no processamento de relações de interface entre a língua e sistemas intencionais.

No que diz respeito a nossa opção por desenvolver um estudo contrastando duas línguas, é importante salientar que, apesar das grandes semelhanças existentes entre o Português e o Espanhol, a realização dos seus respectivos sistemas pronominais constitui uma demonstração da natureza específica de cada uma dessas línguas. Por outra parte, não existe ainda consenso para o tratamento teórico dos clíticos pronominais. Sendo assim, dados provenientes da aquisição podem contribuir para iluminar algumas das principais controvérsias existentes, tais como a própria questão do estatuto categorial desses elementos.

Cumprir destacar ainda que a produção/compreensão de clíticos tem sido tomada como critério para o diagnóstico do Déficit Específico de Linguagem (DEL) em Francês. Em que medida esse critério poderia ser adotado no caso do ER³ é um ponto que poderia ser avaliado em estudos posteriores.

Por último, o nosso trabalho justifica-se tendo em vista que dados provenientes da aquisição de complementos pronominais (considerados como Ds) podem vir a questionar teorias que sugerem a não-existência de categorias funcionais na gramática inicial da criança, tal como sugerido, por exemplo, por Radford (1990:56), que propõe uma aquisição tardia das categorias funcionais.

1.5

Organização do trabalho

A dissertação estrutura-se da seguinte forma: no próximo capítulo (2– *Argumentação e pressupostos teóricos*) é delineado o quadro teórico no qual se insere o presente trabalho. O capítulo seguinte (3 – *Análise Contrastiva dos Sistemas Pronominais*) ocupa-se da descrição dos sistemas pronominais do ES e do PB. No capítulo 4 é analisada a literatura teórica sobre clíticos. A revisão bibliográfica das pesquisas em aquisição de complementos pronominais é realizada no capítulo 5 (*Aquisição de complementos pronominais*). No capítulo 6 (*Metodologia*) são caracterizados os diferentes procedimentos usados nos experimentos realizados no âmbito da dissertação, os quais são apresentados e discutidos no capítulo 7. Finalmente, os objetivos e questões fundamentais são

³ No caso do PB, a baixa produtividade dos clíticos na língua não justifica a sua adoção como critério para o diagnóstico do DEL.

retomados no último capítulo (8 – *Conclusão*), discutindo-se ainda possíveis futuros encaminhamentos para o tema tratado.

2

Argumentação e pressupostos teóricos

Neste capítulo, são explicitados os pressupostos teóricos nos quais se fundamenta a pesquisa aqui desenvolvida. O objetivo é delimitar um quadro teórico sob cuja perspectiva os resultados dos experimentos realizados nesta dissertação possam ser analisados e discutidos. Em primeiro lugar, caracterizamos o modelo formal de língua assumido. Num segundo momento, é explorada a articulação desse modelo com uma teoria da aquisição da linguagem.

2.1

Modelo de língua assumido

Na perspectiva do Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999, 2000) a inter-relação entre os sistemas cognitivos relacionados à linguagem tem ganhado uma expressiva relevância, sendo que essa relevância é derivada da própria arquitetura do sistema lingüístico, ou seja, das propriedades do sistema computacional da linguagem humana (Augusto, 2005). Neste modelo, assume-se como premissa básica que uma língua L fornece certo tipo de informação para os sistemas cognitivos com os quais faz interface. Esses sistemas cognitivos são: o sistema sensório-motor, ou articulatório-perceptual, e o sistema conceitual-intencional, ou sistemas de pensamento. O intercâmbio de informações entre a língua e esses sistemas se realiza através de dois níveis de representação lingüística. O nível de representação lingüística que faz interface com o sistema articulatório-perceptual é PF (*Phonetic Form*), ou seja, a interface fonológica; o nível que faz interface com o sistema conceitual-intencional é LF (*Logical Form*), isto é, a interface semântica. A informação disponível nos níveis de representação que fazem interface com os sistemas de desempenho deve ser *interpretável*, ou seja, legível nesses níveis. Neste sentido, considera-se que os sistemas de desempenho impõem restrições de legibilidade ao sistema computacional. Uma derivação sintática que contenha elementos não legíveis pelos sistemas de interface não converge.

Assume-se que dois princípios atuam na derivação lingüística: o *Princípio de Economia* (não especificamente lingüístico) e o *Princípio da Interpretabilidade Plena* nas interfaces da língua com sistemas de desempenho. A atuação do primeiro princípio minimiza os recursos necessários para a implementação de uma

computação, tanto de um ponto de vista estritamente formal (minimalismo metodológico), quanto por razões pertinentes à condução de operações computacionais em tempo real (minimalismo ontológico). A convergência de uma derivação gramatical para PF-LF é explicada em função do segundo princípio mencionado (*Princípio da Interpretabilidade Plena*), que se encarrega de garantir a possibilidade de expressões lingüísticas serem faladas, percebidas, analisadas e interpretadas semanticamente. Para que a expressão gerada a partir de uma derivação gramatical seja reconhecida como uma expressão lingüística, esta tem de ser passível de alguma realização física (som ou outro meio alternativo) assim como também, tem de ser passível de receber uma interpretação semântica (Corrêa, 2005).

Em artigos recentes (Hauser, Chomsky & Fitch, 2002; Fitch, Hauser & Chomsky, 2005) a caracterização do que é efetivamente sintático sofre uma drástica revisão. O sistema computacional propriamente dito é definido como FLN (*Faculty of Language in the narrow sense*) e o conjunto deste com os sistemas cognitivos com os quais faz interface como FLB (*Faculty of Language in the broad sense*).

A Faculdade da Linguagem no sentido estrito - FLN - incorpora o sistema computacional que é responsável pela construção de objetos sintáticos a partir de um arranjo de itens disponibilizados em uma *Numeração*. Sobre os itens da *Numeração* atuam as operações *Select*, *Merge*, *Agree/Move*. *Spell-Out* é o momento da derivação em que se separa a informação relevante a ser enviada a cada uma das interfaces: a fonética e a semântica.

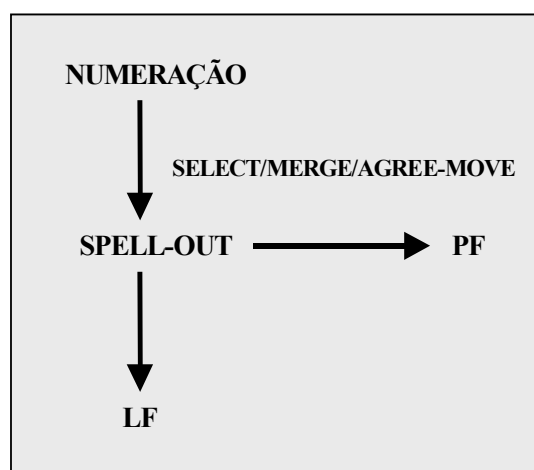


Fig. 1: Sistema computacional (Augusto, 2005).

O sistema é caracterizado pela *recursividade*⁴, que é alcançada pela atuação da operação *Merge*. Essa operação toma dois elementos, e os combina formando um objeto sintático mais complexo. Esse objeto, por sua vez, pode ser combinado com outro elemento e assim iterativamente. Logo, recursividade parece poder ser derivada da própria atuação da operação *Merge*. As restantes operações do sistema computacional, *Agree* e *Move*, são acionadas pela presença de determinados traços associados aos itens lexicais (Augusto, 2005).

Na perspectiva do PM, todas as distinções semânticas/pragmáticas provenientes da interação entre o sistema da língua e sistemas conceptuais/intencionais têm de ser passíveis de codificação na sintaxe.

As línguas variam com relação ao modo como propriedades do tipo definitude, especificidade e genericidade são expressas gramaticalmente (Corrêa, 2006b). No modelo teórico considerado, a codificação das propriedades relevantes para cada língua estaria contida no léxico. O léxico é concebido com um conjunto de *traços* de diferente natureza: semânticos, fonológicos e formais ou gramaticais. Durante a computação sintática, apenas os traços formais são levados em conta, visto que o sistema computacional somente é capaz de lidar com traços dessa natureza. Portanto, o sistema computacional pode ser visto como um sistema que opera sobre determinadas propriedades da gramática de uma língua que se encontram expressas (ou não) em seqüências fonéticas, às quais se associa determinada interpretação semântica e que desencadeiam o estabelecimento de determinadas relações sintáticas (Augusto, 2006). Assume-se (Chomsky, 1999) que os traços não-interpretáveis são traços sem valor especificado que devem ser valorados no decorrer da derivação sintática. O conjunto⁵ de traços não-interpretáveis, denominado *sonda*, procura um conjunto de traços similar - o *alvo* - para que a operação *Agree* seja disparada e os traços não-interpretáveis possam ser valorados e, conseqüentemente, eliminados para LF (onde não seriam *legíveis*). Contudo, essa valoração pode ainda produzir efeitos visíveis em PF.

⁴ Hauser, Chomsky & Fitch (2002, 2005) entendem a *recursividade* como sendo a única componente especificamente humana da faculdade da linguagem; contudo, essa componente não é definida como sendo especificamente lingüística.

⁵ Em determinados contextos pode se tratar de um único traço que dispara a concordância.

2.2

O problema da aquisição da linguagem: abordagem teórica

A perspectiva teórica adotada nesta dissertação busca conciliar um modelo de língua com um modelo de processamento (Corrêa, 2006a; Corrêa & Augusto, 2006, dentre outros). Nesse sentido, assume-se a hipótese do *bootstrapping* fonológico (Morgan & Demuth, 1996; Christophe, 2002, Gout & Christophe, 2006), segundo a qual, a análise fonológica do sinal da fala forneceria aos bebês certa informação sobre a estrutura sintática da língua, alavancando a aquisição do léxico e da sintaxe (numa perspectiva Minimalista, a fixação de parâmetros codificados como traços formais no léxico, a partir dos quais a sintaxe operaria). Parte-se do pressuposto de que, ao adquirir a sua língua materna, a criança extrai padrões regulares da interface fônica, os quais permitiriam que distinções regulares no âmbito das classes fechadas fossem representadas como gramaticalmente relevantes. A informação extraída será identificada assim como elementos de classe fechada, aos quais, posteriormente, será atribuído significado na interface semântica. Considera-se assim que a percepção de regularidades (padrões de natureza sintática, morfológica, fonológica e semântica) presentes principalmente nas categorias funcionais, permite a inicialização do programa biológico responsável pela identificação das categorias e relações gramaticais da língua em aquisição (Corrêa, 2006a).

Pesquisas que consideram a hipótese do *bootstrapping* fonológico inserem-se no campo da psicolinguística, em que é considerado o modo *como* a aquisição da linguagem se realiza, ou seja, a forma como o bebê percebe, compreende e produz enunciados gramaticalmente relevantes.

No quadro teórico fornecido pelo PM, o estado inicial da AL ficaria constituído por um sistema computacional universal e pela possibilidade de constituição de um léxico formado por elementos correspondentes a matrizes de traços semânticos, fonológicos e formais. Os traços fonológicos remetem às possibilidades de distinções de base física (articulatória, acústica) que a língua passa a dar valor. Esses traços são relevantes para a interface fônica. Já os traços semânticos constituem aspectos conceituais que resultam relevantes para a interface semântica. Por último, os traços formais são as propriedades originalmente semânticas (número, gênero, pessoa, tempo, etc.) ou relativas à expressão de relações sintáticas na interface fônica (caso, função sintática, EPP, ordem de

constituintes - posição de um elemento numa particular ordenação seqüencial-) que passaram a ser relevantes para a gramática. A característica que distingue esses traços é, como já foi dito, o fato de serem relevantes apenas para a computação sintática.

Os traços formais podem ser classificados quanto à interpretabilidade e quanto a sua natureza intrínseca ou opcional. Os traços interpretáveis podem ser intrínsecos (próprios da raiz), ou seja, aqueles que aparecem listados na entrada lexical; ou opcionais; isto é, aqueles que não estão vinculados à raiz, mas são definidos na constituição da numeração. Os traços categoriais (N, D, V, T) seriam do primeiro tipo, assim como o traço de gênero não-semântico nos nomes (Ex. o item *nariz* carrega um traço intrínseco de gênero, masculino no PB e feminino no ES). Por outra parte, os chamados traços- ϕ (gênero, número e pessoa) têm duas facetas: um traço interpretável na interface semântica e um traço de mesmo tipo não interpretável, mas apenas útil para estabelecimento de concordância. A computação sintática determina que um traço não interpretável “busque” seu correlato interpretável para receber um valor. Como consequência, pode haver uma manifestação morfológica desse processo de valoração com a realização de afixos flexionais no elemento que possuía o traço não interpretável.

Assumindo o quadro teórico acima definido, considera-se que a criança ao adquirir uma língua tem de identificar as propriedades que são relevantes para a gramática da sua língua em função do modo como esse tipo de informação é expresso nas interfaces. Como já foi observado, parte-se do pressuposto de que o sistema computacional é posto em operação à medida que unidades de natureza lexical e sintática (elementos de categorias funcionais) são identificadas inicialmente pela criança no fluxo da fala. É, portanto, processando informação proveniente da interface fônica e vinculando-a à situação de fala que as formas recorrentes são identificadas e posteriormente interpretadas a partir do pressuposto de que formas fônicas identificadas no fluxo da fala são semanticamente interpretáveis e de que a fala implica referência a entidades e eventos.

Como foi dito brevemente na Introdução deste estudo, a disponibilidade de categorias funcionais no período inicial da aquisição da linguagem tem sido alvo de controvérsia. As hipóteses nesse sentido dividem-se em dois grupos: continuistas e maturacionais. Com base no pressuposto da continuidade considera-se que as categorias funcionais estariam acessíveis no estado inicial da AL e que o

desenvolvimento diria respeito unicamente à fixação dos parâmetros (numa perspectiva Minimalista, esses parâmetros seriam fixados no léxico). Inicialmente, haveria certas restrições decorrentes de fatores não lingüísticos (memória, por exemplo) que afetariam o desempenho da criança.

A Hipótese Maturacional considera que a emergência das categorias funcionais seria dependente de um cronograma maturacional neurológico. Dessa maneira, os diferentes estágios do processo de aquisição apresentariam propriedades conflitantes com os princípios que regem a gramática do adulto, visto que informação relativa a essas categorias estaria ausente. Poeppel & Wexler (1991) propõem uma versão fraca da Hipótese Maturacional, segundo a qual as categorias funcionais estariam presentes na gramática inicial da criança, mas restrições internas à gramática impediriam seu pleno uso. Tais restrições seriam removidas em decorrência de maturação biológica (Hipótese da Competência Plena (*Full Competence Hypothesis*): Poeppel & Wexler, 1991). Nessa perspectiva, o número de categorias funcionais seria fixado universalmente, cabendo à criança identificar somente a distribuição dos traços gramaticais nessas categorias. Observam-se assim duas orientações para a perspectiva maturacional: uma com base em um programa maturacional e outra baseada em um ordenamento intrínseco à gramática.

Neste trabalho considera-se que a possibilidade de distinção entre classes fechadas e abertas, sendo as primeiras tomadas como funcionais, definindo domínios nominais e verbais é fundamental para o desencadeamento do sistema computacional lingüístico e *parsing* dos enunciados na aquisição da língua. Distinções semânticas no âmbito de categorias funcionais podem ser dependentes de processos de desenvolvimento nos domínios com os quais a língua faz interface (Corrêa 2006c; Augusto, 2003; 2006).

A literatura em aquisição da linguagem revela que elementos funcionais, os quais atuam de forma fundamental tanto na estruturação sintática de enunciados lingüísticos quanto na expressão lingüística da referência, são identificados desde muito cedo (ao final de primeiro ano de vida) como classe em função de suas propriedades fônicas e distribucionais (Corrêa, 2006b). Resultados experimentais sugerem que, já desde os primeiros dias de vida, bebês distinguem as propriedades acústicas de elementos funcionais e que, por volta dos 10 meses, são sensíveis a alterações no conjunto de itens funcionais apresentados em fala fluente (Corrêa,

2006b). Crianças de 14 meses de idade são sensíveis a alterações na forma fônica de determinantes (Name & Corrêa, 2003).

A interpretação semântica de informação relativa a categorias funcionais parece se estabelecer a partir do fim do segundo ano de vida, havendo, não obstante, diferenças relativas às propriedades e funções dos elementos funcionais em questão. Crianças em torno de 24 meses demonstram ser capazes de extrair informação relativa a número gramatical que lhes permite identificar o referente de um DP, na ausência de outra informação (Ferrari-Neto, 2003). É informado ainda, que aos 2 anos de idade, crianças em fase bastante inicial do processo de aquisição do PB parecem identificar a marcação morfofonológica relativa a gênero opcional como informação relevante não apenas para o processamento sintático, mas também para a constituição de categorias semânticas com implicações para a compreensão e para o estabelecimento da referência genérica (Augusto & Corrêa, 2006).

Ao adquirir sua língua materna, a criança ainda tem de descobrir quais são as propriedades relativas à referência que resultam pertinentes para a gramática dessa língua em função de informação expressa nas interfaces. Nesse sentido, as categorias funcionais desempenham um duplo papel: por um lado propiciam um esqueleto sintático para expressões lingüísticas e, por outro introduzem informação pertinente à referência proveniente das intenções de fala do falante e do contexto de enunciação no qual a fala se desenvolve (Corrêa, 2006b). Se assumirmos que os pronomes fazem parte da categoria funcional D (Uriagereka, 1995; Raposo, 1998, 2000, dentre outros), então podemos caracterizar esses elementos como um feixe de traços- ϕ por meio do qual uma relação de co-referência se estabelece. Dada essa caracterização, assume-se que a aquisição de complementos pronominais requer tanto a identificação desses elementos com posição fixa na interface fônica quanto o uso de informação obtida via interface semântica.

Esta dissertação visa a explorar o *como* se realiza a aquisição desses complementos no PB e no ER. Especificamente, busca-se determinar que tipo de informação é levada em conta pelas crianças adquirindo cada uma dessas línguas. Tomando por base o modelo de língua concebido no PM integrado ao modelo teórico para a aquisição da linguagem anteriormente exposto, busca-se fornecer um modelo procedimental da aquisição de complementos pronominais acusativos de terceira pessoa nas duas línguas pesquisadas.

No capítulo seguinte são analisados comparativamente os sistemas pronominais do PB e do ER com o intuito de caracterizar que parâmetros distinguiriam essas línguas no que concerne à realização dos complementos pronominais. Essa comparação tem por objetivo determinar que valores de quais parâmetros teriam de ser fixados diferencialmente de modo que a criança adquira os complementos em cada língua.

3

Análise contrastiva dos sistemas pronominais no PB e no ER

Este capítulo visa a oferecer uma caracterização geral dos sistemas pronominais do espanhol (ES)⁶ –particularmente no que refere à variedade falada no Rio de la Plata– e do PB. São contrastadas as diferenças e semelhanças na realização dos respectivos sistemas pronominais levando em conta os sujeitos e objetos pronominais, com especial atenção para os objetos diretos.

A literatura descreve uma série de mudanças sintáticas pelas quais estaria atravessando o PB, dentre as quais destaca-se a reorganização do sistema pronominal. Essa mudança tem como principais conseqüências uma crescente realização fonológica do pronome sujeito assim como também um progressivo aumento dos objetos nulos pronominais. Já o ES, no que diz respeito aos sujeitos pronominais, ainda mantém as propriedades que tradicionalmente caracterizam as línguas *pro-drop* e os objetos nulos aparecem apenas em alguns dialetos específicos e, ainda nesses casos, como uma opção que se desvia da norma padrão.

Como já foi adiantado na Introdução desta dissertação, o PB e o ER diferem quanto ao tipo de complemento pronominal acusativo de terceira pessoa aceito na língua: o PB admite clíticos –embora exiba um paradigma deficitário–, objetos nulos (doravante, ON) e pronomes plenos (tônicos/fracos, na tipologia de Cardinaletti & Starke (1994)⁷, de forma morfológicamente idêntica à dos pronomes nominativos); o ER aceita apenas clíticos.

Em primeiro lugar, dedicaremos certo espaço para o tratamento de questões relativas à realização dos sujeitos pronominais nas duas línguas embora esse ponto não constitua o foco do nosso trabalho. O desenvolvimento desse tema ganha relevância, contudo, no conjunto desta dissertação já que o PB admite o uso do pronome lexical (nominativo) como complemento acusativo. Essa particularidade do PB é abordada experimentalmente no capítulo 7 e, sendo o nosso trabalho um

⁶ Quando falarmos do Espanhol “*standard*” em geral, sem fazer distinção de qualquer dialeto, utilizaremos a abreviatura ES, enquanto que nos serviremos da sigla ER para nos referirmos especificamente à variedade falada no Rio de la Plata e EE para o Espanhol peninsular.

⁷ De acordo com Cardinaletti & Starke (1994), haveria três tipos de pronomes : forte, fraco e clítico, com domínios sintáticos distintos – CP, TopP e IP. Nesta perspectiva, as formas fracas seriam semanticamente dependentes.

estudo contrastivo, esse ponto é colocado em comparação com o ER. Por esse motivo, consideramos pertinente o tratamento do sistema pronominal sujeito neste estudo. Os pontos mais relevantes para esta dissertação são destacados ao longo da seguinte seção. Em segundo lugar, nos ocupamos especificamente dos objetos pronominais no ER e no PB.

3.1

	Espanhol Europeu	Espanhol Rio-Platense
Pronomes Sujeito		
1ª singular	Yo como	Yo como
2ª singular	Tú comes /Usted come *	Vos comés /Usted come
3ª singular	Él/Ella come	Él/Ella come
1ª plural	Nosotros comemos	Nosotros comemos
2ª plural	Vosotros coméis /Ustedes comen *	Ustedes comen
3ª plural	Ellos/as comen	Ellos/as comen
Pronomes Objeto		
1ª singular	(Prep) mí con migo	(Prep) mí con migo
2ª singular	(Prep) ti con tigo	(Prep) ti/vos con vos
3ª singular	Con sigo	con él / con usted
* Segunda pessoa gramatical/ terceira do discurso.		

Tabela 1: Pronomes pessoais tônicos no ES e no ER.

As línguas românicas têm desenvolvido formas que expressam gramaticalmente o tratamento [+/- formal]. No caso do ES, o pronome que indica respeito e cortesia procede da evolução do sintagma *vuestra merced*, que deu origem a diversas formas sobre as quais acabou por impor-se *usted* no século XVIII. A descrição anterior somente se aplica, contudo, à variedade peninsular do espanhol. Na grande maioria dos dialetos não existe a forma *vosotros*, mas utiliza-se *ustedes* tanto no registro formal quanto no informal. Além disso, em certas regiões de América –dentre as quais se encontra a zona do Rio de la Plata– utiliza-se a forma *vos* para a segunda pessoa do singular em vez de *tú*.

Com relação aos pronomes objeto da preposição *con*, eles são um resíduo da fossilização da anástrofe latina (MECUM, TECUM, SECUM). A série tônica dos pronomes objeto no ES sempre vai precedida por preposição. Esse fato vincula-se a outra característica do ES, qual seja, a aparição da preposição *a* diante dos objetos de pessoa:

(2)

a. Le di un empujón (= a la mesa/ a María).

Lhe-DAT 3ª SG dar- PASS 1ª SG um empurrão.

“Eu dei um empurrão”.

b. Le di un empujón a ella (= *a la mesa/ a Maria).

Lhe-DAT 3ª SG dar- PASS 1ª SG um empurrão a-PREP ela-3ª SG FEM.

“Eu dei um empurrão nela”.

Essa particularidade do ES (a marcação especial dos objetos de pessoa ou melhor, dos objetos +animados¹⁰) é abordada com maior detalhe neste mesmo capítulo. Cumpre destacar que, *animacidade* foi um fator levado em conta nos experimentos conduzidos (relatados no capítulo 7 desta dissertação). Especificamente, buscou-se verificar se *animacidade* é uma propriedade que afeta a compreensão dos complementos pronominais acusativos de terceira pessoa no PB e no ER.

Os pronomes *él/ella*, *ellos/ellas* apresentam a particularidade de que devem referir obrigatoriamente a pessoas, para não-humanos e inanimados é preferida a não utilização de pronome explícito. Esse ponto tem uma especial relevância visto que, no segundo dos experimentos conduzidos no âmbito desta dissertação, entre os estímulos experimentais foram incluídas sentenças com pronomes pessoais desempenhando a função de complementos acusativos

animada 6 ()] T J 2 . 5 8 4 8 - 9 1 3 2 1 T D 1 1 3 2 4 T w N p r o u 3 5 . a o . 6 (s) 3 0 . 2 (

“Ana discute muito (com ele/ com o seu pai)”.

b. Ana tiene auto pero no depende de él.

“Ana tem carro, mas não depende dele”.

O chamado Parâmetro do Sujeito Nulo ou Parâmetro *Pro-drop* (Perlmutter 1971, Jaeggli 1981, Chomsky 1981, entre outros), divide as línguas em dois grupos diferentes: por um lado aquelas que admitem sujeitos nulos e uma categoria vazia *pro* (como o Espanhol, o Italiano, o Turco e o Chinês); por outro, línguas como o inglês e o francês que não admitem esse tipo de sujeitos e exigem a presença de um pronome pleno. Do mesmo modo que um pronome pleno (foneticamente realizado), *pro* possui um conjunto de traços relativo a suas propriedades específicas (número, gênero, pessoa e Caso).

(4)

pro Llegan a las 7:00.

They arrive at 7:00.

“Chegam às 7:00”.

O ES é definido na literatura como uma língua tipicamente *pro-drop*. Sendo uma língua de sujeito nulo, o ES admite estruturas como em (5):

(5)

Trajo la torta para el cumpleaños.

“Trouxe o bolo para o aniversário”.

Em (5), a concordância sujeito-verbo é expressa pela própria desinência verbal. A sentença (5) é interpretada como contendo um sujeito “subentendido”, com uma interpretação equivalente ao pronome pessoal dêitico em posição de sujeito como em (6):

(6)

Él/Ella trajo la torta para el cumpleaños.

“Ele/Ela trouxe o bolo para o aniversário”.

Contudo, a possibilidade de omissão do sujeito não é a única propriedade que distingue línguas *pro-drop* como o ES de línguas não *pro-drop* (Haegeman, 1991). No ES, o sujeito pode ocupar a posição pós-verbal, opção que não está disponível no inglês:

(7)

Llamó tu esposa.

*Has telephoned your wife.

“Telefonou sua esposa”.

No ES o sujeito de uma encaixada pode ser movido à sentença principal através da conjunção *que*; no inglês isso não é possível:

(8)

a. ¿Quién pensás **que** había llamado?

b. *Who do you think **that** has telephoned?

c. Who do you think has telephoned?

Não existe no ES qualquer pronome não referencial que ocupe a posição de sujeito nas sentenças com verbos impessoais, como acontece em línguas tais como o inglês e o francês. Nesses casos é obrigatória a omissão do pronome. Enquanto no ES o sujeito de verbos como *lover* é necessariamente omitido, nas línguas não *pro-drop* esses sujeitos são realizados por um pronome expletivo pleno.

No ES o pronome é obrigatório quando o sujeito é foco da sentença e leva, portanto, o acento contrastivo e nos casos em que aparecem complementos apositivos quantitativos, adjetivais ou sentenciais:

(9)

a. - ¿Quién fue?

“Quem foi?”

b. - * *pro* fui.

“fui.”

c. * *pro* solo lo hiciste.

pro sozinho o-ACUS 3ª SG fazer- PASS 3ª SG.

“O fez sozinho” (Você/ele o fez sozinho).

d. **pro* mesmo lo resolviste.

pro mesmo o-ACUS 3ª SG resolver- PASS 3ª SG.

“mesmo o resolveu” (Você/ele mesmo o resolveu).

São vários os autores que têm estudado o comportamento do PB com relação ao preenchimento do sujeito. Duarte (1996) delimita o novo paradigma dos pronomes nominativos do PB da seguinte forma:

1ª singular	Eu danço
2ª singular	Você dança
3ª singular	Ele / Ela dança
1ª plural	Nós dançamos
	A gente dança
2ª plural	Vocês dançam
3ª plural	Ele / Ela dançam

Tabela 2: Paradigma dos pronomes nominativos no PB.

A partir de uma análise variacionista, Duarte (1996) afirma que o PB teria perdido o Princípio Evite Pronome¹¹, que leva à não representação fonológica do sujeito toda vez que sua identificação plena for possível. O PB estaria sofrendo um processo de mudança na representação do sujeito pronominal referencial, separando-se assim do PE e das línguas românicas *pro-drop* em geral. Pode-se relacionar essa mudança à redução do paradigma pronominal o qual evoluiu de seis formas distintas (acrescidas de duas formas extras de tratamento) para um paradigma que exibe só três formas, como resultado da substituição de **tu** por **você**, **nós** por **a gente** e **vós** por **vocês**. Essa redução teve como consequência a simplificação do paradigma flexional. Assim, o sujeito nulo deixa de ser obrigatório e se torna uma opção cada vez menos utilizada.

¹¹ O chamado “*Avoid pronoun principle*” (Chomsky, 1981) expressa que há complementaridade entre sujeitos nulos e plenos, isto é, o sujeito pronominal só precisa ser foneticamente realizado quando focalizado ou contrastivo. O princípio estabelece que sempre que a alternância pronome nulo/pronome lexical for possível, deve-se utilizar o pronome nulo. Em línguas como o ES ou o italiano e ainda no PB até os anos 30, o pronome lexical só indica ênfase ou contraste.

Duarte (1996) afirma que atualmente a complementariedade entre pronome nulo/pronome lexical se perdeu no PB e assim sujeitos nulos e plenos são intercambiáveis, sendo a primeira a opção menos realizada pelos falantes.

Além das considerações anteriores, é salientado um outro fenômeno decorrente da perda da propriedade *pro-drop* pelo PB: o surgimento de construções com o sujeito em deslocamento à esquerda retomado pelo pronome pessoal. Em (10) são apresentados exemplos clássicos dessa construção:

(10)

a. **A Clarinha**_i, **ela**_i cozinha que é uma maravilha.

b. **Um homem comum**_i, **ele**_i tem um conforto compatível com [...]

De acordo com os dados analisados, Duarte (1996) conclui que o PB atual convive com um sistema “agonizante” que ainda reflete as características *pro-drop* e um sistema em desenvolvimento em que a *riqueza funcional* perdida não permite a identificação de *pro*. Estaríamos então na frente de um sistema *pro-drop* defectivo, no qual *Agr* ainda licencia *pro*, mas a sua identificação se torna cada vez mais comprometida pela perda do traço de pessoa. Com base nessa observação é que a autora assume o sujeito nulo no PB como um *pro* residual¹².

A possibilidade de omitir o pronome tem sido vinculada à riqueza do paradigma flexional, isto é, o fato de que a desinência flexional do verbo permitiria, por si só, distinguir e identificar as diferentes pessoas gramaticais (Fernandez Soriano, 1999; Haegeman, 1991). Tem sido apontado que as línguas que têm morfologia flexional rica são, freqüentemente, línguas *pro-drop*. A correlação estabelecida é a seguinte: se a flexão verbal é rica então esta permite recuperar a informação sobre o sujeito; isto é, o pronome não adicionaria qualquer tipo de informação nova. Nas línguas que apresentam uma morfologia pobre, a informação contida na flexão verbal pode não ser suficiente para recuperar a informação relativa ao sujeito, sendo a forma pronominal necessária para a identificação do mesmo¹³.

¹² Esse ponto pode ser reinterpretado à luz de propostas mais recentes como a postulada por Kato (1999) desde um *framework* minimalista. A autora considera os morfemas de concordância da flexão como Ds independentes na numeração, contendo assim todos os traços que caracterizam aos D. Logo, o *pro* das línguas de sujeito nulo deixa de ser um problema teórico. Cumpre salientar que a projeção funcional *Agr* é dispensada no PM em que a concordância recebe o tratamento discutido no capítulo 2.

¹³ Compare-se o paradigma do inglês, com somente duas formas para as seis pessoas gramaticais no presente (*speaks, speak*) com o do ES que apresenta seis, além de duas formas de tratamento.

Contudo, Kato (1999) numa revisão dessa relação entre concordância morfológica rica e os valores +/- nulo do sujeito destaca que, embora haja trabalhos que afirmam que riqueza flexional seria identificadora do *pro* (Adam, 1987 para o Francês Antigo; Duarte, 1993 para o PB), a análise de Sigurosson (1994) para o Islandês Antigo mostra que essa língua tem perdido a propriedade de omitir o sujeito referencial embora a natureza flexional da sua morfologia não tenha mudado diacronicamente.

Sintetizando, a possibilidade de alternância/omissão do sujeito pronominal no ES não é livre, ou seja, existem contextos em que a sua presença é obrigatória e outros em que a forma lexical é excluída, alterando a determinação da referência e a estrutura sintática (Haegeman, 1991; Torres Morais, 2003; Fernandez Soriano, 1999). É importante salientar mais uma vez que no ES os pronomes plenos não recebem uma leitura neutra como acontece em línguas que não têm a opção de omitir o sujeito ou mesmo no PB. Não há então alternância livre nem opcionalidade na utilização dos pronomes plenos já que o seu preenchimento determina uma interpretação particular. É aceite que o pronome é preenchido nos casos em que há uma função de contraste ou individualização.

No que concerne às especificidades do PB, observa-se uma mudança que o separa progressivamente das línguas tipicamente *pro-drop* e aponta na direção de uma língua de tópico. Segundo Pontes (1987), o PB falado se apresenta como uma língua com proeminência de tópico e de sujeito, em que há duas construções diferentes, como o japonês, ou mesmo como uma língua com proeminência de tópico, em que expressões lingüísticas seriam descritas em termos de tópico e comentário, como o chinês. Essas línguas se caracterizam pela possibilidade de o sujeito da sentença não ser o argumento externo do verbo (como em *O relógio estragou os ponteiros*) (Galves, 2000). A incorporação de marcas de oralidade mesmo no discurso formal, usualmente influenciado pela escrita, pode ser um fator que contribua para as mudanças constatadas no PB.

Tais distinções entre os sistemas pronominais do PB e do ES apontam para um sistema que se apresenta bastante diferenciado para a criança, seja numa prosódia mais característica de tópico, seja na presença de pronomes tônicos em função de acusativo (pontos desenvolvidos a partir do item 3.3.).

3.2

Objetos pronominais no ES

No que concerne à realização dos objetos pronominais, o ES apresenta dois paradigmas de pronomes objeto: uma série átona ou clítica e outra tônica. Com relação à segunda, pode-se dizer que só apresenta formas diferenciadas do nominativo para o singular; já no plural a presença da preposição *a* é a única marca explícita da função gramatical (Fernández Soriano, 1999). A presença de um elemento pronominal da série tônica não é obrigatória, mas implica necessariamente a presença de um clítico:

(11)

a. No lo saludé (a él). / Me saludó (a mí).

Não o-ACUS 3ª SG cumprimentar- PASS 1ª SG a ele- o-ACUS 3ª

Me-ACUS 1ª SG cumprimentar- PASS 3ª SG a mim-ACUS 1ª SG .

Não o cumprimentei / Me cumprimentou.

b. *No saludé a él. / *Saludó a mí.

Não cumprimentar- PASS 1ª SG a ele- o-ACUS 3ª.

Cumprimentar- PASS 3ª SG a mí-ACUS 1ª SG.

“Não cumprimentei a ele” / “Cumprimentou a mim”.

Os objetos pronominais anafóricos de terceira pessoa são realizados no ER apenas por clíticos, podendo estes aparecer em configurações nas quais são duplicados por um pronome tônico precedido por preposição ou, ainda por um PP. Em seguida analisamos detalhadamente algumas das principais características dos complementos pronominais acusativos do ER.

3.2.1

Os pronomes clíticos

Como já foi mencionado anteriormente, junto à série de pronomes tônicos existe no ES uma outra chamada de série “átona” ou “clítica”, a qual esquematizamos na tabela 3 a seguir. Esses pronomes podem aparecer tanto enclíticos (*comerlo*) quanto proclíticos (*lo comí*).

Clíticos	Dativo	Acusativo
Pronominais	me (a mí)	
	te (a ti)	
	le/se (a él)	lo (a él)
	le/se (a ella)	la (a ella)
	nos (a nosotros)	
	vos (a vosotros)	
	les (a ellos)	los (a ellos)
	les (a ellas)	las (a ellas)
Anáforas¹⁴	me	
	te	
	se	
	nos	
	os	
	se	

Tabela 3: Clíticos pronominais no ES

Visto que há diferenças entre o EE e o ER no paradigma dos pronomes sujeito, também se verificam diferenças no que concerne ao paradigma dos clíticos nessas duas variantes. Na tabela a seguir oferecemos uma comparação entre ambos dialetos.

	ESPANHOL EUROPEU		ESPANHOL RIO-PLATENSE	
	Acusativo	Dativo	Acusativo	Dativo
1s.	Me	Me	Me	Me
2s.	Te	Te	Te	Te
3s.	Lo-La	Le	Lo-La	Le
1pl.	Nos	Nos	Nos	Nos
2pl.	Os	Os	Los-Las	Les
3pl.	Los-Las	Les	Los-Las	Les

Tabela 4: Pronomes pessoais átonos ou clíticos no ES e no ER.

No ES atual não existem clíticos locativos nem partitivos equivalentes aos de outras línguas românicas (italiano *ci/ne*; catalão *hi/en*):

(12)

¹⁴ Essa classificação envolve os clíticos reflexivos e os recíprocos.

- a. De Juan no quiero hablar.
“Do João não quero falar”.
- b. Di Giovanni non *ne* voglio parlare.
- c. A Roma yo no voy.
“A Roma eu não vou”.
- d. A Roma io non *ci* vado.

Enquanto os pronomes tônicos podem ter como referência unicamente pessoas, os átonos podem referir tanto a seres humanos quanto a não-humanos ou inanimados. É importante salientar que pronomes tônicos e clíticos não estão em distribuição complementar no ES, ambas as formas podem coexistir na mesma sentença. Isto é, a presença de um pronome tônico determina a obrigatoriedade de aparição de um clítico (mas não o contrário), como indicado nos exemplos abaixo:

(13)

- a. *(Lo) vio a él.
Ver-3ª SG a ele- PASS ACUS 3ª SG.
“Viu ele”.
- b. *(Me) encontró a mí.
Encontrar-3ª SG a mim- PASS ACUS 3ª SG.
“Encontrou-me”.

Os clíticos, diferentemente dos pronomes tônicos, podem aparecer acompanhados por PPs. No ES esse fenômeno é conhecido como “duplicação” dos clíticos e acontece fundamentalmente com objeto indiretos (OI), mas em dialetos como o ER esse tipo de estruturas estende-se também ao objeto direto (OD). Essa questão é aprofundada neste mesmo capítulo.

(14)

- a. **Le_i** di el regalo **a María_i**.
Lhe-DAT 3ª SG dar-PASS 1ª SG o presente a-PREP Maria
“Dei o presente para a Maria”
- b. **Lo_i** vi **a Juan_i**.

o-ACUS 3ª SG ver-PASS 1ª SG a-PREP João

“Vi o João”

Outra questão importante com relação aos clíticos pronominais no ES é que eles nem sempre substituem um argumento. De fato, no ES certos tipos de relações semânticas somente podem ser expressas mediante um pronome átono. Por exemplo, determinadas estruturas demandam a duplicação obrigatória com um clítico dativo, tal como acontece nas construções de posse inalienável, as construções que introduzem uma função semântica de beneficiário ou as que estão associadas a experienciadores.

(15)

a. *(Le) pica la cabeza a Juan.

Lhe-DAT 3ª SG coçar- PASS 3ª SG a cabeça a-PREP João.

“O João tem coceira na cabeça”.

b. *(Le) dibujé una flor a María.

Lhe-DAT 3ª SG desenhar-PASS 1ª SG uma flor a-PREP Maria

“Desenhei uma flor para Maria”

c. *(Le) gusta la música clásica a Pedro.

Lhe-DAT gostar-PRES 3ª SG a música clássica a-PREP Pedro

“O João gosta de música clássica”

No ES, os clíticos podem aparecer antecedendo ao verbo (próclise) ou postostas a ele (ênclise) e estabelecem uma relação de adjacência estrita: somente outro clítico pode intervir entre eles.

(16)

a. No te lo presto.

Não te-DAT 2ª SG o-ACUS 3ª SG emprestar-PRES 1ª SG.

“Não te empresto”.

b. *Te lo no presto.

Te-DAT 2ª SG o-ACUS 3ª SG não emprestar-PRES 1ª SG.

“Te não empresto”.

Visto que os clíticos são dependentes do verbo, estes não podem aparecer isoladamente, nem sequer como resposta a uma pergunta. Também não podem formar parte de uma coordenação nem serem elididos por identidade:

(17)

a. -¿Lo vio o la vio?

o-ACUS 3ª SG MASC viu ou a-ACUS 3ª SG FEM viu?

“O viu ou a viu?C

- *Lo.

o-ACUS 3ª SG MASC

“O”.

b. Juan trajo el libro y la carpeta.

João trazer- PASS 3ª SG o livro e pasta.

”João trouxe o livro e pasta”.

c. *Juan lo y la trajo.

João o-ACUS 3ª SG MASC e a-ACUS 3ª SG FEM trazer- PASS 3ª SG.

“João o e a trouxe”.

Outra característica dos clíticos é o fato de que apresentam uma tendência a constituir grupos com uma ordenação específica. Quando os clíticos aparecem numa seqüência ela não pode ser interrompida por outro elemento.

(18)

a. Me lo das. / *Lo me das.

Me-DAT 1ª SG o-ACUS 3ª SG dar-PRES 3ª SG / o-ACUS 3ª SG Me-DAT 1ª SG dar-PRES 3ª SG.

“Me o da”/ “O me da”.

A unidade das seqüências dos clíticos se registra também no caso do chamado **se** “espúrio” que, na verdade, procede de **le**. Esse clítico **se** é resultado de um processo fonológico de dissimilação que consiste na passagem de *le(s)* para *se* (com a conseguinte perda do traço de número), quando seguido por acusativo de terceira pessoa (*lo, la, los, las*):

(19)

a. **Le** doy el libro → **Se** lo doy.

Le-DAT 3ª SG dar-PRES 1ª SG o livro-ACUS

“Lhe dou o livro → Se o dou”

A colocação dos clíticos pode variar conforme as propriedades da flexão verbal ao qual se adjungem. No ES o pronome aparece proclítico com as formas finitas dos verbos, enquanto que a ênclise se registra com infinitivos, gerúndios e imperativos. Já os participios não admitem clíticos.

(20)

a. Lo admiro mucho.

o-ACUS 3ª SG admirar-PRES 1ª SG muito.

“Admiro muito ele”.

b. No es bueno admirarlo tanto.

Não é bom admirar-INF o-ACUS 3ª SG tanto.

“Não é bom admirá-lo tanto”.

c. *He admirado mucho.

Ter-PRES 1ª SG admirar-PARTICÍPIO o-ACUS 3ª SG muito.

“Tenho admirado-o muito”.

Essa distribuição, contudo, não tem sido sempre assim. No ES medieval os clíticos podiam aparecer com participios e a próclise com verbos infinitivos era normal (Fernández Soriano, 1999).

Em determinadas estruturas, quando um verbo finito aparece acompanhado por um infinitivo ou por um gerúndio, os clíticos têm a opção de se colocarem tanto

proclíticos ao primeiro dos verbos quanto enclíticos ao segundo. Isto é, podem ser atraídos pelo verbo principal da perífrase. Esse fenômeno é conhecido como *clitic climbing* e não existe no PB atual:

(21)

a. Se lo quiero comprar.

se-DAT 3ª SG o-ACUS 3ª SG querer-PRES 1ª SG comprar-INF 1ª SG.

“Quero comprá-lo para ele/ela”.

b. Quiero comprárselo.

Querer-PRES 1ª SG comprar-INF 1ª SG se-DAT 3ª SG o-ACUS 3ª SG.

“Quero comprá-lo para ele/ela”.

c. Voy a seguir explicándotelo mañana.

Vou continuar explicar-GERUNDIO te-DAT 2ª SG o-ACUS 3ª SG amanhã.

“Vou continuar te explicando amanhã”.

Com relação a esse fenômeno, Fernández Soriano (1999) estabelece algumas generalizações no que concerne aos contextos que permitem a “atração” dos clíticos:

- O clítico não pode ser movido da sua posição na sentença se ela for finita. Ex.: Quiero que lo compres frente a *Lo quiero que compres.
- O conjunto de elementos que podem intervir entre os dois verbos é muito limitado, somente certas preposições e o *que* da perífrase que expressa obrigatoriedade. Não pode aparecer uma negação, outros advérbios ou qualquer quantificador. Ex.: Lo voy a hacer/ Se lo acabo de dar/ Lo tengo que hacer/ *Lo quiere no hacer/ *Te deseo mucho ver.
- Os clíticos devem funcionar como um bloco e não é possível que somente um deles apareça junto ao verbo conjugado. Ex.: *Me quiere darlo/ *Lo quiere darme → Me lo quiere dar/ Quiere dármelo.
- Uma questão importante neste ponto é que nem todos os verbos permitem esse comportamento dos clíticos. De fato, os casos estão praticamente limitados aos auxiliares modais e aspectuais, isto é, casos que formam perífrases de infinitivo e de gerúndio, além dos causativos e aqueles que têm sujeito co-referente ao do verbo

da encaixada:

(22)

a. Te lo (puede/quiere/debe) dar.

Te-DAT 2ª SG o-ACUS 3ª SG (pode/quer/deve) dar.

“Te o (pode/quer/deve) dar”.

b. Se lo hizo comer.

Se-DAT 3ª SG o-ACUS 3ª SG fazer-PASS 3ª SG comer.

“O fez comer”

Não admitem, porém, atração verbos de opinião ou conhecimento (acreditar, afirmar, negar, etc.) e os chamados “factivos” (lamentar, sentir). Os impessoais também não atraem os clíticos:

(23)

a. Cree saberlo todo/ *Lo cree saber todo.

“Acredita saber tudo”.

b. Dijo habértelo contado todo/ *Te lo dice haber contado todo.

“Disse ter te o contado tudo”.

c. Lamento no haberte conocido antes/ *Te lamento no haber conocido antes.

“Sinto não ter te conhecido antes”.

3.2.1.1

Duplicação clítica no ES e no ER

Como já foi mencionado, os pronomes clíticos aparecem em muitos casos conjuntamente com um PP co-referente. Esse fenômeno é conhecido como “redundância pronominal” ou duplicação clítica¹⁵ e distingue o ES de outras línguas românicas que não admitem esse fenômeno.

(24)

a. A Juan lo vieron hace un rato.

¹⁵ Uriagereka (1995:86) numa nota menciona casos de re-duplicação dos próprios clíticos no Espanhol falado no Chile:

(i) Los vamos a verlos.

[ACUS – vamos a ver –ACUS]

Vamos a ver eles.

Ao João-ACUS 3ª SG o-ACUS 3ª SG ver-PASS 3ª PLUR há um momento.

“Ao João o viram há um momento”.

b. Ana no sabía cuándo la habías visto.

Ana não sabia quando a-ACUS 3ª SG tinhas visto.

“Ana não sabia quando a tinhas visto”.

c. Me lo dijeron a mí.

Me-DAT 1ª SG o-ACUS 3ª SG disser-PASS 3ª PLUR a mim-DAT 1ª SG.

“Disseram-me-o”.

d. Le dijeron a Juan que viniera.

Lhe-DAT 3ª SG disser-PASS 3ª PLUR ao João-DAT 3ª SG que viesse.

“Lhe disseram ao João que viesse”.

Embora em todas as sentenças acima haja um clítico co-referente com um PP, cada um desses casos apresenta as suas próprias particularidades. No primeiro caso (24a), a presença do clítico é obrigatória (*A Juan vieron hace un rato); essa duplicação é registrada tanto com ODs quanto com OIs no ES em geral. Nesse exemplo o clítico está retomando o tópico.

Já a segunda sentença (24b) não exemplifica um caso de duplicação propriamente dita. O clítico *la* recupera o antecedente da matriz e parece se tratar de um fenômeno mais geral de uso de um pronome resumptivo que não é exclusivo do ES, mas também aparece no italiano e no francês (Fernández Soriano, 1999).

Assim, feitas as distinções anteriores, somente as duas últimas sentenças, (24c) e (24d), podem ser considerados como casos de duplicação. Efetivamente, essas construções não são possíveis no PB. Contudo, Fernández Soriano (1999) salienta que há certas restrições bem definidas para a duplicação de clíticos no ES:

a) Quando o objeto direto ou indireto for um pronome, o clítico é obrigatório (Pinheiro Corrêa, sem referências):

(25)

c. Me vio a mí / *Vio a mí.

Me-ACUS 1ª SG ver-PASS 3ª SG a mim-ACUS 1ª SG.

“Me viu”.

d. * Dijeron a mí.

Disser-PASS 3ª PLUR a mim-DAT 1ª SG.

“Disseram a mim”.

No EE o pronome *usted* apresenta um comportamento diferente, sendo possível a sua ocorrência sem a correspondente duplicação (unicamente em contextos estritamente formais): Ex. ¿En qué puedo servir a ustedes? [Em que posso ajudar a vocês?]. Já no ER, dado que a forma plural *ustedes* é o único pronome de segunda pessoa (não havendo distinção entre registro formal e informal) esse fenômeno de não-duplicação não aparece (ou pelo menos não de modo significativo).

b) OI não pronominais são duplicados livremente em todos os dialetos do ES em geral¹⁶. Já OD co-referenciais com um clítico são freqüentes e aceitos no ER.

(26)

a. **Le_i** di el regalo **a Juan_i** → Aceita no ES

Lhe- DAT 3ª SIG dar-PASS 1ª SG o presente a João-DAT 3ª SG.

“Dei o presente para o João”

b. ??**Lo_i** vi **a Juan_i** → no ES

o- ACUS 3ª SIG ver-PASS 1ª SG a João-ACUS 3ª SG.

“Vi o João”.

c. **La_i** encontré **a Ana_i** → Normal no ER.

a- ACUS 3ª SIG encontrar-PASS 1ª SG a Ana-ACUS 3ª SG.

“Encontrei a Ana”.

c) Com relação aos OI, há alguns casos que podem ou não ser duplicados pelo menos no ES (embora a opção de duplicação é a preferida), enquanto que presença do clítico é obrigatória em certas construções.

¹⁶ Para um estudo sintático da duplicação de OI em estruturas com verbos bitransitivos remetemos à leitura de Demonte (1995).

(27)

a. ???(Le) dieron el premio al escritor. → No ER

“Deram o premio ao escritor”.

b. *(Le) gusta el cine a Juan.

“O João gosta de cinema”.

É importante salientar que existem diferenças dialetais significativas na duplicação dos clíticos. O ER, por exemplo, contrasta com o ES ao permitir livremente que OD sejam duplicados. Tem-se tentado generalizar esse fenômeno considerando que ele acontece unicamente quando o objeto está precedido pela preposição *a*. Contudo, o ER admite o uso da preposição com inanimados (fato que não é permitido no ES) na fala espontânea.

(28)

a. ¿Vos la limpiáis **a** la cocina?

Você a-ACUS 3ª SG limpar-PRES 2ª SG à cozinha-ACUS 3ª SG.

“Você limpa a cozinha?”

b. Yo no lo entiendo **a** eso.

Eu não o-ACUS 3ª SG compreender-PRES 1ª SG a isso-ACUS 3ª SG.

“Eu não compreendo isso”.

Alguns trabalhos têm demonstrado que a generalização anterior não se sustenta em todos os casos (Silva Corvalán, 1981 In: Fenández Soriano, 1999):

(29)

a. A veces hay que vivirlas las cosas para aprenderlas.

As vezes há que viver-INF as-ACUS 3ª PLUR as coisas-ACUS 3ª PLUR para aprender-INF as-ACUS 3ª PLUR

“Às vezes há que viver as coisas para apreendê-las”

Inclusive no ER, contudo, há restrições para a duplicação dos clíticos.

Construções como as seguintes não são possíveis nesse dialeto.

(30)

a. *No **lo**_i oyeron a **ningún ladrón**_i.

“Não o ouviram a nenhum ladrão”.

b. ***La**_i buscaban a **alguien**_i que los ayudara.

“A procuravam a alguém que os ajudasse”.

Sintetizando, a duplicação dos OI é um fenômeno corrente no ES. Já no caso da duplicação do OD não há uma livre ocorrência. No ER, porém, a duplicação de OD é de fato a opção preferida em sentenças do tipo (31):

(31)

a. La vi a Ana *frente a* Vi a Ana.

“A vi a Ana” / “Vi a Ana”.

b. Lo encontré a tu hermano en la fiesta *frente a* Encontré a tu hermano en la fiesta.

“O encontrei a teu irmão na festa” / “Encontrei a teu irmão na festa”.

Groppi (2004) salienta que os pronomes tônicos antecidos pela preposição *a* nessas configurações não podem aparecer sem a co-ocorrência do clítico e que esse fato demonstra que o clítico é o elemento que preenche a posição argumental do verbo; isto é, o clítico pode ocorrer sem o pronome tônico, mas o contrário não é possível. Segundo a autora, a duplicação não seria sintaticamente motivada.

Groppi analisa um corpus de dados de falantes de Alcalá de Henares (Espanha) e chega à conclusão de que também nesse dialeto é possível encontrar estruturas nas quais o OD é preenchido por um clítico que é duplicado por um sintagma co-referente localizado à direita do verbo. A partir dos dados observados a autora salienta que:

- Não se trata de um fenômeno exclusivo do ER;
- As ocorrências não se registram unicamente em situações informais, mas também formais.

- Não se trata de estruturas produzidas exclusivamente por falantes de baixa escolaridade.

3.2.2

Objetos nulos no ES

Tradicionalmente, o ES tem sido caracterizado como uma língua na qual a ocorrência de objetos diretos nulos constitui um desvio com relação à norma padrão. Apesar disso, num trabalho recente Schwenter (2005) aponta evidências que demonstram que essas “condutas anômalas” são, na verdade, bastante correntes em alguns dialetos.

Schwenter faz uma revisão da literatura sobre o assunto e observa que há consenso no fato de que no ES objetos nulos ocorrem unicamente com objetos diretos anafóricos; isto é, aqueles cujos referentes são recuperáveis no contexto discursivo sendo tão salientes que não precisam ser codificados por um pronome. Isto não significa que os OD tenham necessariamente que ter sido referidos no discurso previamente, eles podem simplesmente ter uma saliência perceptual para os interlocutores no contexto extralingüístico. Outra questão apontada pela bibliografia é que objetos nulos nunca ocorrem com OD que têm referentes humanos. Assim, uma sentença como (32) é interpretada como tendo um referente não-animado ou inanimado:

(32)

Yo vi Ø ayer (el programa)¹⁷.

“Eu Ø assisti ontem (o programa)”.

O ER não faz parte dos “dialetos nulos” estudados por Schwenter, embora algumas (pouquíssimas) ocorrências de omissão do objeto sejam apontadas pelo autor para essa variedade do espanhol. A seguir, levantamos algumas diferenças entre o PB, os dialetos nulos do ES e o ER.

A ocorrência de OD nulos no PB é um fenômeno bem conhecido. Frequentemente tem se apontado que o PB constitui uma exceção dentro das línguas românicas já que permite OD nulos anafóricos com referentes definidos/específicos. De fato, diferentemente do que acontece no ES, não parecem

¹⁷ Essa sentença não parece boa para nós. Consideramos que para ser uma sentença aceitável no ER precisa ter o objeto preenchido, já seja com o NP ou com o clítico *lo*.

existir grandes variações dialetais na frequência de uso de objetos nulos no PB. O contraste entre o ES, o PB e o PE falado é salientado nos exemplos que seguem:

(33)

- a. Juan compró un libro nuevo. Ayer lo/*Ø trajo a clase. (ES)
- b. O João comprou um livro novo. Ontem ele trouxe Ø para aula. (PB)
- c. O João comprou um livro novo. Ontem trouxe-o para aula. (PE)

O clítico *lo* é obrigatório no ES, enquanto o PB prefere o objeto nulo. Já o PE só admite o objeto nulo em algum grau, mas o uso do clítico é ainda opção *default*.

Schwenter (2005) salienta que muitos dialetos do espanhol admitem objetos nulos desde que o referente seja não-específico (mas não necessariamente indefinido):

(34)

- a. Fui a la tienda a comprar café pero no tenían Ø.
“Fui na loja para comprar café, mas não tinham”.
- b. Fui a la tienda a comprar el periódico pero no lo/*Ø tenían.
“Fui na loja para comprar o jornal, mas não o/Ø tinham”.
- c. Fui a la tienda a comprar una revista (específica) pero no la/*Ø tenían.
“Fui na loja para comprar uma revista(específica), mas não a/*Ø tinham”.
- d. Fui a la tienda a comprar una revista (cualquiera) pero no *la/Ø tenían.
“Fui na loja para comprar uma revista (qualquer uma), mas não *a/Ø tinham”.

Masullo (2003, In: Schwenter, 2005) tem apontado que OD nulos são possíveis no ER, mas unicamente em casos nos quais o referente é facilmente recuperado no contexto imediato da sentença:

(35)

- A: Queremos el postre.
“Queremos a sobremesa”.

B: Ya Ø traigo.

“Já Ø trago”.

A: Tengo un calmante para dormir.

“Tenho um calmante para dormir”.

B: No Ø tomes. Te va a hacer mal.

“Não toma. Vai te fazer mal”.

O Espanhol coloquial Quitenho (EQ) é uma variedade na qual a alternância entre pronome nulo e pleno tem sido estudada com bastante profundidade. Suñer e Yépez (1988 In: Schwenter, 2005)) afirmam que nesse dialeto o referente omitido do OD é interpretado obrigatoriamente como sendo inanimado [Vio Ø en la televisión].

Outra variedade do ES que apresenta um padrão equivalente ao do EQ é o Espanhol Paraguaio (EP), especificamente a variedade falada em Assunção. Choi (1998, 2000 In: Schwenter, 2005)) registrou que no EP a omissão do clítico de OD [-animado] prevalece na fala sem distinção de classe social e tanto entre os falantes monolíngües como nos bilíngües (ES-Guaraní). Os dados apresentados por Morgan (2004 In: Schwenter, 2005)) vêm corroborar as considerações anteriores:

(36)

A: ¿Dónde encontraste esa blusa?

“Onde encontrou essa blusa?”

B: Ø Compré en el mall.

“Comprei no shopping”.

A: ¿Viste Spiderman 2?

“Assistiu Homem Aranha 2?”

B: Sí, fui a ver Ø con Julia.

“Sim, fui assistir com Julia”.

O ER, assim como as demais variantes do ES, apresenta ainda marcação diferencial de objeto (MDO) (Schwenter, 2004; Leonetti, 2003). MDO é a etiqueta utilizada convencionalmente para denotar o caso acusativo especial marcado em certos OD em determinadas línguas. Esse fenômeno é manifestado por uma marca morfológica adicional que outros OD não-MDO não recebem (*a* no espanhol, *pe* no

romeno, -ko no hindi, etc.). A MDO é sensível aos traços de animacidade, definitude e especificidade.

(37)

a. Ayer vi **Ø/*a** tu libro. [-anim +espec]

“Ontem vi teu livro”.

b. Ayer vi ***Ø/a** tu hermana. [+anim +espec]

“Ontem vi a tua irmã”.

c. Quiero entrevistar **Ø/ ?a** una persona que sepa catalán. [+anim -espec]

“Quero entrevistar uma pessoa que saiba catalão”.

d. Quiero entrevistar ***Ø/a** una persona que sabe catalán. [+anim +espec]

“Quero entrevistar uma pessoa que sabe catalão”.

Os OD marcados com *a* acusativo no ES compartilham os mesmos traços inerentes que tendem a ser realizados por pronomes plenos no PB e nos dialetos nulos ES. Por outro lado, os OD não marcados regularmente com *a* apresentam características similares às dos OD que no PB, EQ e EP ocorrem com pronomes nulos.

Colantoni (2002, In: Schwenter, 2005) considera que objetos nulos e duplicação de objeto representam padrões opositivos. Levando em conta a posição do referente na escala de animacidade, ambos os fenômenos encontram-se numa distribuição complementar. Clíticos são duplicados com maior frequência quando referem a entidades animadas, enquanto que objetos nulos ocorrem apenas com referentes inanimados.

Estigarribia (2003, In: Schwenter, 2005) por sua vez, aponta para um paralelismo entre disponibilidade de duplicação (embora o clítico não esteja necessariamente duplicado) e MDO no espanhol de Buenos Aires. Segundo esse autor, a distribuição de ambas as estruturas parece ser determinada pelos mesmos fatores: definitude, animacidade, e, talvez, topicidade.

3.3

Objetos pronominais no PB

Várias pesquisas apontam para o fato de o PB estar sofrendo mudanças no que diz respeito ao tratamento dos objetos (Cyrino, 1993; Duarte, 1989; dentre outros). Duarte (1989) coloca que o PB apresenta uma tendência cada vez maior a substituir o clítico acusativo de 3ª pessoa, na realização do OD co-referencial com um NP mencionado no discurso, pelo pronome lexical (forma nominativa do pronome em função acusativa), por NP anafóricos (forma plena do NP co-referente com outro NP previamente mencionado) ou por uma categoria vazia (objeto nulo). Por sua vez, Cyrino (1993) vincula a progressiva aparição de objetos nulos com a mudança registrada na colocação dos clíticos no PB. A autora salienta dois aspectos principais com relação ao uso dos clíticos:

- Sua posição mudou;
- Houve uma queda na sua ocorrência.

Galves (2000) explica que a colocação dos clíticos no PB difere crucialmente de línguas como o ES e o Italiano em dois aspectos principais:

- (a) O paradigma é deficiente;
- (b) Nos tempos compostos, a primeira e segunda pessoa não se adjungem ao auxiliar, mas ao verbo principal. A estrutura Aux-Clítico-V não corresponde à mesma estrutura no PE e no PB. Advérbios podem ocorrer entre o auxiliar e o clítico no PB e entre o clítico e o verbo no PE. Além disso, no primeiro, mas não no segundo, o clítico mantém a mesma posição independentemente da presença de negação ou conjunção. Os exemplos abaixo são fornecidos por Galves:

(38)

PB

- a. Tinha **me** lembrado
- b. Agora não tinha **me** lembrado
- c. Essas industrias novas que estão **se** implantando
- d. Estava sempre **te** vendo
- e. **Me** chocou

PE

- f. Tinha- **me** lembrado
- g. Agora não **me** tinha lembrado
- h. Essas indústrias novas que **se** estão a implantar
- i. Estava-**te** sempre a ver
- j. Chocou-**me**

3.3.1

Clíticos no PB

Cyrino (1993) estuda a mudança diacrônica na colocação dos clíticos no PB com o objetivo de verificar se houve uma mudança sintática relacionada com a re-análise da categoria vazia em posição de objeto. A partir dos dados analisados pela autora é salientado que:

- a ênclise é abandonada progressivamente;
- há mudança nos padrões de ocorrência da próclise. A ocorrência de *clitic climbing* é progressivamente restringida;
- vai desaparecendo a possibilidade de o clítico subir para uma posição acima de VP.

Segundo Galves (2001), o PB apresenta um caso raro de paradigma pronominal cujos OD de primeira e de segunda pessoa são clíticos (*me* e *te*) e o de 3ª é um pronome fraco (*e/le*) na terminologia de Cardinaletti & Starke (1994).

Kato & Raposo (1999, 2000) salientam que embora na escrita ainda imperem no PB as normas lusitanas, em virtude das quais o uso dos clíticos é produtivo até mesmo em posição de ênclise, os dados da fala apontam em uma outra direção. Os autores registram que o PB faz sempre a opção de D nulo podendo ou não duplicá-lo com o pronome *ele/ela*. Numa análise de versões (no PE e no PB) do mesmo texto, Galves *et. al.* (2005) chamam a atenção para o fato de que ao clítico de 3ª pessoa utilizado no PE corresponde um argumento nulo na versão do PB (tanto para o acusativo quanto para o dativo).

Kato (1993, 1994b, In: Ramos, 1999), propõe que a erosão do sistema de clíticos é uma consequência da mudança de ênclise para próclise. Assim, com a próclise generalizada no PB, a anteposição da forma *o* ao verbo formaria um vocábulo fonético iniciado por vogal não-acentuada, fenômeno freqüente na fala infantil (Exemplos: *bacate* por *abacate*, *marelo* por *amarelo*, etc.).

O efeito da evolução sofrida sobre os clíticos seria, à luz da análise de Raposo (1998), a perda do traço intrínseco *acusativo* do pronome de 3ª pessoa, o que acarretaria a substituição dessa forma pela do pronome de 3ª pessoa. A ausência de expressão morfológica de caso no complemento pronominal acusativo no PB cria ambigüidade da referência (entre pronome livre e reflexivo), tornando sua solução dependente do contexto.

Na língua escrita, a ambigüidade da referência é evitada e os clíticos de 3ª pessoa permanecem. O PB admite ainda objeto nulo, distinguindo-se das demais línguas românicas pelo fato de apresentar a possibilidade de ter objeto pronominal nulo ao lado do pronome expresso.

3.3.1.1

Clitic Left Dislocation

Kato e Raposo (1999, 2000) comentam que o português apresenta ainda construções com o tópico da sentença sendo retomado por um objeto nulo ou por um pronome, enquanto o ES só admite a retomada pronominal. O português apresenta resumptivos nulos nas construções que Duarte (1987) chamou de “topicalização” e clíticos nas construções de deslocamento à esquerda clíticas (CLLD). As demais línguas românicas como o ES só admitem CLLD:

(39)

- a. (O último livro do Ruben Fonseca) Eu só encontrei \emptyset na Travessa.
- b. (O último livro do Ruben Fonseca) Eu só **o** encontrei na Bertrand.
- c. (El último libro de Galeano) *Sólo encontré \emptyset en Prometeo.
- d. (El último libro de Galeano) Sólo **lo** encontré en Prometeo.

O ER parece não contar com resumptivos nulos capazes de recuperar o tópico de uma sentença. Um clítico foneticamente realizado retomando o tópico está sempre presente:

(40)

- a. **A mi mamá**, yo **la** quiero mucho.
- b. ***A mi mama**, yo \emptyset quiero mucho.
- c. **El libro**, **lo** puse en el estante.

d. *El libro, Ø puse en el estante

Uma outra peculiaridade do português está representada pela possibilidade de um nome genérico plural aparecer sem artigo como OD de verbos de “atitude afetiva”. Enquanto o português admite tanto nomes nus quanto nomes com artigo, nas demais línguas românicas é vedado deixar nulo o artigo:

(41)

- a. Eu odeio (o) café.
- b. Odio *(el) café.

Os autores consideram que as características apontadas apontariam numa mesma direção, de modo que se uma língua apresenta uma dessas propriedades, também exibirá as outras duas. Essa afirmação é válida também para o ER que não aceita resumptivos nulos, nomes nus nem objetos nulos.

3.3.2

Objetos nulos no PB

Kato et al. (1999) propõem que a opção por um pronome expresso ou nulo nas línguas naturais é regida pela seguinte hierarquia de referencialidade:

não-argumentos	proposições	[-animado]	[+animado]	
			[-humano]	[+humano]
3ª pessoa	3ª pessoa	3ª pessoa	3ª pessoa	3ª – 2ª – 1ª

[- específico] ←-----→ [+ específico]

[- referencial] ←-----→ [+ referencial]

Tabela 5: Hierarquia de referencialidade Cyrino, Duarte e Kato (2000).

De acordo com essa hierarquia, considera-se que:

- (i) se uma língua opta por um pronome nulo no ponto mais alto da hierarquia, todos os pronomes mais baixos poderão ser nulos;

- (ii) se uma língua tem um pronome expletivo não-nulo na posição mais baixa da hierarquia, então nenhum pronome em posições mais altas poderá ser nulo.

Se o clítico e o artigo são a mesma entidade (como assumido por Raposo, 1998, 2000) não haverá línguas com artigo indefinido lexical e artigo definido nulo.

Uma característica vinculada à realização de objetos pronominais nulos que distingue o PB do PE na fala é a possibilidade no PB de nomes singulares usados como genéricos, ao contrário do PE que só aceita o nome plural, quando contável (Kato & Raposo, 1999, 2000):

(42)

Eu detesto cenoura (PB)

Em relação ao D nulo em nomes genéricos e o D nulo resumptivo, ambos têm em comum o fato de serem interpretados universalmente (envolvem uma quantificação de tipo universal). Kato & Raposo (1999, 2000) assumem que o português contém um determinante nulo definido no seu léxico (sendo a única língua romance com essa característica).

3.4

Complementos pronominais anafóricos de 3ª pessoa: diferenças entre o PB e o ER

No PB, a lei Tobler-Mussafia¹⁸ não seria operante, T não licencia mais clíticos nessa língua e estes se adjungem a V admitindo sentenças do tipo: *Me dê o livro*. Já no PE Tobler-Mussafia ainda estaria ativa e os clíticos se colocariam em T. No ES o clítico pode aparecer proclítico ao verbo em T, o que indica que, assim como no PB, Tobler-Mussafia não opera mais nessa língua.

Do sistema completo de clíticos que ainda existe no PE, somente a 1ª e 2ª pessoa do singular (*me*, *te*) conservam-se ativamente no PB. O uso das formas

¹⁸ As leis de Tobler-Mussafia e Wackernagel são leis fonéticas referidas à colocação do clítico na sentença. A primeira (Tobler- Mussafia) determina que um elemento sem acento próprio não deve ocupar a primeira posição absoluta da sentença, logo a ênclise é obrigatória. A segunda indica que o clítico deve-se colocar na segunda posição, depois do primeiro sintagma ou da primeira palavra acentuada.

restantes fica restrito a contextos formais, predominantemente na língua escrita.

(43)

- a. Eu **o/a** encontrei semana passada (formal)
- b. Os alunos querem convidá-**las** para a festa.

No PB oral o pronome lexical de 3ª pessoa é utilizado no lugar dos clíticos.

(44)

- a. Eu encontrei **ele/ela** semana passada.
- b. Os alunos querem convidar **elas** para a festa.

O português conta também com resumptivos nulos nas construções de topicalização e clíticos nas estruturas de deslocamento à esquerda clíticas (*Clitic Left Dislocation*, CLLD). As demais línguas românicas, como ER, unicamente aceitam CLLD. Como já foi observado, o ER não dispõe de resumptivos nulos capazes de recuperar o tópico de uma sentença.

O ER apresenta uma marca morfológica de caso acusativo adicional para OD com certas propriedades (+animacidade, +definitude e +especificidade). Em PB, a possibilidade de MDO se mantém apenas em algumas formas idiomatizadas (*Amar a Deus sobre as todas as coisas e ao próximo como a si mesmo*). Os traços de animacidade, definitude e especificidade são apontados como relevantes também para uma outra distinção presente no PB, a possibilidade de retomada de antecedente por ON ou pronome tônico, sendo privilegiado esse último quando o antecedente é [+animado] (exemplos fornecidos por Cyrino, 1993; Lopes & Cyrino, 2004):

(45)

- a. A Clara não quer que [o filho] veja TV, então ela sempre leva ***Ø/ele** no parquinho.
- b. O policial insultou [o preso] antes de torturar ***Ø/ele**.
- c. Comprei o casaco depois que experimentei **Ø**.
- c. Emilio perdeu [a carteira] e não consegue achar **Ø/?ela** em lugar nenhum.

Mesmo essa distinção parece, contudo, estar se perdendo no PB, dado que exemplos de pronomes lexicais retomando antecedentes [-animados, +específicos] como (46a) e (46b) são informados (Casagrande, 2006) e nós mesmos já recolhemos alguns exemplos (46c):

(46)

- a. **Meu aniversário_i** é dia 12 de fevereiro e eu tô pensando em passar **ele_i** aqui em Minas.
- b. Não sei se ele cada vez que passa aqui tá escutando **essa música_i** ou ele escuta **ela_i** toda vida.
- c. É a primeira vez que eu pego **esse ônibus_i**. É a primeira vez que eu pego **ele_i**.

3.5

Síntese

O ER é uma língua de sujeito nulo, com uma morfologia flexional rica que possibilita a identificação da pessoa gramatical na flexão verbal. Os pronomes plenos não recebem uma leitura neutra como acontece em línguas sem a opção de omitir o sujeito, mas há um contraste entre sujeito nulo e preenchido. O PB por sua vez, estaria sofrendo uma mudança na representação do sujeito pronominal referencial, separando-se assim do PE e das línguas românicas *pro-drop* em geral. Algumas das características relevantes do PB na hora de esboçar uma caracterização do seu sistema pronominal são as seguintes: Sujeito pronominal pleno em oração completiva co-referencial ao sujeito da oração principal (47a); construções com “sujeito duplo” (47b) e topicalização sem preposição (47c):

(47)

- a. **Pedro_i** disse que **ele_{ij}** gostaria de viajar.
- b. **Os profissionais** contratados pela empresa, **eles** podem ser decisivos nesse processo.
- c. Essa casa bate muito sol.

No que concerne aos objetos pronominais, os clíticos são os complementos aceitos no ER. Nessa língua objetos nulos ocorrem unicamente com OD anafóricos;

isto é, aqueles cujos referentes são recuperáveis no contexto discursivo. Além disso, o objeto é omitido apenas nos casos em que o referente é não-humano. Já o PB apresenta mais de uma opção para a realização dos objetos pronominais: clíticos, pronomes plenos e objetos nulos. O PB apresenta ainda construções com o tópico da sentença sendo retomado por um objeto nulo ou por um pronome, enquanto o ER somente admite a retomada pronominal. O ER admite clíticos em estruturas de CLLD, mas diferentemente do PB, não permite resumptivos nulos nas estruturas de tópico.

Uma outra peculiaridade do PB é a possibilidade de um nome genérico plural aparecer sem artigo como OD. Enquanto o PB admite tanto nomes nus (*bare nouns*) quanto nomes com artigo, no ES é vedado deixar nulo o artigo.

As diferenças salientadas entre o PB e o ER têm implicações relevantes para a criança adquirindo cada uma dessas línguas. No PB a criança tem de reconhecer as diferentes possibilidades de complemento pronominal em função da estrutura argumental do verbo e de processamento na interface semântica. Além disso, a criança tem de descobrir quais são as propriedades do referente que determinam o uso de cada tipo de complemento. Esse ponto não é trivial já que o PB – como já foi observado – apresenta um sistema pronominal em mudança (no que diz respeito tanto aos pronomes sujeito quanto objeto). No caso do ON, a estrutura argumental do verbo e o *parsing* sintático podem auxiliar à criança na identificação das formas pronominais nulas. *Animacidade*, *definitude* e *especificidade* são propriedades que poderiam ser tomadas em conta pela criança durante a aquisição. Logo, relações correspondentes a interface semântica parecem ser especialmente relevantes na aquisição dos complementos pronominais acusativos no PB.

O ER, por sua vez, não apresenta variabilidade no que concerne à forma de realização dos complementos, contando apenas com clíticos pronominais. Assim, a aquisição desses elementos dependerá da sua identificação na interface fonética e, posteriormente, da sua representação como conjunto de traços- ϕ no léxico. As características fônicas dos complementos pronominais (a ausência de acento inerente, por exemplo) podem, contudo, dificultar a tarefa da criança, já que a informação relativa a gênero e número não fica claramente visível nos clíticos.

4

Complementos pronominais: os clíticos

No âmbito da pesquisa lingüística, os clíticos pronominais têm sido um assunto de ampla discussão. Embora a bibliografia sobre o tema seja vasta, certas questões básicas ainda não foram resolvidas (Ramos, 1999; Raposo 2000, entre outros). A natureza categorial dos clíticos (D ou afixos flexionais), a motivação para a sua colocação (fonológica ou sintática) e o momento da cliticização na derivação (pré-sintática, sintática ou pós-sintática), são apenas alguns pontos centrais sobre os quais não existe consenso. Tradicionalmente, as propostas teóricas para dar conta dos clíticos têm-se dividido com base no critério adotado para explicar a posição desses elementos na sentença. Segundo esse critério, a literatura se divide em perspectivas que assumem movimento, isto é, o clítico é gerado numa dada posição e é movido para o local no qual finalmente recebe a sua codificação morfofonológica (Uriagereka, 1995; Raposo, 1998; Kayne, 1991, dentre outros) e perspectivas que adotam a *base-generation*, segundo a qual o clítico é gerado na mesma posição na qual aparece superficialmente (Sportiche, 1993, dentre outros).

Neste capítulo apresentamos uma panorâmica das perspectivas para o tratamento teórico dos clíticos pronominais. Para uma maior clareza na exposição, a revisão foi organizada levando em conta duas premissas opostas com relação à natureza desses elementos: segundo a primeira, o pronome clítico é um D; sob a segunda ótica, o clítico é considerado como sendo algum outro tipo de elemento. Além disso, incorporamos também algumas referências a trabalhos clássicos sobre clíticos que não se enquadram em nenhuma das hipóteses anteriores, por não estarem preocupados com a natureza categorial do clítico pronominal, mas com alguma outra caracterização.

4.1

Que são os clíticos?

Enquanto que a distinção entre palavras independentes e afixos usualmente resulta bastante simples, muitas línguas apresentam morfemas para os quais é mais complexo atribuir uma classificação. Halpern (1998) observa que os elementos comumente chamados de *clíticos* constituem um conjunto heterogêneo. Esse autor esclarece que o termo “clítico” é utilizado muitas vezes –inclusive por ele mesmo–

com um status não teórico para se referir a qualquer morfema que apresente as seguintes propriedades:

- ausência de acento inerente;
- ser membro de uma classe fechada (pronomes, auxiliares, partículas discursivas, etc.);
- distribuição diferente de outros elementos com função similar.

Nesse sentido, os clíticos pronominais das línguas românicas modernas considerados nesta dissertação constituem uma sub-classe dentro dessa caracterização ampla.

Os clíticos podem ser definidos como partículas não acentuadas que, de forma semelhante aos afixos, requerem um hospedeiro que os albergue. A posição dos clíticos, assim como os requerimentos relativos ao elemento que atua como hospedeiro, variam inter-lingüísticamente. Contudo, as posições possíveis para os clíticos numa língua particular estão claramente fixadas. Por exemplo, no ES a posição dos clíticos pronominais fica definida em função do verbo (que é o elemento que o hospeda) e, nesse sentido, o clítico é adjacente ao verbo. Já no Croata, o clítico localiza-se na segunda posição da frase entonacional¹⁹ (Stiasny, 2006).

Os clíticos podem corresponder a diferentes categorias funcionais e nem todas as línguas possuem todos os possíveis clíticos (auxiliares, pronomes, anáforas, advérbios e diversos tipos de partículas como, por exemplo, partículas interrogativas).

Estas formas constituem um desafio teórico, especialmente nos casos em que são os únicos elementos numa língua que possuem determinadas propriedades; por exemplo, se comportando como um núcleo lexical e um sintagma ao mesmo tempo ou sendo o único elemento diferente de afixo com uma posição estritamente definida na língua. (Stiasny, 2006).

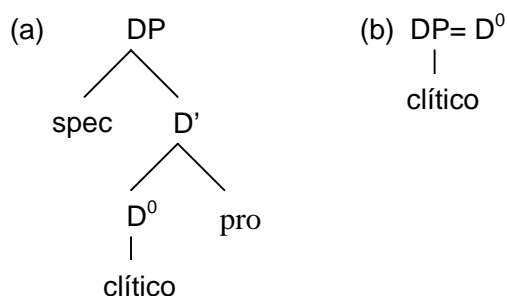
¹⁹ A frase entonacional é um constituinte prosódico formado por várias frases fonológicas. Pode ser definida como o domínio de um contorno entonacional em que os finais das frases coincidem com o local onde as pausas podem ser inseridas na sentença (Nespor & Vogel, 1986).

4.2

Clíticos pronominais na teoria lingüística

No quadro teórico gerativista, mais precisamente no *framework* proposto a partir do Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999), têm sido formuladas várias propostas para a análise da cliticização, especialmente nas línguas românicas. Numa breve revisão dessa bibliografia, Raposo (2000) salienta que a literatura sobre clíticos revela lacunas tanto no que diz respeito ao nível da adequação descritiva quanto no da adequação explanatória. Para sustentar essa afirmação, Raposo (2000:266) lista uma série de propostas de análise, às vezes opostas, postuladas na área:

- O comportamento dos clíticos vincula-se ao domínio: (i) fonológico/prosódico; (ii) sintático; (iii) ambos domínios.
- Clíticos são sintaticamente caracterizados como: (i) Determinantes; (ii) Nomes; (iii) uma combinação de ambas categorias.
- Geração e movimento: (i) Clíticos se movem para uma posição-Q subjacente; (ii) clíticos são *base-generated* em algum local designado em associação com um argumento aberto ou coberto em posição-Q.
- (i) Clíticos encabeçam uma projeção máxima da categoria DP com uma estrutura interna como em (a); (ii) clíticos são terminações singulares de uma projeção D mínima/máxima, como em (b):



- No contexto das análises que assumem movimento dos clíticos, esse movimento é considerado como: (i) movimento de núcleo; (ii) movimento XP; (iii) uma combinação dos dois anteriores.
- Movimento-XP de clíticos pode ser: (i) movimento-A; (ii) movimento-A'.
- Se o clítico é adjungido a um núcleo, essa adjunção pode ser: (i) à esquerda; (ii) à direita.

- Quando o clítico se move como um núcleo, o local alvo desse movimento podem ser várias categorias funcionais diferentes: Agr_s, Agr_o, Infl, T, F...
- Desde que o verbo também se mova no esqueleto funcional, a posição final do clítico com respeito ao verbo é determinada pelo movimento do verbo e suas extensões.

4.2.1

Clíticos como Ds

Ramos (1999:67) salienta que a partir dos anos oitenta a idéia dos pronomes como Ds – originalmente postulada por Postal (1966)²⁰ – começa a ser elaborada de forma mais sistemática; em primeiro lugar com o trabalho pioneiro de Raposo (1973) para as línguas românicas e, posteriormente, retomada por outros pesquisadores como Kayne (1991), Corver & Delfitto (1993), Uriagereka (1995) e o mesmo Raposo (1998, 2000), dentre outros. Contudo, embora esses trabalhos todos assumam que o clítico pronominal seria um D, há vários pontos nos quais essas análises não convergem.

Outra questão importante é que, embora todas as análises resenhadas enquadrem-se no *framework* gerativista e, quase todas elas, com exceção de Kayne (1991), assumam os pressupostos minimalistas, nenhuma das propostas levantadas assume uma versão recente do PM. Sendo assim, uma leitura dessas propostas à luz de versões mais atuais pode requerer a re-interpretação de alguns pressupostos.

Uriagereka (1995) considera que os clíticos pronominais são unidades morfofonológicas com propriedades que os distinguem tanto dos afixos quanto das palavras de conteúdo. O autor chama a atenção para as semelhanças de natureza sintático/semântica entre os clíticos acusativos de 3ª pessoa e os D. Ambos seriam elementos referenciais e específicos, duas características que, segundo Uriagereka, desempenham um papel decisivo na colocação dos clíticos. Os clíticos atuariam como uma “âncora” para a nova informação, isto é, remeteriam a algo já familiar no discurso.

²⁰ De acordo com a hipótese de Postal (1966), os pronomes são artigos subjacentes, mais especificamente, artigos definidos. Logo, os pronomes são artigos derivados a partir de um N subjacente que contém um traço +Pro(nome).

Uriagereka considera que existem duas abordagens para o tratamento dos clíticos: uma perspectiva morfofonológica, segundo a qual o clítico se move para satisfazer algum tipo de requerimento na formação das frases prosódicas ou morfológicas, e uma perspectiva sintática, que também assume que os clíticos têm de se mover para uma posição mais alta, mas que não fornece uma motivação para esse movimento.

A perspectiva de análise proposta pelo autor é uma abordagem sintática que assume que a principal motivação para a localização e movimento dos clíticos pronominais provém precisamente da natureza específica e referencial desses elementos, ou, como ele mesmo a denomina: *the syntax of specificity and referentiality*. Essa idéia, central na proposta de Uriagereka, se traduz no chamado *Restrictive Mapping Slogan* (Uriagereka, 1995:90):

(48)

Restrictive Mapping Slogan (RMS)

Only and all material assigned VP-external scope is interpreted as specific at Logical Form.

Segundo esse princípio, apenas o material movido para fora do VP, e só ele, é interpretado como sendo específico em LF. Conforme esse slogan, os clíticos se movem porque são específicos. O autor assume que expressões específicas são marcadas como tais no marcador frasal inicial.

Uriagereka questiona a perspectiva *base-generated* para a colocação dos clíticos a partir da análise de estruturas com duplicação (configurações muito freqüentes no ES e, especialmente, no ER):

(49)

Lo_i vi a Juan_i.

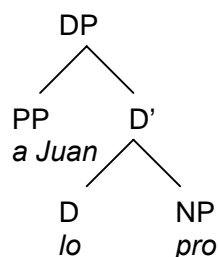
O-ACUS ver-PRES 1^a SG a-PREP. ACUS-João

[Vi o João]

A questão que se coloca é a seguinte: se o clítico é gerado na mesma posição na qual é realizado superficialmente (i.e., um local mais alto na árvore sintática), como poderia o elemento duplicado estar associado a essa posição? A explicação

proposta para esse fenômeno consiste em assumir que o elemento duplicado (o clítico) é o especificador de um DP complexo complemento do verbo.

(50)



Na derivação em (50) o clítico ainda deve tomar a sua posição para *Spell-out* (já que não é gerado na mesma posição em que será morfo-fonologicamente realizado), assim, o clítico se move como núcleo do DP para uma posição mais alta na árvore sintática. É assumida ainda uma projeção funcional F na periferia esquerda da sentença (formulada pelo próprio Uriagereka, 1992), que tem TP como seu complemento. Segundo essa análise, F codifica sintaticamente o ponto de vista do falante ou do sujeito de uma encaixada, o que permite a atribuição da referência. Contudo, não fica claro de que forma se daria essa codificação. Uma explicação nos moldes das versões recentes do modelo minimalista envolveria a presença de traços formais (interpretáveis pelo sistema computacional) específicos no léxico para codificar essas propriedades. Porém, esse ponto não é desenvolvido por Uriagereka. F é definido como “*a point of interface at LF between the competence levels of syntax and the performance levels of pragmatics*” (Uriagereka, 1995:93). De acordo com essa definição, são vários os elementos que poderiam ser hospedados nesse local: sintagmas de tópico, de ênfase, expletivos não nulos, etc.

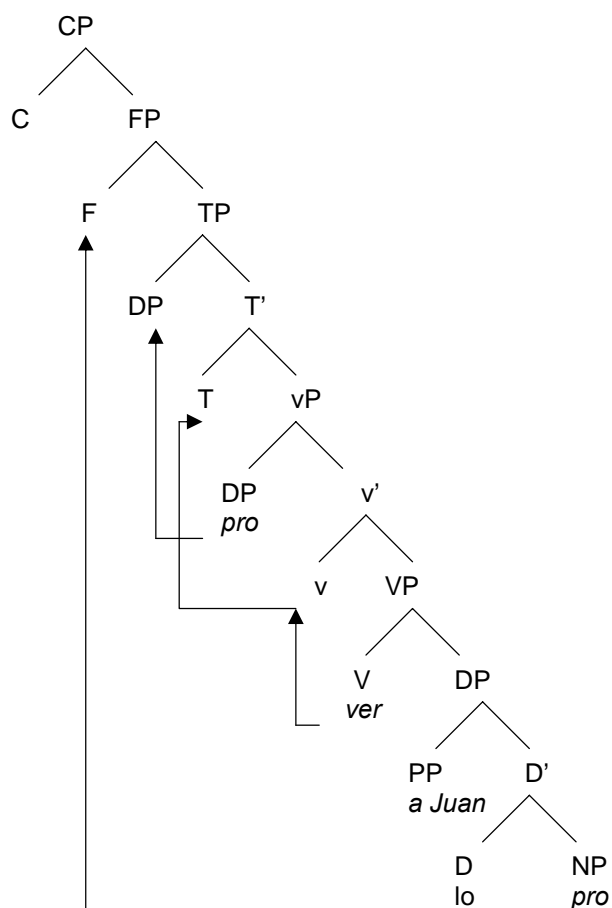
Uriagereka considera os clíticos como sendo elementos defectivos; isto é, sub-especificados para o traço de pessoa. Segundo a perspectiva adotada, essa defectividade faz com que o clítico precise se mover para o local (F) no qual é referencialmente indexado, já que nesse local seria “fornecido” o traço de pessoa para o clítico. Numa versão mais recente do Minimalismo poderíamos considerar que o clítico pronominal contém um traço não interpretável de pessoa que precisa ser valorado e apagado, essa valoração seria realizada em F.

A idéia da sub-especificação do clítico para pessoa é desenvolvida por Uriagereka a partir da intuição de Benveniste (1974) segundo a qual *pessoa* seria simplesmente um modo pragmático de codificação referencial do falante. Se essa intuição estiver certa, então seria natural que esse processo seja expressado por F, considerado como o local sintático que atua como uma interface com a indicialidade pragmática.

A estrutura abaixo (51) representa uma derivação sintática segundo a análise proposta:

(51)

Lo_i vi a Juan_i.



A análise de Uriagereka se concentra no ES, o Galego e o Francês, que são consideradas como exemplos paradigmáticos de diferentes estágios na fixação de

parâmetros entre as línguas românicas. O ES e o Galego seriam línguas do tipo *F ativo*; por sua vez, línguas, como o Francês, apresentariam uma projeção *F inativa* na sintaxe²¹; ou seja, essas línguas variam na forma em que codificam o ponto de vista.

Analisando o potencial explanatório da proposta de Uriagereka (1995), Stiasny (2006) considera que adotar o ponto F como local para os clíticos apresenta várias desvantagens. Em primeiro lugar, a autora considera que as propriedades outorgadas à projeção F não são muito compatíveis com as características essenciais dos clíticos, quais sejam: ser elementos desprovidos de acento, incapazes de formar uma sentença de forma independente, nunca funcionar como foco e precisar sempre de um hospedeiro.

Em segundo lugar, a autora questiona qual seria a motivação que faria o clítico se separar do seu hospedeiro e se mover para FP e, mais precisamente, qual é o traço que F possui e o clítico precisa checar? Contudo, consideramos que esse ponto em particular não seria questionável já que Uriagereka estabelece que a defectividade do clítico no que diz respeito ao traço de pessoa seria responsável pelo movimento. Assume-se que esse traço é um modo pragmático de codificação referencial do falante e, sendo F o local na sintaxe que codifica o ponto de vista, o traço de pessoa poderia ser valorado nessa projeção. Entendemos que, segundo a análise proposta, F valoraria o traço de pessoa do clítico atribuindo o valor *default*, no caso, de terceira pessoa.

Por último, a autora questiona também o fato de que Uriagereka associa F a um requerimento de LF, mas segundo ela, não esclarece que tipo de requerimento seria esse. Esse ponto também não nos parece polêmico, se forem consideradas questões de escopo como pertinentes a relações da interface sintaxe/semântica.

Em linhas gerais, a proposta de Uriagereka apresenta alguns pontos que podem gerar controvérsia (Stiasny, 2006), mas que podem ser re-interpretados à luz de versões recentes da proposta minimalista. Consideramos, contudo, que o fato de assumir F (com as características que já foram descritas) como local para o clítico pronominal não fica claramente fundamentado.

²¹ No francês, os clíticos são sistematicamente proclíticos tanto nas sentenças finitas quanto nas não-finitas. Esse padrão para a colocação dos clíticos tem sido associado à concordância fraca (Kayne, 1989). Uriagereka, por sua vez, vincula à perda da propriedade *pro-drop* dessa língua à inatividade de F.

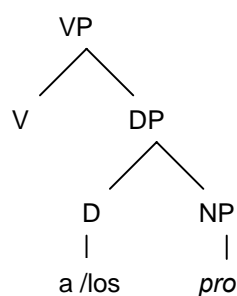
Por sua vez, Raposo (1998) também desenvolve uma análise do sistema pronominal do Português sob uma perspectiva minimalista, compatível com a proposta de que os pronomes são D (Postal, 1969), inclusive as formas nominativas e dativas. Nessa análise é considerado que a forma *o* é um autêntico D (uma projeção ⁺mínima; ⁻máxima), enquanto que os pronomes nominativos e dativos são analisados como projeções [⁺mínimas; ⁺máximas] que incorporam um traço nominal na sua matriz de traços gramaticais.

Antes de adquirir o estatuto de pronome, a forma *o* pode se realizar como um artigo definido. É assumido ainda por Raposo que todo argumento é nucleado por um D, que pode ou não ser foneticamente realizado. O autor considera que o DP objeto ocupa a posição de complemento de V e que o complemento do D é uma categoria vazia *pro* :

(52)

Eu não *a* vi.

Los *compré*.



Raposo assume para a sua análise a estrutura para sentenças com verbos transitivos proposta por Chomsky (1995). De acordo com essa perspectiva, *Agree* não é uma projeção e a categoria *v* (verbo leve) é introduzida c-comandando o VP. É assumida ainda, a teoria de checagem de traços (Chomsky, 1995) e a distinção entre dois conjuntos de traços formais: [⁺/⁻ interpretáveis] e [⁺/⁻ intrínsecos]. Diferentemente de Chomsky (1995), para quem a distinção [⁺/⁻ intrínsecos] não desempenha nenhum papel na derivação, Raposo considera que ela tem um papel importante com relação a questões de economia. O autor introduz uma nova operação chamada ADD (Added) que seria a responsável por adicionar os traços - intrínsecos nos itens lexicais da numeração (sendo que esses traços não estariam listados na entrada lexical do item)²².

²² A operação proposta por Raposo (1998) atuaria com anterioridade à formação da numeração e não é prevista pelo modelo tal como descrito no capítulo 3 desta dissertação.

Na análise desenvolvida, Raposo atribui à forma *o* uma propriedade que denomina como propriedade P(proclítico). P integraria a caracterização lexical de *o*, mais especificamente, faria parte do conjunto de traços F(onológicos) desse elemento. Assume-se que:

- a) a forma *o* é fonologicamente dependente (é um clítico).
- b) a sua direção de cliticização é esquerda - direita (é proclítico).

No modelo minimalista, se P não for satisfeito a derivação não converge em PF. Esse fato leva o D a se mover como último recurso (*Last Resort*) a fim de satisfazer o requerimento de P. A cliticização é explicada nesses termos, com base numa propriedade de natureza morfofonológica, porém, sintaticamente codificada a partir de uma propriedade legível para o sistema computacional.

Uma questão crucial é determinar o local dos traços formais no argumento, para conseguir explicar qual é a categoria que se move na cliticização. A cliticização em português e nas línguas românicas em geral, é reduzida por Raposo (1998) à operação *Move F*. Especificamente, a cliticização seria um caso de *Move F* com um *pied pipping generalizado*. Em LF apenas conjuntos de traços formais do núcleo de um argumento são movidos. Nesse sentido, considera-se que é o D quem carrega os traços relevantes para a checagem dos mesmos. Por outro lado, o fato de que Ns podem ocorrer com todos os Ds sugere que N não está marcado com esse traço. Outra evidência de que os traços seriam carregados pelo D é fornecida a partir de dados da variante não padrão do PB falado (exemplos fornecidos por Raposo, 1998):

(53)

- a. os menino cantou.
- b. *o meninos cantou.

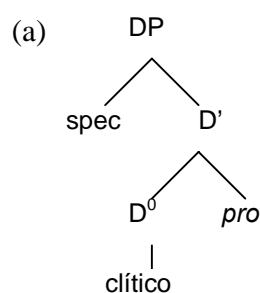
Segundo esses dados, é possível considerar que traços- ϕ [-interpretáveis] podem não ser realizados morfológicamente. Se essa interpretação for correta,

então seria compatível com a tese de que pelo menos o traço de número não seria interpretável no N, mas no D²³.

Raposo estende a consideração de que pronomes são Ds ainda para as formas dativa e nominativa. Assim, assume que *lhe* é um D com traço de caso e que o caso é atribuído pelo verbo, possivelmente como caso inerente. Ou seja, verbos que selecionam OI teriam um traço [+intrínseco] e [-interpretável] de caso dativo para ser checado. Tanto a forma *lhe* quanto *ele* são considerados como Ds “complexos”. Nos termos de Chomsky (1995) essas formas seriam projeções [+mínimas, +máximas] contrastando com os Ds “puros” *lo/o* que seriam projeções [+mínimas, -máximas].

Num outro trabalho recente, Raposo (2000:268) adota os seguintes pressupostos para dar conta da posição dos Cl:

- (i) Clíticos são núcleos de projeções funcionais máximas como em (a);
- (ii) Clíticos se movem como núcleos e eles se adjungem a categorias funcionais;
- (iii) A adjunção de clíticos é invariavelmente à esquerda.



Na análise proposta, é assumido que na configuração da próclise, o verbo e o clítico são adjungidos na mesma categoria funcional, contrariamente ao postulado por Uriagereka (1995). A idéia central colocada é que a ênclise no PE - e em outras línguas românicas contemporâneas e antigas - é um efeito do movimento do T contendo o verbo para o Spec F, com o clítico adjungido a esquerda de F.

²³ Evidências experimentais sobre a aquisição de número por crianças falantes do PB fornecem dados a favor dessa hipótese (ver Ferrari-Neto, 2003). Augusto, Ferrari-Neto & Corrêa (2006) argumentam, no entanto, que é impossível determinar a partir de dados de aquisição em que categoria o traço de número seria interpretável, sendo compatíveis tanto uma análise que assuma que número é interpretável em D, quanto uma que incorpore uma projeção específica dedicada a número, do tipo NumP.

Kayne (1991) assume uma análise para a cliticização no Italiano e no ES na qual considera que os clíticos são gerados na posição canônica de objeto, a partir da qual se movem para uma projeção funcional mais alta. Segundo a análise proposta, os clíticos se adjungem invariavelmente à esquerda. A ordem verbo-clítico derivaria do movimento do próprio verbo para uma posição ainda mais alta. Kayne argumenta que há uma projeção adicional (*Infinitive Projection*- InfnP) entre VP e TP, até a qual a raiz dos verbos infinitivos poderia se mover.

Assim como Uriagereka e Raposo, Kayne também considera que os clíticos nas línguas românicas têm que se adjungir a um núcleo funcional. Se esse núcleo domina o verbo, o resultado é a ordem clítico-verbo, freqüente nas línguas de sujeito nulo como o ES. A ordem verbo-clítico é resultado do movimento do verbo, como já foi colocado.

Neste estudo, assume-se uma caracterização de clíticos como D. Consideramos, contudo, interessante que se considerem tratamentos alternativos com vistas a contrastar outras abordagens e, ainda, com o intuito de recuperar a discussão instaurada na literatura sobre a natureza categorial dos clíticos pronominais.

4.2.2

Clíticos como elementos distintos de D

Os pronomes átonos do ES atual têm sido descritos como categorias sintáticas plenas caracterizadas pela ausência de acento próprio. Não obstante, há também propostas alternativas que consideram a idéia de que os clíticos pronominais são morfemas flexionais verbais. Essa hipótese está presente desde a Gramática Tradicional nos trabalhos de Lenz (1920) e Llorente & Mondéjar (1973), assim como em artigos mais recentes (Mendikoetxea, 1993; Fernández Soriano, 1993, 1999; Camacho, 2002, dentre outros, In: Camacho, 2005)). Os argumentos levantados para defender essa perspectiva se baseiam nas seguintes características dos clíticos (Camacho, 2005):

- (a) dependem morfológica e fonologicamente de um mesmo hospedeiro: o verbo;
- (b) ocupam a posição proclítica ou enclítica com relação ao verbo, dependendo da natureza flexional deste; ou seja, das suas propriedades morfológicas;
- (c) formam *grupos clíticos* com uma ordem linear estrita em cujo interior se produzem efeitos de assimilação (***le** lo compró → **se** lo compró).

(d) Assim como as unidades morfológicas, os clíticos não podem estar sujeitos a coordenação, funcionar isoladamente como resposta a uma interrogativa nem ser submetidos a mecanismos de extração;

Por último, os pronomes átonos do ES atual se caracterizam por intervir nas chamadas estruturas de duplicação²⁴ nas quais um clítico e um PP co-referentes ocorrem na mesma sentença:

(54)

Le_i compré un libro **a mamá_i**.

Lhe-DAT 3ª SG comprar-PASS 1ª SG um livro a mamãe.

“Comprei um livro para mamãe”.

Esta perspectiva que não considera o clítico como pertencendo a categoria D, assume que o pronome átono da sentença acima não estaria preenchendo uma posição argumental, mas que seria o PP quem ocuparia essa posição. Cumpre destacar que esse mesmo argumento é levantado na literatura também em sentido contrário, considerando que nessa configuração o PP pode ser omitido, mas não o clítico (Groppi, 1998, 2004)²⁵, sendo o pronome átono aquele que satisfaz os requerimentos argumentais do verbo.

(55)

a. *(Le) pedí ayuda a mi esposo.

Pedir-PASS 1ª SG ajuda a meu marido-DAT 3ª SG.

“Pedi ajuda para o meu marido”.

b. Le pedí ayuda (a mi esposo).

Lhe-DAT 3ª SG pedir-PASS 1ª SG ajuda.

“Pedi ajuda”.

Voltando à perspectiva que assume que o clítico não é um D, considera-se que esse elemento funciona como marca verbal de concordância de objeto. Camacho (2005) conclui que, pelos motivos expostos, o comportamento sintático, morfológico e fonológico do clítico parece indicar que a natureza dessas unidades é

²⁴ Essas estruturas são abordadas no Capítulo 3 desta dissertação.

²⁵ Esse ponto é desenvolvido no Capítulo 3.

morfológica e não sintática. Em outras palavras, assume-se nesta perspectiva que os clíticos pronominais do ES funcionam como morfemas de concordância formando uma unidade fonológica, morfológica e sintática com o verbo.

Camacho (2005) considera que os clíticos do ES têm sofrido uma série de mudanças diacrônicas pelas quais o seu estatuto categorial tem se visto afetado. A autora considera quatro estágios nessa mudança: clíticos de Wackernagel, clíticos de Tobler-Mussafia, clíticos categoriais e morfemas de concordância. Fontana (1993) compartilha a idéia do clítico como afixo de concordância e, assim como Camacho (2005), estuda a evolução histórica da colocação dos clíticos no ES.

Franco (1993) também defende que o clítico é um morfema de concordância do verbo e não um argumento pronominal fonologicamente dependente. O autor baseia essa afirmação numa análise do fenômeno da duplicação dos clíticos pronominais no ER. Segundo Franco, em sentenças como (55) o fato de haver um clítico duplicando um argumento é indício de um processo de gramaticalização, processo este que finalizaria com a afixação da marca de objeto no verbo, de forma semelhante a uma desinência, tal como acontece com a marca morfológica de sujeito.

Por sua vez, Galves (1997) questiona a idéia de que clíticos sejam D alegando que se o D é a categoria associada a referência por excelência resulta impossível dar conta de qualquer interpretação referencial atribuída aos clíticos nos casos em que estes aparecem com um antecedente predicativo ou sentencial. A autora considera que os clíticos deveriam ser considerados como elementos de concordância que marcam apenas uma posição com alguns traços que permitem recuperar o argumento ou predicado antecedente, independentemente de qualquer interpretação referencial.

Num trabalho recente (Galves et al., 2005) as autoras apresentam uma análise contrastiva para a colocação dos clíticos no PB e no PE, assumindo que clíticos seriam afixos frasais, sujeitos a regras de formação de palavras como qualquer outro afixo. Essa formulação está em consonância com propostas recentes no *framework* da Morfologia Distribuída.

Jakubowicz et al. (1998, 1999) estabelece uma distinção entre pronomes e clíticos em virtude da complexidade da computação sintática de cada um desses elementos. Assim os autores distinguem entre:

- os casos em que o *Merge* entre argumento e predicado se realiza canonicamente (colocando como exemplo os DPs lexicais no Francês e no Inglês e os pronomes no Inglês);
- os casos em que o *Merge* é realizado com uma categoria funcional (o caso dos clíticos acusativos no Francês e nas línguas românicas em geral).

No primeiro caso a computação sintática seria menos complexa do que no segundo. De acordo com essa distinção, clíticos não pertenceriam a categoria D.

Já Halpern (1998) observa que os elementos comumente chamados de *clíticos* constituem um conjunto heterogêneo e levanta dois sentidos principais para o termo:

(a) Em certos contextos, *clítico* denota um elemento prosodicamente fraco (que carece de acento), elemento que não é canonicamente flexional nem afixo derivacional. É neste sentido que o termo é normalmente utilizado na discussão de questões de corte fonológico. Do caráter dependente do clítico (ele deve ser incorporado dentro de uma estrutura que seja prosodicamente mais forte) deriva um diagnóstico comum que distingue clíticos de palavras independentes: ele não pode constituir uma sentença por si só. O clítico constitui uma unidade prosódica se combinando a esquerda do seu hospedeiro (próclise) ou então, se adjungindo a direita (ênclise).

Segundo Halpern, cliticização, nesse sentido estritamente fonológico, não envolve nenhuma consequência sintática²⁶.

A partir de Zwicky (1977) elementos não acentuados e sob outros aspectos não excepcionais são conhecidos como *clíticos simples*.

(b) Em contraste com a definição prosódica, a literatura sintática normalmente faz uso do termo para se referir a certo tipo de pronomes fracos encontrados nas línguas românicas modernas, elementos que aparecem em uma posição especial dentro da sentença. Muitas vezes, na literatura são chamados de *clíticos especiais*, seguindo a definição clássica proposta por Zwicky: “items that follow special (non-syntactic) principles to be correctly placed and ordered in the utterance”.

²⁶ Essa afirmação pode ser contrastada com o proposto por Raposo (1998). Segundo ele, a propriedade P responsável pelo movimento do clítico é, originalmente, um traço fonológico. Porém, essa propriedade teria consequências no momento da derivação sintática, uma vez que o movimento do clítico é obrigatório para que a derivação possa convergir em PF. Com base no Princípio de Interpretabilidade Plena, são assumidas restrições para a sintaxe impostas pelos sistemas de desempenho. Na perspectiva de Raposo (1998), a cliticização nas línguas românicas seria um exemplo dessas restrições.

Kayne (1975, In: Halpern, 1998:104) salienta vários pontos nos quais há semelhança entre clíticos verbais e afixos. Em primeiro lugar, eles aparecem adjacentes ao verbo, morfológica ou fonologicamente adjungidos a ele. Por outra parte, clíticos estão sujeitos a condições de co-ocorrência similares às registradas para os afixos flexionais. Essas condições são expressas sob o termo de moldes (*templates*) os quais separam os clíticos em grupos associados a um conjunto ordenado de posições. Por exemplo, no ES, nas construções com gerúndio os clíticos pronominais seguem uma ordem precisa (OI > OD):

(56)

Agradeciéndoselo.

Agradecer-GERÚNDIO *se*-DAT 3^a *lo* – ACUS 3^a SG.

No Búlgaro a ordem fixa é:

b. NEG>FUT>AUX>OI>3SG>AUX (Exemplo fornecido por Halpern, 1998:105).

Contudo, apesar das similaridades acima apontadas, Halpern (1998) afirma que sob alguns aspectos os clíticos não são equivalentes a afixos de concordância. O autor considera que, em primeiro lugar, concordância é uma relação local entre um núcleo e seus argumentos. Afixos flexionais estão geralmente localizados em uma posição fixa em relação à raiz. Por outra parte, é salientado que a flexão pode apresentar um grau considerável de irregularidade, envolvendo alomorfes particulares. Porém, o autor também não assume que clíticos possam ser considerados como pertencendo a categoria D. Halpern (1998) considera que as aparentes características distintivas dos clíticos podem ser mais um resultado da sua fraqueza fonológica do que decorrentes de questões sintáticas ou morfológicas.

4.2.3

Outras caracterizações: parâmetros de colocação

Klavans (1985) sugere três parâmetros para definir as variações na colocação dos clíticos. A autora afirma que esses parâmetros estão baseados na teoria X' e que todos eles têm valores binários.

P1 expressa a possibilidade de que o CI se adunja a um constituinte inicial ou final dominado pela frase específica na qual o clítico ocorre:

[P1] **Dominância:** INICIAL/FINAL.

O P2 especifica se o CI ocorre antes ou depois do hospedeiro escolhido por P1:

[P2] **Procedência:** ANTERIOR/POSTERIOR.

P3 determina a direção para o attachment fonológico:

[P3] **Vínculo fonológico:** PROCLÍTICO/ENCLÍTICO.

Os princípios formulados pretendem dar conta da variedade de possibilidades para a colocação dos CI que pode ser encontrada nas línguas naturais. Contudo, eles não fornecem uma explicação para a localização dos CI nas diferentes línguas.

4.3

Síntese

A revisão da literatura permite que se reitere a afirmação colocada no início deste capítulo: não há consenso teórico para o tratamento dos clíticos. Com relação à sua natureza categorial, eles são considerados como:

- Pertencendo à categoria D (Uriagereka, 1995; Raposo, 1998, 2000; Corver & Delfitto, dentre outros);
- Afixos flexionais (Galves, 1997; Galves et al. 2005; Camacho, 2004, 2005; dentre outros);
- Partículas sem um estatuto categorial claro (Halpern, 1995,1998).

No que diz respeito à motivação para a sua colocação, as opiniões também são contraditórias:

(i) Para Uriagereka (1995), Corver & Delfitto (1993): o clítico se move por causa do seu caráter deficitário para F(oco). Em F o traço –interpretável de [pessoa] poderia ser checado. A motivação para o movimento é sintática, mas decorre de restrições em LF.

(ii) Raposo (1998, 2000) assume que a localização dos clíticos nas línguas românicas é um caso de *pied-piping* mínimo generalizado para evitar que a derivação fracasse em PF. O movimento do clítico deve-se a propriedade P desse elemento. A motivação para o movimento é definida como sendo uma restrição imposta por PF.

No quadro teórico Minimalista assume-se que o clítico é gerado em posição canônica como membro da categoria D ^{máx/mín} (Madeira, 1993; Cardinaletti, 1994;

Uriagereka, 1995; Torrego, 1995; Chomsky, 1995; Franks, 1998; Raposo, 1998; dentre outros). Posteriormente, a partir de algum tipo de requerimento –que varia conforme a proposta teórica – o clítico se move até uma posição mais alta na árvore sintática.

No que concerne às posições que o clítico alcança em diferentes línguas (comparando os sistemas românicos e eslavos), Camacho (2004) considera que estes podem ocupar diferentes categorias funcionais, e nesse sentido, é possível estabelecer três derivações diferentes:

(a) os *clíticos categoriais* se movem para a mesma projeção funcional que o verbo (Kayne, 1989, 1991), Conc^o.

(b) *clíticos de Tobler-Mussafia* sobem até Comp^o (Madeira, 1993) ou até uma categoria funcional extra denominada Frase de Tobler Mussafia [FTM] (Rivero 1997); e

(c) *clíticos de Wackernagel* aterrizam em Comp^o (Terzi, 1994) ou então numa projeção chamada de Frase Wackernagel [FW] (Rivero, 1997).

Para concluir, é importante acrescentar que, do ponto de vista do minimalismo, as análises encontradas na literatura apontam basicamente para duas possibilidades de se caracterizarem os clíticos:

(a) como elementos que prosodicamente implicam certa estrutura; logo, a relação sintaxe-fonologia estaria atuando;

(b) são considerados com base na necessidade de interpretação semântica específica desses itens vista como uma necessidade semântica que precisa ser codificada sintaticamente, já que demanda movimento visível.

Essas duas possibilidades serão exploradas neste trabalho com base em dados da aquisição dos complementos pronominais acusativos no PB e no ER. Nesse sentido, as análises propostas por Uriagereka (1995) e Raposo (1998, 2000) serão tomadas parcialmente como referências, sendo que a primeira fornece uma análise baseada em demandas semânticas (o que poderia ser compatível com a nossa hipótese para o PB) e a segunda, se baseia em demandas da interface fonética, ponto que pode sustentar a nossa hipótese com relação ao ER.

É importante salientar que a análise para o ES dos clíticos como marcas de concordância vai na mesma direção da hipótese avançada na introdução desta dissertação no sentido de que esses complementos seriam apreendidos via interface fonética. Essa consideração poderia, contudo, ser reinterpretada com base

na hipótese de que clíticos são D, como marca de concordância com valor argumental.

5

Aquisição de complementos pronominais

A aquisição de pronomes sujeito tem sido um tópico bastante estudado na literatura, especialmente no que concerne às diferenças entre línguas que admitem a omissão do sujeito (línguas *pro-drop*) e línguas que não permitem o sujeito nulo (*não-pro-drop*). Esses estudos se desenvolveram, sobretudo, no âmbito da Teoria Gerativa durante os anos 80, período durante o qual o estudo da AL foi formulado em termos da fixação de parâmetros (Corrêa, 1999).

Todavia, a bibliografia sobre aquisição de complementos pronominais objeto é comparativamente pequena (Stiasny, 2006) e apresenta uma certa homogeneidade, no sentido de que, na sua grande maioria, trata-se de estudos baseados na análise de dados de coletas longitudinais; isto é, estuda-se predominantemente a produção das crianças. Neste capítulo fornecemos uma breve revisão dessa literatura, levantando os principais tópicos pesquisados em diversas línguas, mas dando especial atenção aos estudos conduzidos no PB e no ES. Existem ainda alguns trabalhos que abordam questões muito específicas os quais não serão abordados nesta revisão: aquisição do princípio B da ligação (Baauw, et ali 1997), duplicação de clíticos (Torrens & Wexler, 2000), dentre outros.

Como já foi avançado na Introdução desta dissertação não temos conhecimento de nenhum trabalho que aborde o problema da aquisição dos complementos pronominais da perspectiva da compreensão da criança e, menos ainda, de propostas que forneçam evidências pertinentes à percepção dos mesmos. Cumpre salientar que existe uma literatura da década de 80 que aborda o tema da compreensão de formas pronominais, no contexto da verificação do quanto o princípio B da Teoria da Ligação²⁷ estaria ativo na gramática inicial das crianças. Esse ponto não é, contudo, o alvo do presente estudo.

²⁷ A *Teoria da Ligação*, tal como definida no contexto do modelo de Princípios & Parâmetros (Chomsky, 1981), envolve os princípios em (1) e as definições auxiliares em (2) e (3) (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2004):

(1)

(i) Princípio **A**: Uma anáfora (ex. um pronome reflexivo ou recíproco) deve estar ligada no seu domínio.

(ii) Princípio **B**: Um pronome deve estar livre (não ligado) no seu domínio.

(iii) Princípio **C**: Uma expressão-R(eferencial) (Ex. um nome) deve estar livre (sempre).

(2) *Dominio*

α é o domínio de β se e somente se β é o IP (TP) mínimo que contém β e o regente de β .

5.1

Aquisição de complementos pronominais em diferentes línguas

A literatura sobre aquisição de clíticos pronominais informa que no período compreendido entre o 1;8²⁸ e os 2;9 as crianças alcançam habilidades semelhantes às dos adultos na produção desses elementos. Há, não obstante, algumas diferenças particulares no que diz respeito à língua em aquisição. Stiasny (2006) afirma que crianças adquirindo o ES alcançam um nível de domínio equivalente ao adulto por volta dos dois anos (2;1) enquanto que crianças falantes de Croata atingem esse mesmo ponto um pouco depois (com 2;9).

Dados do Warlpiri, uma língua na qual o local para os clíticos é -como no Croata- a segunda posição na frase entonacional, mostram que os primeiros clíticos pronominais aparecem na fala da criança em torno dos 2;0, mas unicamente em frases do tipo imperativo que parecem ser processadas como uma unidade. É registrada maior variabilidade depois dos 2;8 (Stiasny, 2006).

Já no Francês, que apresenta clíticos pronominais sujeito e objeto, é reportado que os primeiros emergem bastante antes do que os segundos (2;3 para os clíticos sujeito e 3;0 para os objeto). Somente os clíticos objeto de terceira pessoa *le(s)/la* e o reflexivo *se* aparecem na fala da criança precocemente (a partir dos 2;4). Os clíticos dativos parecem ser dominados mais tardiamente nessa língua do que os acusativos. Tem sido sugerido (Weissenborn et al, 1990, In: Stiasny, 2006) que essa aquisição tardia dos dativos no Francês pode estar vinculada à ambigüidade da forma (clítico *lui* e não clítico *à lui*) assim como à interferência do sistema de determinantes que incluem as mesmas formas como clíticos acusativos.

O sistema de clíticos do Grego moderno apresenta distinções de gênero, número e caso para cada pessoa, podendo aparecer em configurações de ênclise e de próclise. Há evidências de que (Stephany, 1997) por volta do 1;10 as crianças começam a utilizar o clítico de terceira pessoa singular neutro acusativo de forma produtiva com as formas verbais imperativas, assim como o clítico de primeira pessoa do singular genitivo para se referir a si mesmos. Por volta dos 2;4 emerge o contraste entre as formas singulares e plurais para a terceira pessoa e o contraste

²⁸ O primeiro número se refere a idade (em anos) e o segundo, após o ponto e vírgula, faz referência a meses.

geral entre acusativo e genitivo. Com 2;0 as crianças começam a marcar gênero para a terceira pessoa (Stephany, 1997).

Marinis (2000) analisa os dados de cinco crianças adquirindo o Grego entre os 1;7 e os 2;9. O autor informa que entre 1;9 e 2;1 emerge simultaneamente o uso de clíticos na posição pré e pós-verbal e que não são registrados erros de colocação nesta fase. As crianças parecem obedecer aos mesmos princípios da gramática adulta na colocação dos clíticos desde muito cedo. Já dados do dialeto chipriota mostram que as crianças por volta dos 2;8 anos de idade apresentam uma taxa alta (66%) de realização de próclise em contextos não permitidos pela gramática adulta. Não obstante, a partir dos 3;0 essa taxa cai drasticamente (0-12%). Além disso, a amostra analisada é pequena (dados de 5 crianças), fato que pode ter influenciado esses dados discordantes do observado em outras línguas (como o próprio Grego Moderno Standard, o PE e o ES).

5.2

Aquisição de complementos pronominais no Português

A literatura sobre aquisição de complementos pronominais no PB reflete as peculiaridades da língua. Nesse sentido, enquanto para o ES a bibliografia limita-se principalmente a estudar a emergência dos clíticos na fala da criança, no caso do PB outros tópicos são abordados. Dentre eles, o mais destacado leva em conta a relevância das pistas semânticas na aquisição dos OD. Contudo, se a bibliografia no caso do ES é reduzida, para o PB é ainda mais restrita.

5.2.1

Animacidade e aquisição de complementos pronominais no PB

No que concerne à aquisição de complementos pronominais no PB, Lopes e Cyrino (2004) consideram *animacidade* como uma pista que pode orientar a criança durante esse processo. Observou-se no capítulo 3 desta dissertação que o PB admite objetos nulos em determinados contextos, ocorrendo principalmente com antecedentes [-animados] e também [-específicos]. Lopes e Cyrino (2004), fornecem os exemplos abaixo:

(57)

- a. O Emilio perdeu [a carteira] e não consegue achar Ø/?ela em lugar nenhum.

- b. A Clara não quer que [o filho] veja TV, então ela sempre leva *Ø/ele no parquinho.
- c. O policial insultou [o preso] antes de torturar *Ø/ele.
- d. O policial insulta [presos] antes de torturar Ø/?eles.

Cyrino (1994/1997) considera que o objeto nulo é resultado de elipse do VP. Essa autora propõe que tem acontecido uma mudança diacrônica segundo a qual as crianças estenderam a possibilidade de elipse em estruturas com clíticos neutros para outras estruturas similares –estruturas nas quais o clítico também tem um traço [-animado]– e assim essa análise foi estendida para clíticos com traço [-específico].

Lopes e Cyrino (2004) consideram que, se o traço de animacidade foi relevante para essa mudança sintática, então esse traço poderia ter um papel na aquisição dos objetos pronominais do PB.

Na sua análise, as autoras recuperam hierarquia de referencialidade proposta por Cyrino, Duarte & Kato (2000) que foi descrita no capítulo 3 desta dissertação (cf. item 3.3.2). Com base nessa hierarquia Lopes e Cyrino (2004) afirmam que as línguas podem variar na realização dos pronomes. Se o *input* apresenta pronomes (ou clíticos) na posição mais baixa da hierarquia a criança no processo de aquisição vai considerar esse elemento como um pronome fraco. Já se o *input* apresenta objetos nulos para entidades referenciais, entidades [-animadas] como no PB, então a criança assumirá que todas as posições mais baixas podem ser nulas. Nas línguas que apresentam a opção entre categorias nulas e plenas um dos fatores que influenciam a eleição é a propriedade de [+/-] animacidade do antecedente.

As autoras analisam dados da fala espontânea de duas crianças acompanhadas entre os 1;9-2;8 e os 1;8-3;7, respectivamente. Os resultados da coleta longitudinal apontam para os seguintes fatos:

- A hipótese da hierarquia referencial parece operar durante a aquisição;
- Há uma tendência de associar o traço [- animado] aos objetos nulos;

Esses resultados sugerem que pistas semânticas podem ser relevantes para teorias da aquisição. As autoras apontam ainda que, se traços semânticos são interpretáveis em LF, de acordo com os dados apresentados LF tem um papel importante na aquisição, possivelmente em correlação com PF.

Casagrande (2006) visa a pesquisar a aquisição do OD anafórico no PB com base em dados da fala espontânea de 3 crianças adquirindo essa língua. A autora

informa uma porcentagem alta de ocorrência de objeto nulo nos dados analisados (95-97%). As maiores porcentagens são registradas quando o antecedente é um elemento –animado, +específico.

A ocorrência de antecedentes retomados por pronomes plenos foi registrada num percentual baixo (3,5% do total), sendo que a metade desses casos retomou antecedentes +animados e a outra metade, -animados. A autora chama a atenção para o fato de referentes -animados, +específicos estarem sendo retomados pelo pronome lexical visto que, de acordo com as análises de Cyrino & Lopes (2004) essa retomada não seria esperada. Casagrande sugere que o pronome *e/le* no PB seria um pronome fraco que vem ocupar a posição do clítico acusativo.

Apesar dos resultados aparentemente contraditórios, Casagrande conclui que:

- os dados de produção analisados sustentam a hipótese de que os traços semânticos do antecedente estão guiando a aquisição da linguagem no que tange ao preenchimento da posição de OD anafórico;
- o ON inicial é essencialmente dêitico, mudando seu estatuto com a entrada do pronome lexical.

Essas conclusões podem resultar problemáticas já que os resultados apresentados pela autora não parecem suficientemente robustos. Nos dados por ela analisados são relatadas ocorrências de pronomes lexicais retomando referentes –animados e +específicos. Esse resultado indicaria que, pelo menos *animacidade*, não seria uma propriedade semântica relevante para a criança no que concerne ao preenchimento do OD pronominal.

5.2.2

Pronomes resumptivos no PB

Grolla (2005) explora a emergência de pronomes resumptivos na produção durante a aquisição dos PB como língua materna. A autora coloca como hipótese para a sua análise o fato de pronomes resumptivos serem uma estratégia de último recurso (*Last Resort*). Conforme essa hipótese, os pronomes resumptivos que aparecem em dependências-A' não se encontram em livre alternância com a operação de movimento. Esses pronomes são utilizados apenas para salvar derivações que de outro jeito seriam agramaticais. Logo, são um fenômeno de *performance*.

Grolla salienta o fato de que as línguas naturais variam quanto ao nível de uso de pronomes resumptivos em dependências-A'. No inglês, por exemplo, esses elementos são normalmente impossíveis, utilizados somente em contextos de ilhas:

(58)

a. *This is the boy that Mary loves him.

[Este é o menino que a Maria ama ele]

b. The book that I wondered whether I would get it in the mail

[O livro que eu me perguntei se eu pegaria ele no correio]

Já línguas como o hebraico, admitem um uso bastante livre desses pronomes que podem aparecer em várias posições sintáticas, sem necessidade de existência de ilhas para licenciar essa inserção. Analisando o comportamento do PB em comparação ao hebraico e árabe por um lado, e o inglês por outro, o PB estaria mais próximo dos primeiros, sendo que, nessa língua pronomes resumptivos podem ser encontrados em várias posições sintáticas. A distribuição desses elementos nas posições oblíquas e de objeto direto é descrita como segue:

(i) Estruturas onde os pronomes resumptivos aparecem como complementos preposicionais:

(59)

a. A menina_i que eu falei com _____ ontem

b. Que menina_i que você falou com _____ ontem?

c. Esse livro_i, a Maria disse que o João gostou muito _____ i.

Nessas sentenças, não é permitido que o pronome seja substituído por uma lacuna.

(60)

a. *A menina_i que eu falei com ____i ontem

b. *Que menina_i que você falou com ____i ontem?

c. * Esse livro_i, a Maria disse que ela gostou muito de ____i.

A estratégia de *preposition stranding* não é permitida no PB, assim pronomes resumptivos são usados para evitar construções que seriam agramaticais de outra maneira. Deixar uma lacuna correspondente ao PP complemento também é admitido.

(61)

- a. A menina_i que eu falei ____i ontem
- b. Que menina_i que você falou ____i ontem?
- c. Esse livro_i, a Maria disse que o João gostou muito ____i.

Essa lacuna corresponde a um pronome nulo com propriedades especiais. Ferreira (2000) trata tal categoria vazia como um pronome defectivo sem caso. É importante salientar que esta categoria vazia não alterna com um pronome resumptivo aberto.

(ii) Estruturas com pronomes resumptivos em posição de OD:

(62)

- a. A menina_i que eu vi ela_i ontem na festa
- b. Que menina_i que você viu ela_i ontem na festa?
- c. Esse professor_i, eu já vi ele_i na biblioteca várias vezes.

Nesses casos, uma lacuna também é possível. Embora possa parecer que lacunas e pronomes resumptivos variam livremente na posição de OD –fato que invalidaria a hipótese do resumptivo como último recurso–, a autora considera que a lacuna presente nesses casos não corresponde a um vestígio deixado por movimento. Ela pode aparecer dentro de ilhas, o que comprova que não houve movimento.

(63)

- a. Esse livro_i, eu conheço [uma menina que já leu ____i dez vezes].
- b. Esse livro_i, eu conheço [uma menina que já leu **ele**_i dez vezes].
- c. Que livro_i que você conhece [a menina que já leu ____i dez vezes]?

Com base nessa evidência, a autora considera as lacunas em posição de OD como correspondentes a pronomes resumptivos nulos, *pro*. Levando em conta esses fatos, Grolla salienta que a aparente variação livre entre lacunas e resumptivos não é uma variação entre movimento/inserção do pronome, mas uma variação entre pronome resumptivo nulo/pronome resumptivo lexical.

(iii) Pronomes resumptivos em posição de sujeito:

(64)

- a. A Maria assistiu o filme_i que a crítica disse que ____i é muito violento.
- b. A Maria assistiu o filme_i que a crítica disse que **ele**_i é muito violento.
- c. *Esse menino_i, a Maria não conhece [as cidades que ____i visitou].
- d. Esse menino_i, a Maria não conhece [as cidades que **ele**_i visitou].

Segundo esses exemplos, uma lacuna na posição de sujeito será permitida só quando não estiver dentro de uma ilha.

Grolla considera que no caso de que a hipótese dos pronomes resumptivos como estratégia de último recurso estiver correta, poderia ser previsto um padrão na aquisição desses elementos. Dado que nem todas as línguas fazem uso desses elementos, uma primeira tarefa da criança deveria ser verificar se sua língua permite ou não esse uso. Durante esse período inicial a criança não produziria resumptivos e estruturas contendo dependências-A' seriam produzidas via aplicação de movimento.

(65)

Esse menino_i, eu vi **t**_i.

Segundo a autora, numa segunda fase a criança precisa distinguir que a língua apresenta pronomes resumptivos nulos e plenos. No caso da aquisição dos resumptivos abertos, esta depende da sua identificação no *input*. Já no caso dos resumptivos nulos, a aquisição depende da análise de algumas estruturas. Em consequência, a previsão de Grolla é que a aquisição dos resumptivos abertos precede a dos nulos.

No primeiro estágio de aquisição de resumptivos no PB, a criança usará a estratégia de movimento para gerar dependências-A' com lacunas. Nesse momento, as únicas estruturas que podem ser analisadas pela criança como não violando o princípio de último recurso são sentenças onde a operação de movimento não é possível. Já no segundo estágio, quando a criança conseguiu localizar os pronomes no *input*, ela produzirá apenas estruturas em que o resumptivo aparece em posições a partir das quais movimento é ilícito, como complementos preposicionais e posições dentro de ilhas. O último estágio envolve a aquisição dos resumptivos nulos. Quando a criança adquirir *pro*, as lacunas na posição de objeto direto corresponderão a um pronome nulo e a estratégia de movimento não precisará mais ser empregada.

Dados de aquisição de uma criança entre os 2;0 e os 4;0 são consistentes com as previsões da autora. Dos 2;0 aos 2;10 a criança não faz uso de resumptivos. Entre os 2;11 e os 3;4 apenas resumptivos como objeto de preposições são registrados. A partir dos 3;5 é delimitado o terceiro estágio pela autora.

5.2.3

Aquisição dos reflexivos no PB

Na sua pesquisa sobre a aquisição dos clíticos reflexivos no PB, Andrade (1997) registrou que crianças falantes de PB com até 8 anos de idade e que dominam com certa maestria o sistema pronominal da gramática adulta da sua língua, não demonstram tal domínio em relação aos reflexivos. A autora observa a utilização da forma *se* (chamada nesse trabalho de *arquireflexivo*) para todas as pessoas do discurso. A partir da observação desse comportamento, Andrade levanta a hipótese de que a criança não veria o reflexivo como pertencente ao sistema de clíticos da língua durante um período que se estende até os 8 anos. É levantada a hipótese de que a criança custa a integrar o reflexivo ao quadro de clíticos da língua e daí a dificuldade para estabelecer a concordância de pessoa e número entre o clítico reflexivo e o sujeito da sentença. Os resultados dos experimentos, contudo, demonstraram que as crianças compreendem os reflexivos embora não os empreguem segundo o padrão adulto. Tanto dados longitudinais quanto experimentais sustentam a idéia de que a criança compreende o reflexivo sendo capaz de estabelecer a referência antes de o empregar segundo o padrão

adulto. Para produzir o reflexivo a criança no PB utiliza-se da forma que a autora denomina *arquireflexiva*, adotada como um item lexical que expressa reflexividade.

5.3

Aquisição de complementos pronominais no ES

Como já foi informado, a maior parte da pesquisa em aquisição de complementos pronominais no ES concentra-se no estudo de dados longitudinais de produção. Apenas duas pesquisas fazem uso de numa metodologia experimental embora também tenham como foco a produção das crianças, nesse caso por meio de tarefas de produção eliciada. A emergência dos clíticos (ordem de aparição desses elementos nos dados, omissão, colocação, duplicação dos mesmos, entre outros) é basicamente o único tópico pesquisado na bibliografia.

5.3.1

Produção de clíticos pronominais na aquisição de EE

Domínguez (2003) visa a pesquisar a emergência dos clíticos pronominais na produção a partir da análise dos dados²⁹ coletados entre os 1;07 e os 2;05 anos de vida de uma criança adquirindo EE. A autora toma como base para a sua análise uma série de considerações sobre a natureza específica dos clíticos pronominais no ES. Domínguez assume que há pelo menos dois grupos de clíticos com características morfossintáticas diferentes que seriam relevantes em um estudo da aquisição: clíticos relacionados ao sujeito (*subject-related clitics*) e clíticos relacionados ao objeto (*object-related clitic*). A respeito dessa separação são colocadas as seguintes questões:

(i) Por contraste com os clíticos relativos a objetos, os que remetem ao sujeito estão coindexados com o sujeito (nulo ou pleno), mas não com o objeto:

(66)

a. *pro_i me_i gustó mucho.*

“Gostei muito”

²⁹ Os dados utilizados provêm da base de dados CHILDES.

CHILDES (Child Language Data Exchange System) é uma base de dados de aquisição de mais de 20 línguas criada em 1984. O sistema CHILDES fornece um software (MacWhinney 1987), que permite a quantificação da frequência de aparição de elementos previamente definidos.

b. *Ana **se**_i encontró el libro_i.

“Ana encontrou o livro”.

(i) Os clíticos relacionados ao sujeito apresentam um conjunto de traços reduzido em comparação com os referidos a objetos; uma parte desses clíticos de sujeito são referencialmente ambíguos, alguns não estão marcados em número e nenhum deles tem traço de gênero.

(67)

a. El hombre **se** encontró una bola.

“O homem achou uma pelota”.

a. Las mujeres **se** encontraron una bolsa.

“As mulheres acharam uma bola”

(i) Há certos contextos nos quais o clítico relacionado ao sujeito, diferentemente do relativo ao objeto, não pode ser omitido nem substituído por um DP.

(68)

a. *(me) caí.

“Eu caí”.

b. **La** compré.

“A comprei”.

c. Compré **la carpeta**.

“Comprei a pasta”.

(iv) As formas *me* e *te* podem funcionar relacionados tanto ao sujeito quanto ao objeto.

(69)

a. *pro*_i **Me**_i aprendi la lección.

“Aprendi a lição”.

b. ¿**Me**_i compras los libros **pro**_i?

“Compra os livros para mim?”.

De acordo com as observações anteriores, Domínguez (2003) estabelece uma segunda divisão entre os clíticos: reflexivos (*me, te, se*) tanto relativos a sujeito quando a objeto e não-reflexivos (*la, lo, le...*). Sintetizando, a autora classifica os clíticos do ES em quatro grupos:

- relativos a sujeito \ relativos a objeto;
- reflexivos \ não-reflexivos.

Esses grupos apresentam diferenças na especificação de seus traços: os clíticos reflexivos têm apenas traço de pessoa e unicamente a primeira pessoa do plural (*nos*) tem traço de número. Os não-reflexivos por sua vez, podem carregar até quatro traços diferentes (gênero, número, pessoa e caso).

Com base nessas distinções, Domínguez realiza a sua análise dos dados e conclui que haveria estágios de desenvolvimento diferenciados para a aquisição dos clíticos no EE. Esses estágios podem ser sintetizados da seguinte forma:

- (i) A aquisição dos clíticos reflexivos parece ser anterior à dos clíticos não-reflexivos;
- (ii) Ao longo do processo de aquisição dos clíticos não-reflexivos a criança enfrenta certos problemas: utilização da forma *default* (*lo*) em contextos nos quais outros clíticos deveriam ser usados e duplicação de clíticos em contextos não aceitos pela gramática do adulto³⁰.

Os resultados apontados por Domínguez (2003) para o EE contrastam com as evidências apresentadas por Andrade (1997) para o PB (cf. o item 5.2.3 deste capítulo). Já nos dados do ES analisados por Domínguez, são registradas as seguintes ocorrências na fala de uma criança com 2;1:

(70)

a. *pro*_i **Te**_i vas a caer.

“Você vai cair”.

³⁰ Dominguez (2003) aponta como agramaticais alguns casos de duplicação do clítico que seriam possíveis no ER. Contudo, esses casos não são aceitos no EE.

- b. Yo; **me**, siento como, como tú.
 “Eu me sento como, como você”.
- c. **Se** cae llaeta (galleta).
 “Caiu o biscoito”

Aguado Orea (2000) também analisa as ocorrências de clíticos nos dados de duas crianças adquirindo EE. As primeiras são reportadas por volta de 1;10. O autor reporta um estágio de aquisição intermediário caracterizado por altas taxas de *fillers* no local no qual é esperado o clítico. Porém, o que ele chama de *preenchedores* pode ser considerado como formas dos clíticos não-fonologicamente-*standard*; isto é, formas foneticamente reduzidas do tipo *e por se*.

Aguado Orea argumenta que as crianças começam utilizando a ênclise com os imperativos, depois passam para a próclise e voltam mais uma vez para a ênclise. Os reflexivos são as formas mais utilizadas (esses dados são compatíveis com o informado por Domínguez, 2003), seguidos pelas formas acusativas. Os dativos são utilizados em menor medida. Contudo, a maior taxa de erro é registrada com as formas acusativas. Segundo Aguado Orea, a função do clítico pronominal é o fator determinante para a ordem de aquisição.

Stiasny (2006) fornece um estudo detalhado da aquisição dos clíticos no EE com base numa análise de dados longitudinais de três crianças (provenientes do CHILDES). A autora informa que as primeiras ocorrências de clíticos surgem perto do 1;8 de vida e que por volta dos 2;1 anos de idade a criança alcança um domínio equivalente ao adulto –*Mastery Level*–, pelo menos no que concerne à produção desses elementos.

5.3.2

Omissão de objetos na aquisição do EE

Fujino e Sano (2000) investigam os dados da fala espontânea de três crianças adquirindo o EE na faixa compreendida entre o 1;7 e os 2;10. Os dados utilizados também provêm do CHILDES. Especificamente, é analisado o uso de clíticos e DPs e a sua omissão na posição de objeto. Os autores reportam uma alta percentagem de omissão (objetos nulos) nos dados de duas das crianças (39-96%) e a taxa de omissão decresce com a idade e com a emergência dos clíticos. É informado ainda

que as primeiras ocorrências de clíticos se produzem aos 1;7 numa das crianças, aos 2;0 na segunda e apenas aos 3,9 na terceira.

5.3.3

Aquisição de clíticos no ES: estudos experimentais

Uma das poucas pesquisas registradas na literatura que utilizam metodologia experimental é apresentada por Eisenchlas (2003). Com base numa tarefa de produção eliciada, com vista a repetição, por parte da criança, do estímulo lingüístico apresentado, a autora visa a pesquisar o conhecimento relativo a pronomes clíticos por crianças falantes de ER entre os 3;0 e os 6;4 anos de idade. Mais especificamente, buscou-se examinar se as crianças produzem erros que possam sugerir uma descontinuidade entre a gramática da criança e a do adulto. Nesse sentido, foram consideradas tanto as respostas obtidas durante tarefas experimentais de produção eliciada quanto dados da fala espontânea. Os resultados apresentados indicam que, já na primeira idade testada, as crianças demonstram “competência gramatical” para a localização dos clíticos e não produzem certos possíveis erros previstos.

Participou do experimento um total de 71 crianças, todas falantes nativas de ER. Os participantes foram divididos em sete grupos de acordo com a sua idade (3;0-3;6, 3;7-4;0, 4;1-4;6, 4;7-5;0, 5;2-5;6, 5;7-6;0, 6;1-6;4). Em cinco desses grupos houve 11 participantes enquanto que nos dois grupos restantes foram 10. O sexo dos participantes também foi controlado.

Os estímulos experimentais consistiram de sentenças simples, as quais incluíram um verbo modal seguido de um DP (clítico) objeto direto ou indireto. Duas variáveis foram manipuladas: tipo de clítico (OD, OI) e posição do DP (pré-verbal ou pós-verbal). Essas variáveis foram cruzadas dando como resultado quatro condições:

- OD pré-verbal. Ex. *La linda sirenita quiere invitar esta noche;*
“A linda pequena sereia **a** quer convidar hoje a noite”.
- OI pré-verbal. Ex. *Aladín puede contar un secreto esta tarde;*
“Aladín **lhe** pode contar um segredo hoje a noite”.
- OD pós-verbal. Ex. *Después de jugar Mickey puede ver en el parque;*
“Depois de brincar Mickey pode vê-**lo** no parque”.
- OI pós-verbal. Ex. *Por la tarde Aladín quiere dar un caramelo;*

“Pela tarde Aladín quer dar **me** uma bala”.

Uma terceira variável manipulada foi a idade dos participantes. O design final foi o seguinte: Posição (2) X Tipo (2) X Idade (7).

Foram apresentados dois estímulos para cada tipo de sentença, sendo testadas um total de 8 sentenças. Todos as sentenças-estímulo tinham um comprimento de 8-9 palavras.

Foram observados efeitos significativos nas variáveis posição e idade, mas não houve nenhum efeito para o tipo de clítico. Foram registradas 42% de respostas “inapropriadas”. Desse total de respostas, 73% estavam diretamente vinculadas ao pronome clítico na sentença, incluindo: re-colocação do clítico, principalmente da posição pós-verbal para a pré-verbal (46%), omissão do clítico (16%), mudança nos traços- ϕ (7%) e cópia do clítico (4%).

Exemplos dos diferentes tipos de erros registrados são fornecidos e comentados pela autora:

- **Re-colocação** (movimento) do clítico: 46% dos erros registrados foram dessa natureza. Estudos naturalistas parecem indicar uma preferência pela posição pré-verbal nas crianças falantes de espanhol (González, 1978; López Ornat et al.1994, In: Eisenchlas, 2003).

(71)

a. Estímulo: *La princesa Jasmín puede ver esta noche.*

Resposta: *La princesa Jasmín puede ver esta noche* (5;1).

b. Estímulo: *Por la noche la sirenita puede cantar una canción.*

Resposta: *Por la noche la sirenita puede cantar una canción* (3;0).

- **Omissão do clítico**: representam 16% dos erros registrados. Desse total, 65% das respostas foram registradas nos dois grupos de crianças mais novas. Não houve diferenças significativas de acordo com o tipo de clítico (i.e. As crianças omitiram tanto OI quanto OD). Não obstante, houve sim diferenças com relação à posição do clítico: clíticos pós-verbais representaram 60% do total omitido. Esses dados parecem ser compatíveis com a idéia de que as crianças não tratam as duas posições como sendo equivalentes.

(72)

a. Estímulo: *La linda sirenita quiere invitar esta noche.*

Resposta: * *La linda sirenita Ø quiere invitar esta noche* (3;6).

b. Estímulo: *Por la tarde Aladín quiere dar un caramelo.*

Resposta: *Por la tarde Aladín quiere dar Ø un caramelo* (3;0).

É importante salientar que o tipo de clítico omitido produz diferenças na gramaticalidade da sentença. Enquanto que a omissão do OD deriva sempre em resultados agramaticais, a omissão de OI gera sentenças consideradas gramaticais.

- **Copiado** (duplicação) do clítico: um clítico extra é inserido em posição pré-verbal, levando como resultado à duplicação do clítico por uma cópia redundante.

(73)

Estímulo: *Después de comer Donald quiere a su casa.*

Resposta: **Después de comer Donald quiere a su casa* (3;6).

Esse tipo de resposta é analisada pela autora como sendo um fenômeno de “cópia-sem-apagamento”.

- **Mudança nos traços-φ**: foram registradas alterações nos traços de pessoa, gênero e Caso. Não houve mudanças no que diz respeito ao traço de número. No artigo não são apresentados exemplos para esse tipo de erro. Não houve nenhuma substituição do clítico por pronomes fortes e também não se registraram ocorrências de clíticos mantidos na posição canônica de objeto (fenômeno freqüente em dados de interlíngua).

Wexler et. al. (2002) também visam a pesquisar a aquisição de clíticos no ES com base numa abordagem experimental. Num estudo contrastivo sobre a omissão de clíticos em estruturas participiais³¹ durante tarefas de produção eliciada com crianças falantes de Catalão e EE (com entre 2;0 e 5;0), observam-se os seguintes comportamentos:

- Crianças falantes de Catalão omitem os clíticos com maior freqüência do que as crianças falantes de EE.

³¹ No Catalão, diferentemente do ES, há a possibilidade de concordância opcional do participio com o clítico OD no tempo do perfeito. Exemplos:

Catalão: *La Marta ha trobad | trobat.*

Espanhol: *Marta ha encontrado|*encontradas.*

“Marta as têm achado”.

- As crianças falantes de EE virtualmente não produziram formas não-alvo durante as tarefas de produção.
- Crianças falantes de EE de 2;0 (a idade inferior estudada) já produzem os clíticos obrigatórios nas estruturas pesquisadas.

5.4

Discussão das questões levantadas na literatura

O levantamento bibliográfico realizado revela lacunas importantes. Com poucas exceções, a literatura sobre aquisição de complementos pronominais no ES se baseia em dados da produção espontânea e várias dessas pesquisas utilizam dados provenientes do CHILDES. Por outro lado, em todos os casos os *corpora* são constituídos por um número muito pequeno de crianças (três no máximo). Em muitos casos essas análises limitam-se apenas a estabelecer estágios ou etapas para a aquisição dos clíticos; isto é, trata-se de pesquisas predominantemente descritivas. Não obstante, ainda com base nesse tipo de abordagem os próprios dados não são conclusivos. Fujino & Sano (2000), por exemplo, reportam a omissão do objeto pronominal num percentual significativamente alto (39-96%). Essa afirmação não é compatível com o informado por Stiasny (2006) também com base em dados longitudinais, nem com o reportado por Wexler et al (2002) a partir de resultados experimentais.

No que concerne ao PB, as pesquisas resenhadas levantam outros tópicos relacionados. Tem sido observado que pistas semânticas poderiam orientar a aquisição dos complementos pronominais, mas ao mesmo tempo, são apresentados dados que permitem questionar essa hipótese ou, pelo menos, fazem com que esta precise ser revisada.

5.5

Síntese

Dentre os dados levantados pela literatura destacam-se os seguintes:

- No PB propriedades semânticas como animacidade e especificidade, parecem ser utilizadas pela criança como pistas durante a aquisição dos complementos pronominais anafóricos (Cyrino & Lopes, 2004; Casagrande, 2006, dentre outros)
- A curva de desenvolvimento no uso de clíticos (acusativos e dativos) na produção por crianças falantes de ES parece se estabilizar por volta dos 4;0 anos

de idade (Eisenclas, 2003). Contudo, há quem considere que é possível, e até necessário, estabelecer estágios na aquisição dos pronomes clíticos (Domínguez, 2003).

- Segundo dados de coleta longitudinal, a aquisição dos clíticos reflexivos no ES, diferentemente do PB, parece ser anterior à dos clíticos não-reflexivos (Domínguez, 2003; Aguado Orea, 2003).

- Dados longitudinais do ES indicam que ao longo do processo de aquisição dos clíticos não-reflexivos a criança enfrenta certos problemas: utilização da forma *default* (*lo*) em contextos nos quais outros clíticos deveriam ser usados (Domínguez, 2003).

- São levantados efeitos significativos para posição (pré ou pós-verbal) do clítico, como variável manipulada em tarefas de produção eliciada. Registra-se uma preferência pela posição pré-verbal. Clíticos pré-verbais parecem ser de mais fácil processamento para as crianças que os pós-verbais (Eisenclas, 2003).

- Também é registrada uma marcada preferência pela próclise em dados de coleta longitudinal (Aguado Orea, 2000; Stiasny, 2006; entre outros).

- Não são registradas diferenças de processamento em tarefas de produção eliciada no que concerne à função sintática dos clíticos acusativos e dativos (Eisenclas, 2003). Já em um trabalho que analisa dados da fala espontânea, Domínguez (2003) levanta diferenças importantes com relação à distinção entre clíticos relacionados ao sujeito (*subject-related clitics*) e clíticos relacionados ao objeto (*object-related clitic*).

- No ES não são registradas instâncias de substituição de clíticos por pronomes fortes durante tarefas de produção eliciada. Nesse tipo de experimento também não são levantadas respostas nas quais o clítico fique na posição canônica de objeto (Eisenclas, 2003).

- Domínguez (2003) sugere que a interpretação dos traços referenciais nos clíticos relativos a objetos seria opcional durante os primeiros estágios da aquisição.

Com base na literatura disponível, as semelhanças/diferenças entre aquisição de pronominais acusativos em PB e ES parecem apontar na direção já observada por nós em capítulos anteriores (cf. capítulo 3). No PB a criança levaria especialmente em conta informação proveniente de LF. Em ER, os clíticos apresentam propriedades fônicas informativas quanto à distribuição (posição), ao

tipo de elementos que podem hospedá-los (formas finitas e não) e à possibilidade de movimento para posições mais altas na árvore sintática (*clitic climbing*).

6

Metodologia

Como já foi avançado na introdução, este trabalho foi conduzido por meio de metodologia experimental. Estudos experimentais, ainda que gerem contextos artificiais para o estudo da aquisição da língua, permitem o controle de variáveis que possam afetar o fenômeno em questão, de modo a testar o efeito de uma ou mais variáveis selecionadas, considerado independentemente do efeito das demais ou em interação entre si (variáveis independentes).

Neste capítulo são descritas as técnicas utilizadas nos experimentos realizados no âmbito deste estudo. O experimento 1 utilizou a Técnica de Escuta Preferencial (6.1) numa versão piloto adaptada para ser conduzida fora do laboratório. O segundo experimento utilizou uma Tarefa de Identificação de Objetos (6.2) a partir de enunciados gravados.

6.1

Paradigma da Escuta Preferencial

A Escuta Preferencial (EP) é usada na pesquisa em aquisição da linguagem, especificamente no que diz respeito à percepção da fala, com bebês a partir de 4 meses de idade. Essa técnica permite avaliar preferência da criança por um dado estímulo auditivo em oposição a outro. Tal preferência é medida por meio da exposição da criança a estímulos auditivos apresentados em “eventos” diferenciados em função de variáveis previamente selecionadas (Name, 2002). Os estímulos são apresentados a partir de duas direções, à esquerda e à direita da criança. O índice de preferência é a diferença da duração média de escuta entre os dois tipos de estímulos apresentados ao longo do teste. O tempo de escuta é gravado no computador pelo experimentador quando este aciona uma caixa de botões. Toda a sessão é gravada em vídeo para que o tempo de escuta seja medido posteriormente por um outro experimentador e as duas medidas (*on line* e *off line*) possam ser comparadas. Dada a complexidade da técnica, esta é normalmente desenvolvida em laboratórios especialmente preparados para esse fim.

Materiais (no Laboratório do LAPAL)

Uma cabine a prova de som com luz regulável, 3 estantes com 1 computador, uma caixa de luzes coloridas e apoio para a câmera de vídeo (na frente do local no qual se localiza a criança), 2 monitores de computador e 2 alto-falantes (1 par monitor/som de cada lado); câmera de vídeo; cortinas bege cobrindo as estantes; cadeira para mãe/pai/cuidador e criança no colo; *discman* e fone de ouvido; CD de música. Mesa de controle (fora da cabine) com 1 computador, uma caixa de botões para controle do estímulo e mensuração do tempo; 1 TV; 1 amplificador. O estímulo central se realiza pelas luzes coloridas piscantes, com o objetivo de fixar a atenção da criança em um ponto na sua frente. O estímulo lateral é feito pela aparição da imagem animada do rosto de uma menina, com olhos e boca que se movimentam. Junto à imagem da menina, o estímulo sonoro é emitido pelo alto-falante do mesmo lado. Esse último recurso diferencia o procedimento utilizado no LAPAL do procedimento tradicionalmente utilizado em outros laboratórios, nos quais apenas luzes coloridas em cada lateral acompanham o estímulo.

Procedimento (normal no laboratório)

- Dentro da cabine, a criança se senta no colo da mãe/pai, a 1m da estante da frente, centralizada em relação às estantes com alto-falante e luz/monitor;
- na outra sala, o experimentador vê a criança pelo vídeo e inicia o experimento com o aparecimento de luzes coloridas piscando em frente à criança;
- quando a criança fixa a atenção nas luzes, o experimentador aperta um botão e, aleatoriamente, um dos monitores laterais se acende e aparece a imagem da menina;
- a criança gira a cabeça na direção da imagem, o experimentador aperta o botão correspondente ao lado, o que faz disparar o som e começar a gravar o tempo de escuta;
- o experimentador mantém apertado o botão enquanto a criança estiver olhando na direção do som; solta se a criança desvia o olhar; passados 2 seg. sem apertar o botão (i.e., sem que a criança tenha voltado a olhar para a direção do som), o computador automaticamente para a imagem e som e dispara novamente o estímulo central;
- quando a criança olha atentamente as luzes, experimentador aciona um botão, recomeçando o ciclo.

O experimento é realizado em duas fases, sendo a primeira uma etapa de familiarização, e a segunda, a fase de teste propriamente dita. Durante a fase de familiarização, a criança é exposta ao mesmo tipo de estímulo que será usado na fase de teste, como um treinamento da tarefa que ela deverá realizar na segunda fase. São usados dois pares de estímulos na familiarização e seis pares na fase de teste. O experimento costuma durar em torno de 10 minutos. O estímulo sonoro ouvido pela criança é manipulado em função dos objetivos do experimento. Por exemplo, se o objetivo é verificar a sensibilidade a itens funcionais, a criança vai ouvir dois tipos de som:

- frases ou histórias curtas normais (NOR), i.e., sem nenhuma alteração nos itens, e frases ou histórias curtas modificadas (MOD), em que os itens funcionais foram substituídos por outros itens. Este ponto constitui uma diferença na técnica tal como conduzida no LAPAL com relação a que é utilizada em outros laboratórios. O paradigma tradicional não requer histórias (podem ser listas de estímulos, seqüências não concatenadas, etc.)

A apresentação dos estímulos sonoros e o controle do aparato visual (luzes e monitores) são feitos por um programa de computador desenvolvido especialmente para este fim, usando a linguagem LabView 6i (National Instruments Co., 2000),

A escolha e a ordem dos estímulos de áudio são aleatórias, havendo, contudo, duas restrições:

1. as duas versões de uma mesma passagem (NOR ou MOD) não serem ouvidas seqüencialmente;
2. o número de passagens de uma mesma versão emitidas seqüencialmente não ultrapassar a três (por exemplo, a criança não escuta mais do que três passagens MOD seguidas).

Do lado de fora da cabine, o experimentador não sabe que tipo de passagem a criança está escutando, de modo que não há qualquer interferência de sua parte, ainda que involuntária, na medição do tempo de escuta.

No âmbito desta dissertação, uma adaptação piloto deste procedimento foi utilizada com vistas a testar crianças falantes de ER visto que considerou-se que,

não havia *baby lab* disponível na Argentina³². As modificações introduzidas neste estudo no procedimento de escuta preferencial são descritas no capítulo 7.

6.2

O Paradigma da Identificação de objetos

A técnica de seleção ou identificação de objetos é uma versão do paradigma da seleção de imagens. Esse modelo é indicado quando se pretende investigar as habilidades de percepção e compreensão lingüísticas. Esta técnica pode ser utilizada em experimentos que investigam vários tipos de habilidades de percepção e compreensão lingüísticas, tanto com crianças (a partir de 20-22 meses) e adultos normais, quanto com população que apresenta algum tipo de déficit. Resulta uma metodologia particularmente apropriada para avaliar habilidades de compreensão em sujeitos que não conseguem produzir determinadas formas lingüísticas, no nosso caso particular, crianças pequenas. O objetivo básico desta técnica é fazer com que o participante aponte para um objeto escolhido; isto é, a medida comum nesta tarefa (tomada como variável dependente nos experimentos) é tomada com base no ato de o sujeito apontar ou pegar o objeto escolhido. Uma outra possibilidade é o direcionamento do olhar, especialmente quando o experimento é feito com crianças pequenas que nem sempre apontam para o objeto. A apresentação dos estímulos gravados (em vez da fala normal do próprio experimentador) é um recurso usado de modo a controlar diferenças entre os diferentes estímulos. Ainda, o uso de voz “emitida” por um boneco e não pelo experimentador adulto, permite o estabelecimento de uma relação lúdica entre o boneco e a criança, em que são permitidas alterações na fala, sem causar estranhamento à criança. Os experimentos que usam essa técnica podem ser realizados em qualquer lugar em que o sujeito possa ficar isolado, que seja calmo e silencioso. As sessões podem ser filmadas para análise posterior ou, como no nosso caso, as respostas da criança podem ser registradas por um outro experimentador presente. Os experimentos têm uma duração aproximada de 15 minutos. São vários os procedimentos de seleção de objetos/imagens existentes, o que é descrito abaixo é o que foi utilizado especificamente neste estudo.

³² O Laboratório de Psicolingüística e Aquisição da Linguagem da PUC-Rio (LAPAL) contém o único *baby lab* da América Latina.

Materiais

- objetos de acordo com as sentenças experimentais;
- fantoche de mão, com alto-falante acoplado;
- Reprodutor de MP3 com os estímulos sonoros gravados ou *discman* e CD;
- Amplificador;
- Tapete com divisões cumprindo a função de “tabuleiro” no qual os objetos são apresentados para a criança.
- Listas de respostas.

Procedimento

- A criança é apresentada a alguns brinquedos para que se estabeleça uma relação lúdica entre ela e o experimentador.
- Quando a criança já está ambientada, o experimentador apresenta o boneco que fala e familiariza a criança com a sua voz.
- O experimentador mostra alguns objetos e propõe a “brincadeira”: o boneco fala para a criança e o experimentador formula uma pergunta de compreensão que a criança responde escolhendo algum/s do/s objetos apresentados.
- Os primeiros estímulos são de familiarização, para que a criança entenda e se acostume com a tarefa.

6.3

Formas de análise dos resultados

Os dados obtidos nos experimentos com crianças e adultos são analisados estatisticamente. A análise estatística é feita em função do *design* experimental – teste *t-student* (uma única variável) ou ANOVA (mais de uma variável, *design* fatorial intra-sujeitos, inter-sujeitos ou misto). O nível de significância estipulado é $p < .05$.

7

Experimentos

Os experimentos relatados neste capítulo buscam apresentar evidências compatíveis com a hipótese sobre aquisição de complementos pronominais acusativos de terceira pessoa avançada na Introdução desta dissertação segundo a qual a criança adquire esses complementos com base no processamento de informação advinda das interfaces entre a língua e os sistemas de desempenho. Clíticos são percebidos na interface fônica, mas isso não garante que sejam interpretados de forma referencial. O processamento na interface semântica se dá inicialmente em função da interpretação da informação pertinente a gênero e número sem necessariamente a referência ser processada.

O experimento 1 diz respeito às habilidades discriminatórias das crianças, no período entre 12 e 22 meses de vida. Seu objetivo foi verificar a sensibilidade de crianças adquirindo ER à forma fônica dos complementos pronominais. O ER é crucial nesse ponto, já que informação relativa ao complemento pronominal acusativo é consistentemente dada pelo clítico nessa língua, em contraste com o PB que apresenta várias possibilidades (clíticos, plenos e, ainda ON). Sendo assim, alterações no clítico deverão ser mais perceptíveis no ER do que no PB.

O experimento 2 trata da capacidade de interpretação de complementos pronominais de terceira pessoa por crianças de 2 e 4 anos de idade adquirindo PB e ER.

7.1

Experimento 1: Percepção de complementos pronominais no ER

O primeiro experimento realizado teve por objetivo verificar a sensibilidade à informação procedente de PF na percepção dos clíticos pronominais por crianças de 1 ano de idade adquirindo ER. Para avaliar a sensibilidade à forma fônica dos complementos pronominais da sua língua, crianças argentinas foram expostas a historinhas infantis em duas versões: uma versão normal, i.e., sem modificações, e uma versão modificada, em que os complementos pronominais foram substituídos por pseudo-complementos.

No que diz respeito à idade dos bebês testados, foi escolhida a faixa compreendida entre os 12 e os 22 meses (idade média de 18 meses), com base nos

resultados de Name (2002) e Name & Corrêa, 2002, 2003), os quais apontam para sensibilidade às propriedades fônicas dos D já aos 14 meses (idade média) em crianças adquirindo o PB.

- Objetivos:

- Verificar a sensibilidade à forma fônica dos complementos pronominais em bebês argentinos durante o processo de aquisição da linguagem.
- Verificar em que medida uma técnica de escuta preferencial adaptada para uso fora do laboratório permite distinguir a sensibilidade de bebês a diferenças de ordem fônica em estímulos lingüísticos.

A variável independente foi a forma fônica dos complementos pronominais acusativos de terceira pessoa. A variável dependente foi o tempo de escuta para cada condição experimental.

- Condições experimentais:

- Normal (NOR): histórias infantis contendo clíticos pronominais de terceira pessoa, não modificadas.
- Modificada (MOD): histórias infantis, modificadas, com a substituição dos complementos pronominais por pseudo-complementos.

Na condição normal as crianças ouviram estímulos contendo clíticos acusativos de 3ª pessoa; enquanto que na versão modificada, os complementos foram substituídos pelas formas inventadas *fu* (3ª pessoa masculino singular), *fus* (3ª pessoa masculino plural), *fi* (3ª pessoa feminino singular), *fis* (3ª pessoa feminino plural). Monossílabos tônicos em próclise foram utilizados de modo a estabelecer o contraste com as principais características fônicas dos clíticos – serem átonos, hospedados no verbo que contém o acento da frase fonológica em questão.

- *Hipótese:*

A criança adquirindo ER é sensível à forma fônica do complemento pronominal acusativo.

- *Previsão:*

Se a criança, entre os 12 e 22 meses, é sensível às formas fônicas dos complementos pronominais, ela deverá ter um tempo médio de escuta maior para as histórias normais (NOR), em relação às versões modificadas (MOD), dado que crianças tendem a ouvir com mais atenção estímulos lingüísticos que lhe são familiares.

7.1.1

Método

A metodologia utilizada foi uma adaptação da técnica da escuta preferencial descrita no capítulo anterior. As adaptações foram feitas com o intuito de conseguir aplicar a técnica fora do laboratório, tentativa que não tinha sido realizada até então. Apesar das modificações introduzidas procurou-se preservar ao máximo possível as características essenciais do paradigma original.

A primeira modificação substancial foi a ausência de uma cabine à prova de som. A experiência foi realizada em uma sala fechada, porém ampla, na própria creche, sujeita, portanto, a certo nível de contaminação acústica.

Para substituir o equipamento normal do laboratório foi construída uma espécie de “teatrinho” tentando reproduzir os elementos centrais da técnica original. Na posição central da estrutura foi colocada uma luz vermelha piscante e nas laterais no lugar dos monitores foram colocadas duas janelinhas (de 20x40 cm) verdes com uma luz. A idéia é que a criança pudesse associar o som emitido com a aparição da luz verde, como na técnica original. O som foi reproduzido por um reproduzidor de MP3 e os alto-falantes permaneceram escondidos, atrás da estrutura, assim como a câmara através da qual o experimentador controlaria a reação da criança.

A estrutura toda foi pintada de cor preta para se destacar na sala, mas sem resultar particularmente atrativa para a criança. O experimentador se esconde atrás da estrutura e daí controla o som e as luzes. Na figura 2 esquematizamos a estrutura descrita.

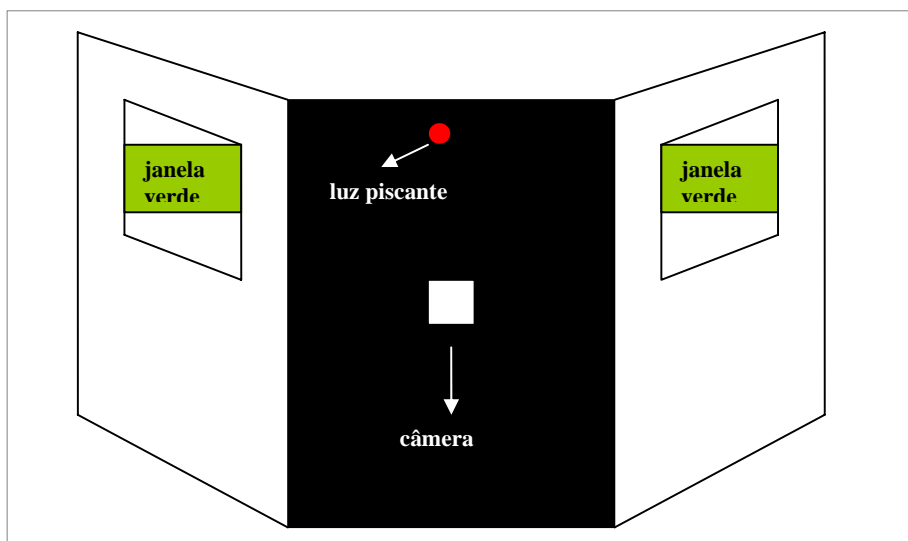


Figura 2: Esquema do Baby Lab "Móvel".

O estímulo central se realiza pela luz vermelha piscante, com o mesmo objetivo de fixar a atenção da criança em um ponto na sua frente. O estímulo lateral é feito pela aparição de uma luz verde acesa numa janelinha. Junto à luz, o estímulo sonoro é emitido.

Procedimento

Fora das mudanças decorrentes das modificações descritas acima o procedimento é o mesmo utilizado na técnica tradicional.

Na sala da creche a criança se senta no colo da responsável a 2m da estrutura descrita, centralizada em relação às janelas/"monitor". Atrás da estrutura, o experimentador vê a criança pela câmera e inicia o experimento com a luz piscando em frente à criança. Quando a criança fixa a atenção na luz, o experimentador acende a luz de uma das janelas laterais. A criança gira a cabeça na direção da luz e o experimentador aperta o botão do MP3 o que faz disparar o som.

Na técnica tradicional, a apresentação dos estímulos sonoros e o controle do aparato visual (luzes e monitores) são feitos por um programa de computador. Esse ponto teve que ser adaptado e os estímulos foram previamente organizados em listas. Já a direção do som foi controlada pelo experimentador que, diferentemente da técnica em laboratório, não era surdo aos estímulos (já que ele mesmo

controlava o som). Assim, tanto a apresentação dos estímulos sonoros quanto o controle do aparato visual foram feitos manualmente pelo experimentador.

A luz e o som se mantêm enquanto a criança estiver olhando; desligam-se se a criança desvia o olhar; passados 3 segundos³³ sem que a criança tenha voltado a olhar, o experimentador para a luz e som e o estímulo central recomeça. Quando a criança olha atentamente a luz, o experimentador recomeça o ciclo.

O experimento se realiza em duas fases, sendo a primeira a fase de familiarização, e a segunda, a fase de teste. Na fase de familiarização, a criança é exposta a duas histórias similares aos estímulos usados na fase de teste, como um treinamento para a segunda fase. Foram utilizados, nessa fase, dois estímulos, que consistiram de histórias infantis sem modificações. Durante a fase de teste foi utilizado um total de 6 historinhas, 3 em versão e 3 em versão modificada. O experimento durou em torno de 10 minutos.

Participantes

11 bebês argentinos de 12 a 22 meses (idade média: 18 meses), 6 dos quais meninas, sendo que 1 foi eliminado por problemas técnicos na filmagem. O experimento foi conduzido numa única creche na Argentina, na cidade de Santa Fe. Todas as crianças avaliadas eram monolíngües, de classe social média e sem história familiar de queixas de linguagem.

Material

Estrutura especialmente confeccionada para o experimento. Dispositivo de controle com duas luzes verdes e uma luz vermelha, câmera de vídeo e apoio para a mesma, reproduzidor de MP3 contendo os estímulos gravados, alto falantes, cadeira para o adulto e a criança.

- Estímulos:

Quatro histórias infantis (especialmente criadas para o experimento), foram gravadas em duas versões:

Versão não modificada (NOR) – historinhas sem nenhuma modificação.

Versão modificada (MOD) – a mesma história, com pseudo-itens substituindo os clíticos pronominais originais, preservando o padrão fonotático do ER.

³³ Na técnica tradicional o computador automaticamente desliga os estímulos passados 2 segundos. Uma vez que na adaptação feita tudo é controlado manualmente pelo próprio experimentador esse tempo de espera foi aumentado ligeiramente para tentar diminuir a imprecisão.

As duas versões das histórias foram gravadas pela mesma pessoa, falante nativa de ER. A locutora gravou a versão normal (NOR) de cada história, seguida da mesma passagem na versão modificada (MOD), para garantir a manutenção de ritmo, entonação e volume nas duas versões. As histórias tinham uma duração média de 38 segundos (NOR : de 35 a 42 seg.; MOD : de 36 a 42 seg.).

Exemplo de história da versão normal (NOR) (ver o material completo no Anexo):

El conejo encontró una zanahoria. **La** agarró y **la** comió. Después, encontró un tomate. **Lo** olió, **lo** agarró con cuidado y **lo** comió. Entonces, vio más zanahorias. **Las** agarró y **las** comió de un mordiscón. Por último, vio dos repollos grandes y verdes. **Los** miró un rato, **los** olió de cerca y también se **los** comió. Entonces el conejo se miró la pancita, se **la** palmeó dos veces, estiró las patitas, **las** movió un poquito y se durmió.

Exemplo da versão modificada (MOD) :

El conejo encontró una zanahoria. **Fi** agarró y **fi** comió. Después, encontró un tomate. **Fu** olió, **fu** agarró con cuidado y **fu** comió. Entonces, vio más zanahorias. **Fis** agarró y **fis** comió de un mordiscón. Por último, vio dos repollos grandes y verdes. **Fus** miró un rato, **fus** olió de cerca y también se **fus** comió. Entonces el conejo se miró la pancita, se **fi** palmeó dos veces, estiró las patitas, **fis** movió un poquito y se durmió.

Foram gravadas ainda outras duas historinhas infantis sem qualquer modificação que foram utilizadas na fase de familiarização.

Os estímulos foram organizados em quatro listas contendo um total de seis histórias organizadas segundo a seguinte estrutura : dois estímulos não-experimentais (pré-teste), dois pares de estímulos experimentais (a mesma história nas duas condições) e mais dois estímulos experimentais (duas histórias diferentes, uma por condição). A ordem das histórias foi manipulada para que a criança não ouvisse nunca mais de dois estímulos seguidos por condição. No quadro a seguir oferecemos a relação do conteúdo de cada lista.

LISTA 1	LISTA 2	LISTA 3	LISTA 4
Pré-teste	Pré-teste	Pré-teste	Pré-teste
Pré-teste	Pré-teste	Pré-teste	Pré-teste
1 NOR	3 MOD	2 NOR	4 MOD
2 MOD	4 NOR	3 MOD	1 NOR
3 NOR	1 NOR	4 MOD	3 NOR

4 MOD	2 MOD	1 NOR	2 MOD
1 MOD	3 NOR	3 NOR	4 MOD
2 NOR	4 MOD	2 MOD	1 NOR

Tabela 6 : Listas de estímulos.

O experimento foi integralmente desenvolvido numa creche. O responsável pela criança foi em todos os casos a sua professora. Dado que as crianças já conheciam o ambiente e se encontravam bem familiarizados com este, não foi realizada uma etapa de aclimação. Antes de começar a experiência, o experimentador explica ao responsável o procedimento experimental, pedindo-lhe que não interfira no comportamento da criança durante o experimento³⁴.

O experimento desenvolve-se segundo o procedimento da técnica de Escuta Preferencial, descrito no capítulo anterior, com as alterações já relatadas.

O experimento constituiu-se de seis estímulos experimentais (3 NOR e 3 MOD) e dois pré-testes. Não houve fase de familiarização já que não se propunha fazer nenhum tipo de treinamento a qualquer estímulo.

O tempo de realização do experimento variou em torno de 9 minutos.

7.1.2

Resultados e discussão

As médias de tempo de escuta das versões NOR e MOD da mesma história foram submetidas a um teste-t. As medidas foram tomadas inicialmente com base na duração do estímulo sonoro (considerada equivalente à medida *on-line* na técnica tradicional) e posteriormente com base no tempo de atenção da criança direcionado para a janela cuja iluminação estava associada à emissão daquele (tomada como medida *off-line*). A análise com base na medida "*on-line*" não apresentou qualquer resultado. A segunda medida foi feita a partir de três medições independentes por diferentes avaliadores, informados sobre o começo e final de cada estímulo sonoro (inclusive todas as vezes que este parava e continuava durante a apresentação de uma mesma história). Das três medidas independentes,

³⁴ O responsável pelas crianças (no caso a diretora da creche) assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

a mais discrepante foi eliminada. Os resultados abaixo baseiam-se portanto nas médias das duas medidas *off line* restantes.

As crianças testadas escutaram em média 25,99 seg as versões normais (NOR) e 23,82 seg as modificadas (MOD). A diferença entre essas médias aproximou-se do nível de significância estipulado ($t= 1,87$, $p= 0,09$). A maioria das crianças apresentou tempo médio de escuta maior na condição NOR. Esse resultado aponta para uma tendência compatível com a hipótese de que crianças adquirindo ER aos 18 meses (idade média) são sensíveis à forma fônica dos clíticos pronominais de terceira pessoa.

O quadro 7 apresenta o tempo médio de escuta por condição e por criança.

Criança	NORMAL	MODIFICADA	Diferença
1	20,56	11,56	9
2	12,4	17,64	-5,24
3	25,17	19,18	5,99
4	26,84	24,27	3
5	31,33	28,02	3,31
6	32,81	26,02	6,79
7	28,22	30,21	-1,99
8	29,72	29,43	0,29
9	21,8	25,92	-4,12
10	31,07	26,01	5,06
Médias	25,992	23,826	2,17

Tabela 7: Tempo médio de escuta por condição e por criança.

7.1.3

Conclusões

Embora os resultados apresentados não sejam conclusivos, os dados refletem uma tendência que aponta na direção da nossa hipótese segundo a qual, no ER, os complementos pronominais de terceira pessoa são adquiridos via fonologia; isto é, a criança que adquire o ER incorpora os complementos a partir da interface fônica, ainda que não necessariamente os interprete semanticamente nessa fase.

Certos problemas acarretados pela própria adaptação da metodologia e vinculados tanto ao procedimento quanto ao equipamento podem ter afetado

negativamente a condução do experimento, impedindo-nos de alcançar o nível de significância convencionalmente estipulado, ainda que o valor de $p < .1$ sugira uma tendência a ser explorada por meio da ampliação da amostra ou de teste em *baby-lab*. Contudo, considerando que este foi o primeiro intento de adaptar a técnica para seu uso fora do laboratório, os resultados obtidos foram plenamente satisfatórios.

Planeja-se, em estudos futuros, replicar a experiência com crianças adquirindo PB, assim como também, ampliar a amostra do ER, com o intuito de testar a hipótese de que a informação relativa ao complemento pronominal é consistentemente dada pelo clítico no ES, em contraste com o PB que apresenta várias possibilidades. Sendo assim, alterações no clítico deverão ser mais perceptíveis no ER do que no PB.

7.2

Experimento 2: Compreensão de complementos pronominais acusativos no PB e no ER

O segundo experimento realizado investiga a compreensão dos complementos pronominais acusativos de terceira pessoa por crianças de dois e quatro anos de idade adquirindo PB e ER. Enquanto o primeiro experimento visava a avaliar o processamento da informação proveniente da interface fônica, o segundo pretendeu pesquisar o processamento de informação semântica.

Foram criados dois grupos de crianças, definidos em função da língua em aquisição. Ambos os grupos foram expostos ao mesmo tipo de material lingüístico. Assim sendo, crianças em aquisição do PB foram apresentadas tanto a OD com pronomes plenos –as formas mais freqüentes na língua oral - quanto a clíticos acusativos, dificilmente presentes na fala a que são expostas. As crianças adquirindo ER, por sua vez, têm nas formas pronominais plenas estímulos agramaticais e nos clíticos a forma padrão a que são expostas.

O experimento relatado foi realizado por meio de uma tarefa de identificação de objetos na qual eram apresentados à criança dois objetos inanimados e dos animados que funcionavam como distratores. Buscou-se verificar se:

- (i) Crianças de 27 a 37 meses e de 47 a 57 meses interpretam complementos pronominais acusativos levando em conta informação relativa a traços- ϕ (gênero e número);
- (ii) Há diferenças na interpretação do clítico acusativo e do pronome pleno em PB e

ER;

(iii) *Animacidade* é uma propriedade que afeta a escolha do referente de formas pronominais.

As variáveis independentes foram: tipo de complemento pronominal (clítico/pronome tônico); gênero: (masculino/feminino); número (singular/plural) do elemento pronominal, língua (ER/PB) e idade (dois/quatro anos). As duas últimas variáveis (língua e idade) são fatores grupais.

Foram definidas duas variáveis dependentes. A variável dependente 1 foi o número de escolhas compatíveis com o gênero/número do complemento. A variável dependente 2 foi o número de escolhas do objeto distrator animado.

As seguintes hipóteses foram formuladas:

- Língua é um fator que afeta a percepção do estímulo pela criança. Crianças falantes de PB e ER por volta de 2 anos já distinguem o sistema pronominal de sua língua. Maior número de respostas correspondentes ao alvo (cf. variável dependente 1) são esperadas para clíticos no ER e para pronomes tônicos no PB.
- Gênero e número afetam de forma diferenciada a compreensão de clíticos e pronominais, com maior número de respostas correspondentes ao alvo para formas pronominais plenas, dada sua maior visibilidade.
- *Animacidade* afeta a interpretação de formas pronominais plenas, dado que estas, diferentemente dos clíticos, tendem a restringir a referência a antecedentes animados. Espera-se, assim, um maior número de respostas correspondentes à escolha do item animado (cf. variável dependente 2) nas condições com formas pronominais plenas do que com os clíticos.

As sentenças-teste foram orações coordenadas, nas quais o complemento do verbo da primeira oração era composto por dois DPs de gênero distinto (coordenados) e o complemento do verbo da segunda oração, um elemento pronominal.

Exemplos: *O coelho viu um tomate e uma cenoura e o/a(s) pegou depressa;*

O coelho viu um tomate e uma cenoura e pegou ele/ela(s) depressa.

El conejo vio un tomate y una zanahoria y lo/la(s) agarró apurado.

El conejo vio un tomate y una zanahoria y agarró él/ella(s) apurado.

7.2.1

Método

Participantes

Participaram do experimento 50 crianças³⁵ divididas em duas faixas etárias. O primeiro grupo etário (que chamaremos de Grupo 1 -G1) foi constituído por 26 crianças: 15 adquirindo ER, 8 das quais meninas (idade média 32 meses) e 11 adquirindo o PB, sendo 7 meninas (idade média 33 meses). No segundo grupo etário (G2) participaram 13 crianças adquirindo ER, das quais 5 meninas (idade média 54 meses) e 11 adquirindo PB (idade média 54 meses), das quais 7 meninas.

O experimento foi conduzido principalmente em duas creches (uma na Argentina e outra no Brasil), mas algumas crianças argentinas, ainda que frequentassem creche, foram avaliadas na sua própria casa. Todas as crianças eram monolíngües, de classe social média e sem queixas de linguagem, sendo as brasileiras habitantes do Rio de Janeiro e as argentinas de duas cidades diferentes (Tandil e Santa Fe).

Além dos dois grupos de crianças descritos acima, o experimento também foi aplicado com um terceiro grupo de controle formado por 22 adultos falantes nativos das duas línguas. No total, participaram 11 adultos falantes nativos de ER (todos eles argentinos) e 11 falantes de PB (todos moradores do Rio de Janeiro). Todos os participantes do grupo de controle eram de classe social média e tinham nível de escolaridade superior (vários dos participantes possuíam ainda curso de pós-graduação).

Materiais

Foram utilizados 24 brinquedos de pano especialmente confeccionados para o experimento, sendo 14 objetos (banana, livro, bola, lápis, etc.) e 10 animais (gato, gata, macaco, macaca, etc.). Foram utilizados ainda um fantoche de mão com um alto-falante nele acoplado ligado a um reproduzidor de MP3 (contendo os estímulos gravados) e um tapete emborrachado com 4 divisões onde foram colocados os brinquedos de forma eqüidistante do centro. Os objetos foram dispostos, contrabanlançando-se a distância mais próxima de objetos animados/inanimados. Os estímulos sonoros foram gravados por falantes nativos de cada língua utilizando

³⁵ Foram 50 as crianças que realizaram a tarefa na sua totalidade; isto é, que responderam a todos os estímulos experimentais. No total foram avaliadas cerca de 70 crianças, mas apenas 50 realizaram o teste até o fim e somente essas crianças foram contabilizadas nos resultados finais.

o programa *Sound Forge* versão 6.0, e aleatorizados em 5 listas de 20 sentenças, das quais 4 pré-testes e 16 sentenças experimentais (Ver exemplo das listas no Anexo).

Procedimento

A tarefa experimental utilizada foi a identificação de objetos (conforme a técnica relatada no capítulo de Metodologia).

Inicialmente, se realizou uma familiarização entre o experimentador e a criança. Nesta fase, a criança era convidada para participar de um jogo e vários brinquedos foram apresentados. Uma vez que a interação entre experimentador e sujeito atingia um grau satisfatório, era mostrado à criança o fantoche apresentado como um boneco falante (*Dedé* para as crianças brasileiras, *Pepe* para as argentinas). Essa etapa teve por objetivo criar uma atmosfera lúdica para a execução do experimento.

Antes da apresentação da lista de estímulos, as crianças ouviram uma série de saudações com o intuito de que se familiarizassem com a voz do boneco (“Olá!”, “Tudo bem?”, “Como você está?”, “Que lugar legal!”). Logo após essa fase, foi realizada uma etapa de pré-teste na qual quatro objetos eram apresentados à criança, dos quais dois inanimados e dois animados. Logo após a apresentação dos brinquedos, o fantoche “falava” a sentença-estímulo (Ex. *A gata encontrou uma bola*) e em seguida o experimentador fazia uma pergunta de compreensão do tipo QU *in situ* – *A gata encontrou o quê?*– que a criança podia responder simplesmente apontando ou pegando os objetos correspondentes. Nesta etapa as crianças foram treinadas para responder escolhendo 1 ou 2 objetos segundo fosse pertinente. Uma vez que a criança demonstrava ter compreendido bem a atividade, começava a etapa de teste propriamente dita, na qual o procedimento era o mesmo que o da fase de treinamento, mas agora utilizando os estímulos experimentais. A duração média de cada sessão foi de 15-20 minutos. A seguir oferecemos um exemplo do procedimento na fase experimental:



Estímulos experimentais nas duas línguas³⁶:

A borboleta viu um sapato e uma meia e a cheirou suavemente

La mariposa vio un zapato y una media y la olió suavemente.

Pergunta de compreensão: *A borboleta cheirou o quê?*

¿La mariposa olió que?

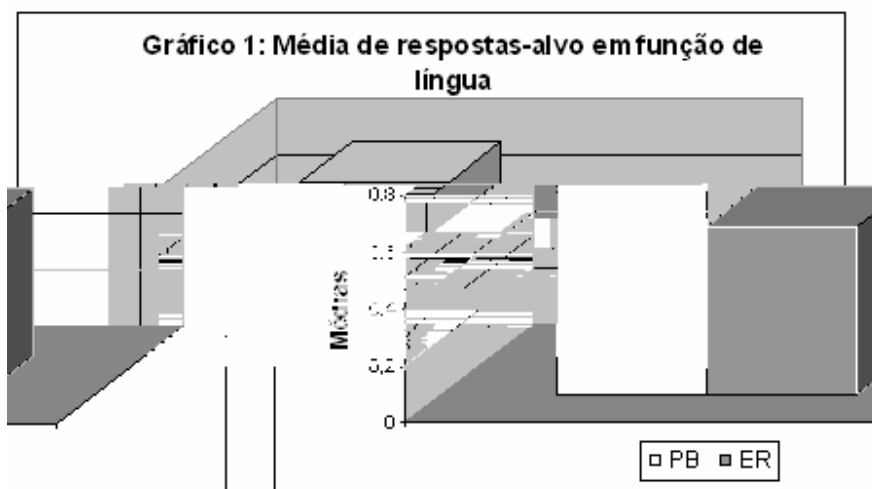
7.2.2

Resultados e discussão

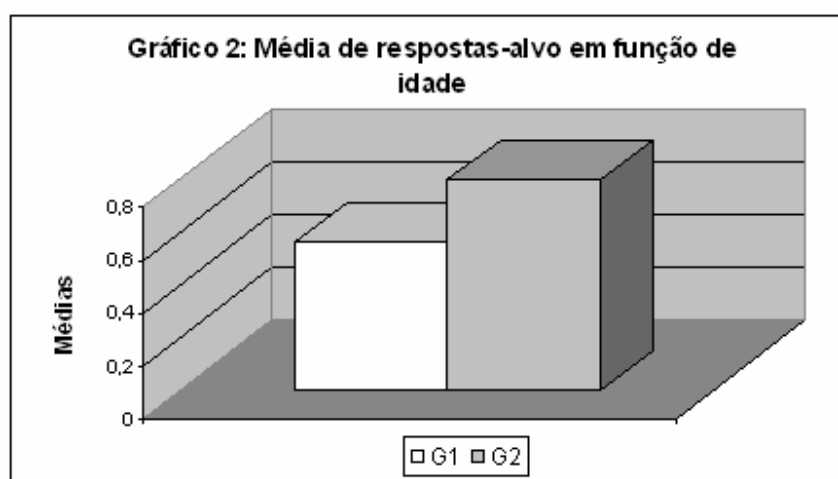
A primeira variável dependente considerada foi o número de respostas-alvo (escolha do objeto correspondente ao referente da forma pronominal acusativa, introduzido na primeira oração do par coordenado, em função de informação de gênero e de número). Os resultados foram analisados por meio de um ANOVA (2X2X2X2) (língua, idade, tipo, gênero e número) sendo os dois primeiros fatores grupais e as demais medidas repetidas.

Obteve-se um efeito principal de *língua* ($F(1,46) = 5,97$ $p=.02$) (médias: 0,75 para o PB e 0,59 para o ER). Esse efeito sugere que as crianças que adquirem o PB encontram informação mais visível no elemento pronominal lexical do que as crianças adquirindo o ER encontram no clítico, ou seja, a aquisição do complemento acusativo clítico impõe uma dificuldade à aquisição. O gráfico 1 apresenta as médias correspondentes a esse efeito.

³⁶ Certamente, houve uma assimetria nos estímulos das duas línguas no sentido de que todas as sentenças do PB eram gramaticais enquanto que as sentenças com pronomes plenos no ER representavam estímulos agramaticais. Contudo, consideramos que tal manipulação foi válida na medida em que o nosso objetivo foi avaliar a compreensão dos complementos gramaticais no ER (i.e. os clíticos) ao passo que contrastar possíveis efeitos de animacidade vinculados ao pronome pleno entre ambas as línguas.

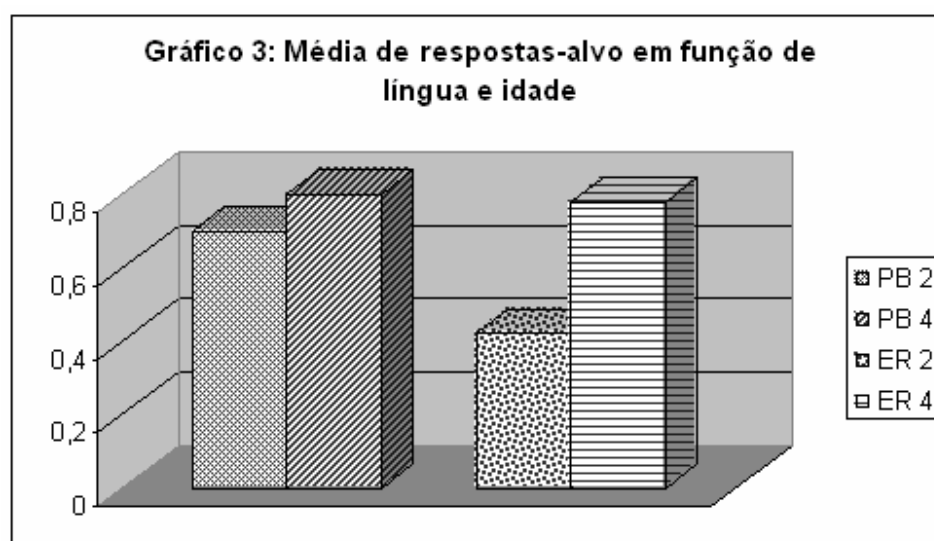


Obeve-se também um efeito principal de *idade* ($F(1,46)=13,46$ $p=.001$) (médias: 0,56 para o G1 e 0,79 para o G2), com um número significativamente maior de respostas-alvo para o G2. Esse resultado sugere o desenvolvimento de habilidades cognitivas e/ou de processamento lingüístico entre 2 e 4 anos de idade contribui para a expressão da capacidade de estabelecer a co-referência pronominal.

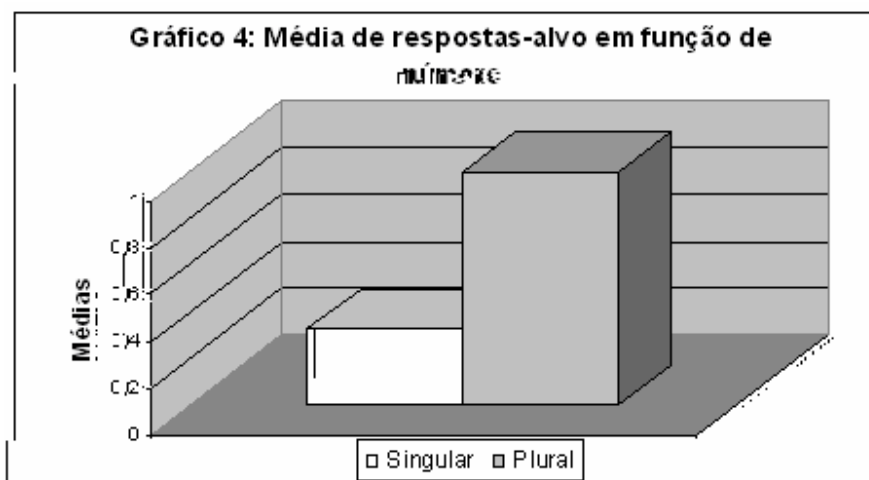


Foi registrada uma interação significativa entre os dois fatores grupais ($F(1,46) = 4,7$ $p=.03$) (médias: 0,7 para o G1 do PB e 0,8 G2 do PB; 0,42 G1 ER e 0,78 G2 ER). Esses resultados mostram que enquanto no PB o comportamento das crianças se mantém relativamente estável (quando comparadas as duas faixas etárias

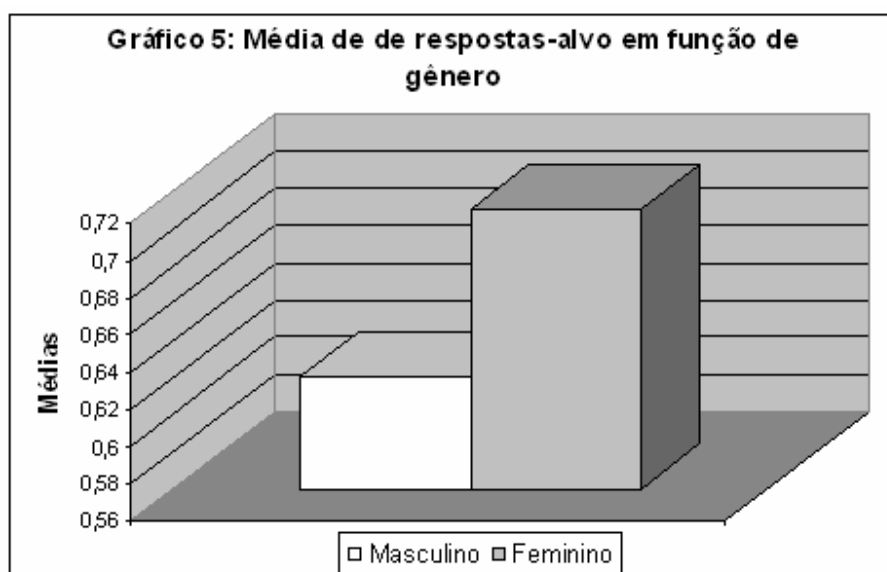
avaliadas), no ER há um salto quantitativo nas respostas das crianças mais velhas. As crianças do G1 do ER têm mais dificuldade do que as de idade semelhante do PB, fato que interpretamos como sendo decorrente do custo da baixa visibilidade da informação gramatical nos clíticos. Por outro lado, o fato de crianças de 4 anos terem desempenho semelhante independentemente de língua é compatível com o desenvolvimento de habilidades para lidar com informação na interface entre a língua e sistemas conceituais/intencionais.



Obteve-se também um efeito principal de *número* ($F(1,46) = 63,77$ $p < .00001$). (médias: 0,33 para o singular e 1 para o plural). Esse efeito é compatível por um lado, com a idéia de que formas mais marcadas são interpretadas mais facilmente pelas crianças e, por outro lado, esse resultado também poderia indicar que existe um viés pragmático na resolução da referência pronominal. Observa-se uma tendência a estabelecer um paralelismo entre as duas sentenças coordenadas, considerando o objeto da primeira como sendo também o complemento da segunda. Essa estratégia é compatível com uma resposta *discursivamente* ideal, na qual o referente mencionado inicialmente é retomado (integralmente) na segunda menção.

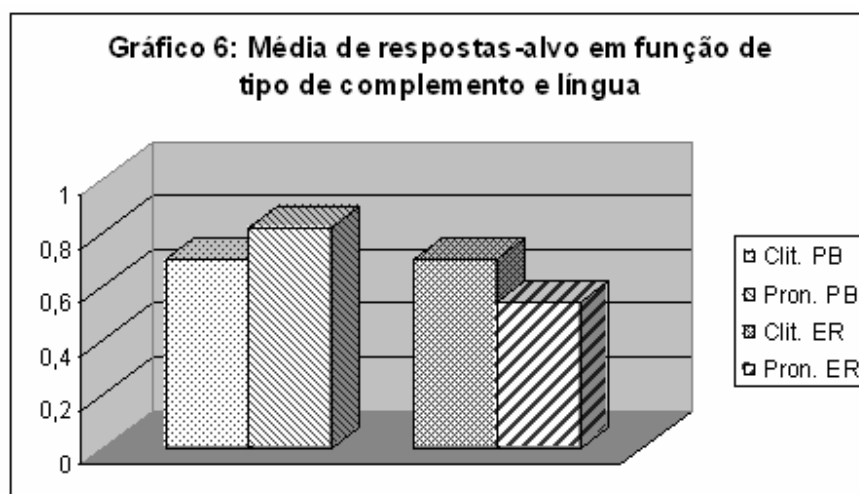


Observou-se ainda um efeito principal de *gênero* ($F(1,46)= 6,26$ $p=.02$) (médias: 0,62 para o Masculino e 0,71 para o Feminino), sugerindo mais uma vez que as formas mais marcadas facilitam o estabelecimento da referência pronominal.



Obteve-se ainda um efeito significativo da interação entre *tipo de complemento e língua* ($F(1,46) =4,77$ $p=.03$) (médias: 0,7 clíticos PB, 0,82 pronomes PB; 0,7 clíticos ER e 0, 54 pronomes ER), com mais respostas-alvo para as formas plenas no PB e para os clíticos no ER. Esses resultados demonstram que as crianças a partir dos 2 anos de idade já distinguem os complementos pronominais da sua própria língua interpretando de modo mais consistente as formas que

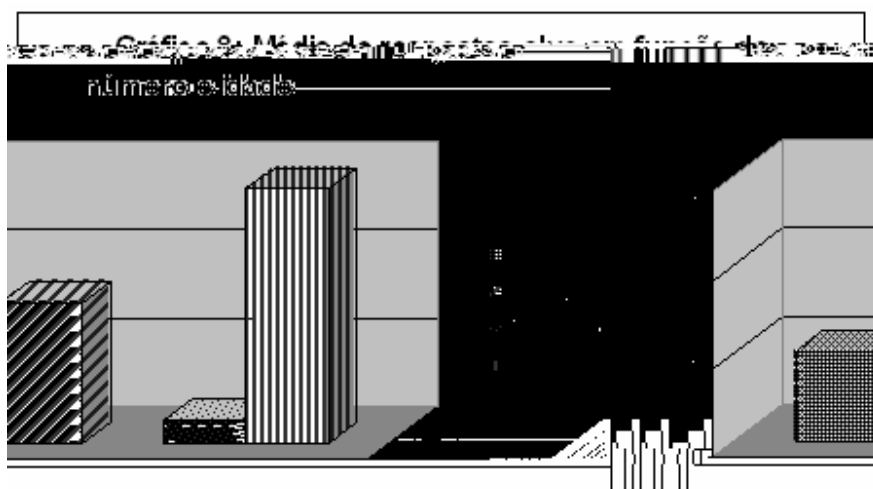
normalmente são expostas (clíticos no ER, pronomes plenos no PB). É interessante destacar que no ES, algumas crianças do G2 estranharam os estímulos contendo pronomes lexicais. Embora registrados em número muito pequeno (apenas três crianças), a ocorrência desses “julgamentos de gramaticalidade” demonstra que as crianças são capazes de distinguir a opção preferida na sua língua dentre outras possibilidades para a realização dos complementos pronominais de terceira pessoa. Curiosamente, no PB não se registraram comportamentos desse tipo, fato que indicaria que, embora pouco freqüentes na língua os clíticos pronominais não são vistos pela criança como elementos estranhos ao sistema da língua.



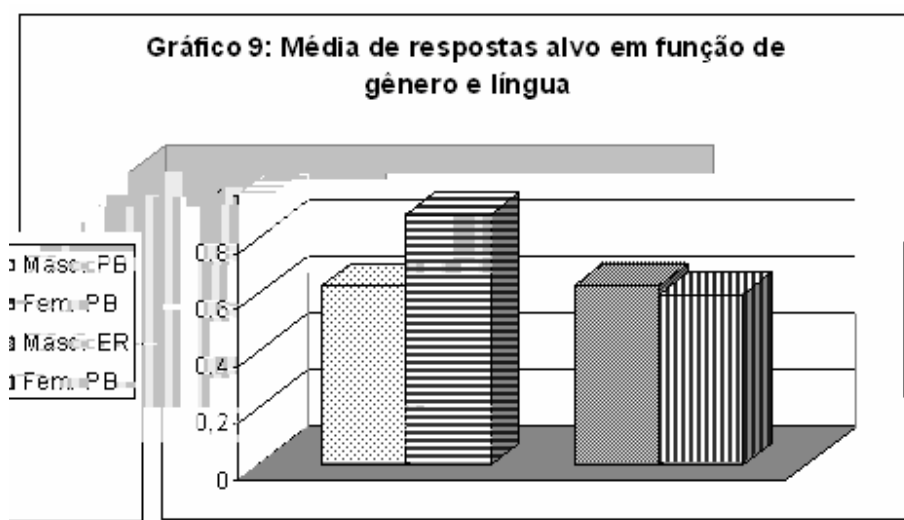
Registrou-se um efeito da interação entre *número* e *língua* perto do nível de significância ($F(1,46)=3,18$ $p=.08$) (médias: 0,32 PB singular, 1,2 PB plural; 0,33 ER singular, 0,9 ER plural) o que sugere que a informação de número marcado é particularmente visível no PB, independentemente da forma do complemento. Não obstante, no ER o número marcado também parece facilitar o estabelecimento da referência.



Foi registrado ainda um efeito significativo da interação entre *número e idade* ($F(1,46) = 41,92$ $p < .00001$) (médias: 0,51 sg G1, 0,8 pl G1; 0,13 sg G2, 1,44 sg G2). As crianças de dois anos tiveram um comportamento bastante diferente das crianças mais velhas. Enquanto as primeiras apresentavam um comportamento bastante diferenciado entre as duas línguas (crianças do PB demonstraram uma preferência pela escolha do plural enquanto que as crianças do ER optaram mais pelo singular), o G2 apresentou um comportamento mais homogêneo. Nas duas línguas observou-se uma marcada tendência pela escolha dos plurais, sugerindo que as crianças mais velhas apelaram para uma estratégia cognitiva de base discursiva para a resolução da tarefa, qual seja, tomar o complemento da primeira sentença coordenada como sendo também o complemento da segunda.

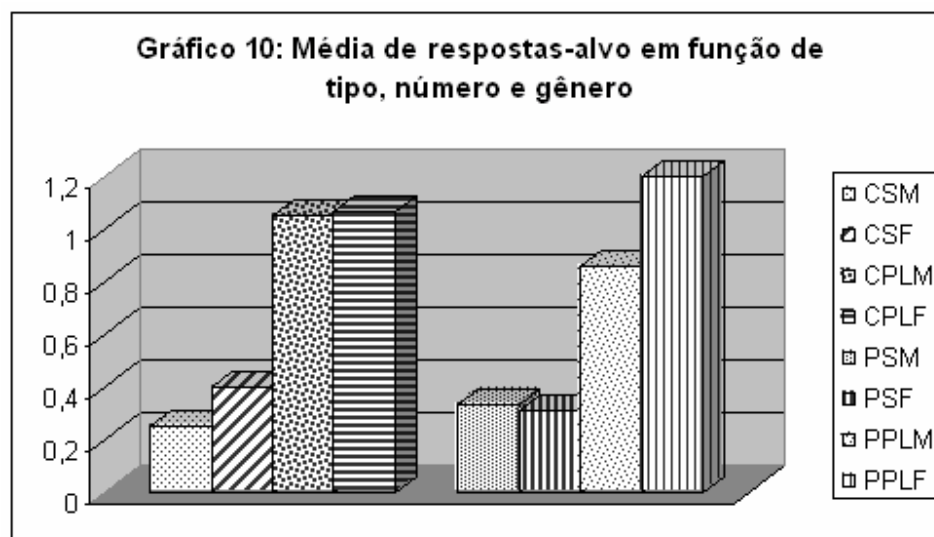


Obteve-se um efeito de *gênero e língua* ($F(1,46)= 12,9$ $p=.001$) (médias: 0,63 para o masculino PB, 0,88 feminino PB; 0,63 masculino ER e 0,6 feminino ER). Esse efeito mostra-se compatível com a idéia de que formas marcadas são mais perceptíveis no PB, independentemente do tipo do complemento. A tendência para a preferência pelo masculino em ER não se apresentou, contudo, como um efeito significativo de gênero.



Foi registrado um efeito significativo na interação entre *tipo, número e gênero* ($F(1,46)= 4,88$ $p = .03$) (médias: 0,25 CSM, 0,4 CSF, 1,05 CPLM, 1,07 CPLF; 0,33 PSM, 0,31 PSF, 0,86 PPLM e 1,3 PPLF). Esse resultado revela que,

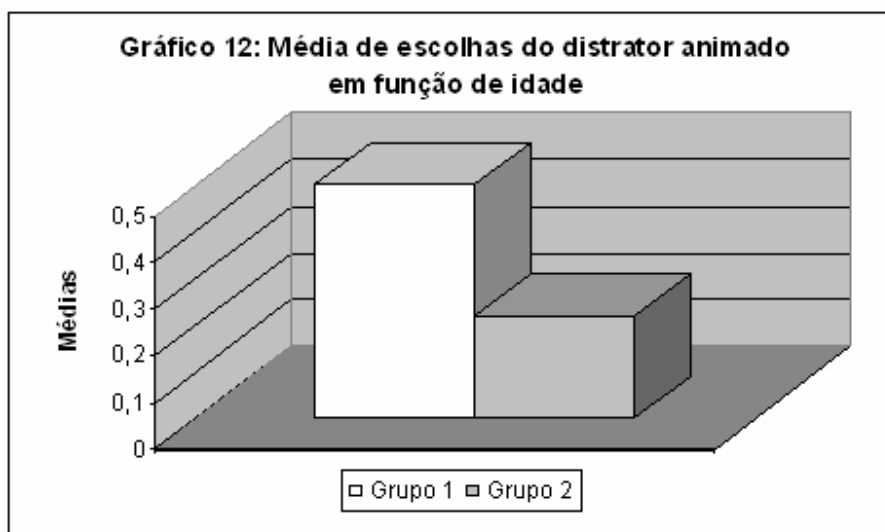
independentemente de língua e idade, gênero e número acarretam respostas diferenciadas dos complementos pronominais, sendo esse fato particularmente claro nos pronomes nos quais a forma mais marcada, em gênero e número é a que se mostra mais perceptível, facilitando significativamente o estabelecimento da referência.



Por último, obteve-se um efeito da interação entre *número, língua e idade* ($F(1,46)=10,36$ $p=.002$) (médias: 0,41 singular PB G1, 1 plural PB G1; 0,21 singular PB G2, 1,4 plural PB G2; 0,6 singular ER G1, 0,3 plural ER G1, 0,05 singular ER G2, 1,51 plural ER G2). Esse resultado mostra as diferenças já mencionadas no comportamento das crianças. Enquanto as crianças de dois anos do ER obtiveram maior número de acertos para a forma *default* (singular masculino), as crianças do mesmo grupo do PB apresentaram o comportamento oposto (preferência pelo feminino plural). Essa tendência se manteve para o G2 do PB e também foi constatada nessa faixa etária no ER. As crianças do G2 nas duas línguas obtiveram maior número de respostas certas para os complementos plurais.



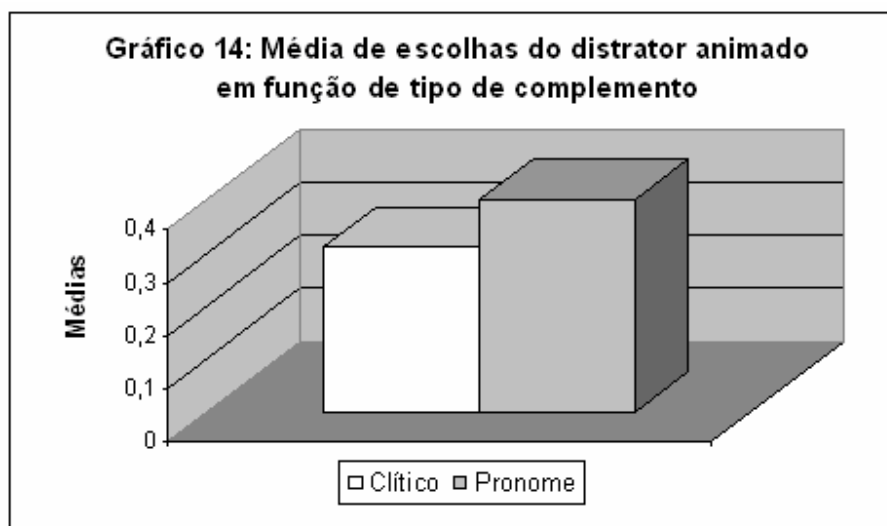
A segunda variável dependente foi o número de escolhas do objeto animado que correspondeu ao 17% do total de respostas no PB e 18% no ER (17,62% do total de respostas independentemente da língua). Essas respostas foram analisadas pelo mesmo programa que analisou as respostas-alvo. Houve um efeito principal de *idade* ($F(1,46) = 8,67$ $p = .005$) (médias: 0,5 G1 e 0,22 G2). As crianças mais novas apresentaram um número de escolhas do distrator animado significativamente maior do que as crianças do G2. Esse resultado parece compatível com a idéia de que *animacidade* poderia ser uma propriedade a ser levada em conta pela criança nas primeiras etapas da aquisição da língua, mas, progressivamente, na medida em que a criança começa a levar em conta outros fatores, perderia força como pista na hora de estabelecer a referência.



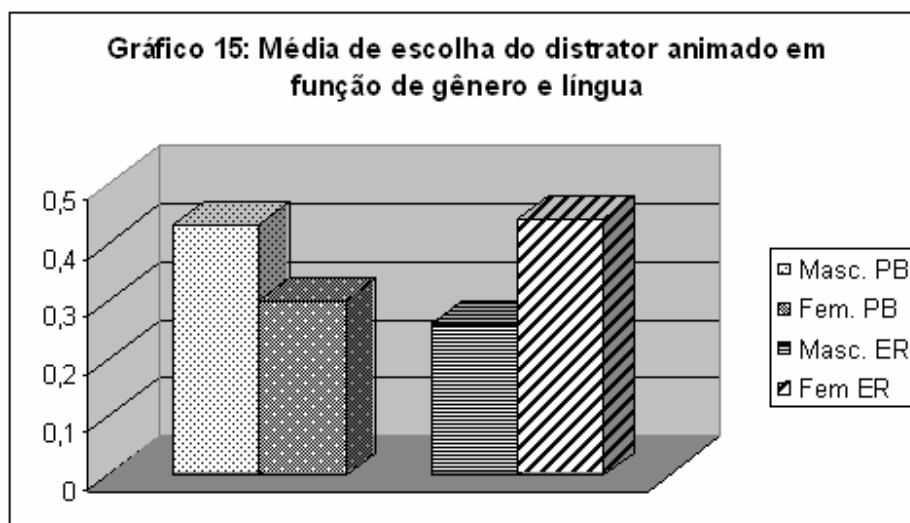
Oteve-se ainda um efeito significativo da interação entre *língua e idade* ($F(1,46) = 4,65$ $p = .03$) (médias: 0,4 PB G1, 0,32 PB G2; 0,6 ER G1, 0,12 ER G2). As crianças do G1 no ER foram as que mais interpretaram o distrator animado como sendo o referente do complemento pronominal. No PB a diferença entre as respostas dos dois grupos não foi significativa. Já no ER o número de escolhas do distrator animado foi significativamente mais baixo para as crianças do G2. Esse resultado parece indicar que, pelo menos nessa língua, *animacidade* é uma propriedade que as crianças poderiam levar em conta nas fases iniciais da aquisição dos complementos pronominais, mas que perderia rapidamente a sua relevância como pista para o estabelecimento da referência. Cumpre salientar que no ER a restrição que determina que pronomes lexicais apenas podem retomar antecedentes +animados parece ser ativa nas crianças mais novas, perdendo, contudo relevância para as crianças do G2.



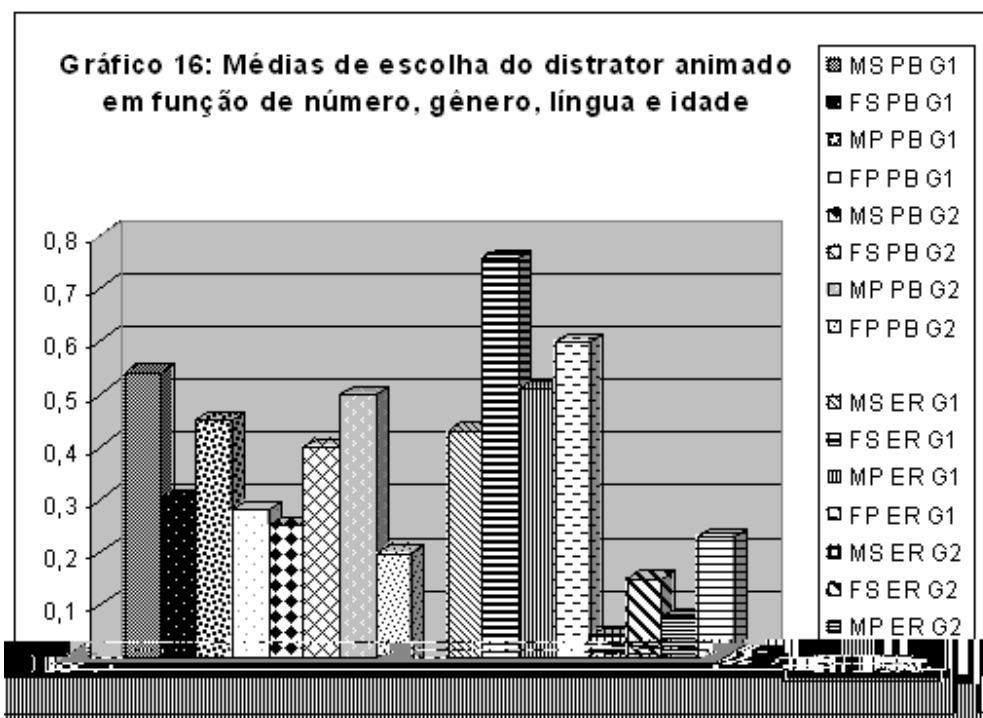
Obeve-se um efeito de *tipo de complemento* perto do nível de significância ($F(1,46)= 3,41$ $p=.07$) (médias: 0,31 clíticos e 0,4 pronomes). Esses resultados parecem compatíveis com a idéia de que animacidade estaria associada mais consistentemente ao pronome do que ao clítico. Porém, os resultados não são conclusivos.



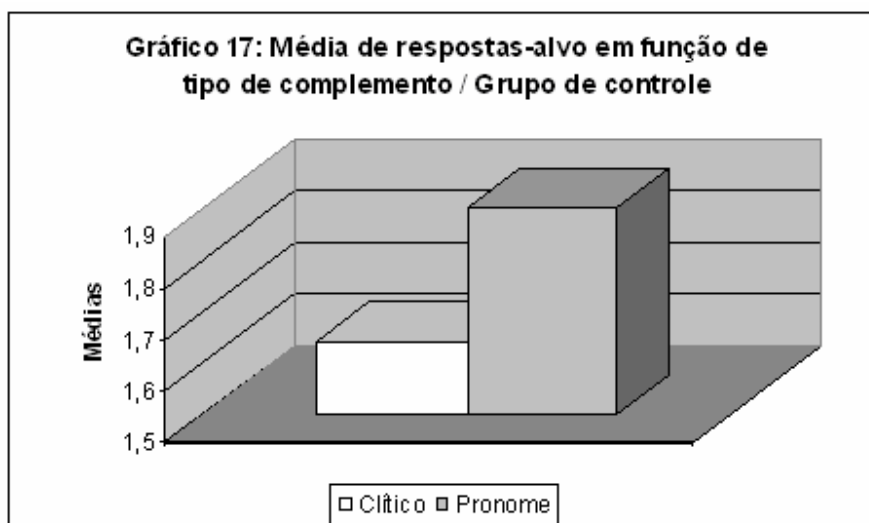
Obeve-se um efeito significativo de *gênero e língua* ($F(1,46)= 9,93$ $p=.003$) (médias: 0,43 Masc. PB, 0,3 Fem. PB; 0,26 Masc. ER, 0,44 Fem. ER) que corresponde ao reverso da tendência obtida com base nas respostas-alvo, quais sejam: maior número de erros para o masculino no PB e para o feminino no ER.



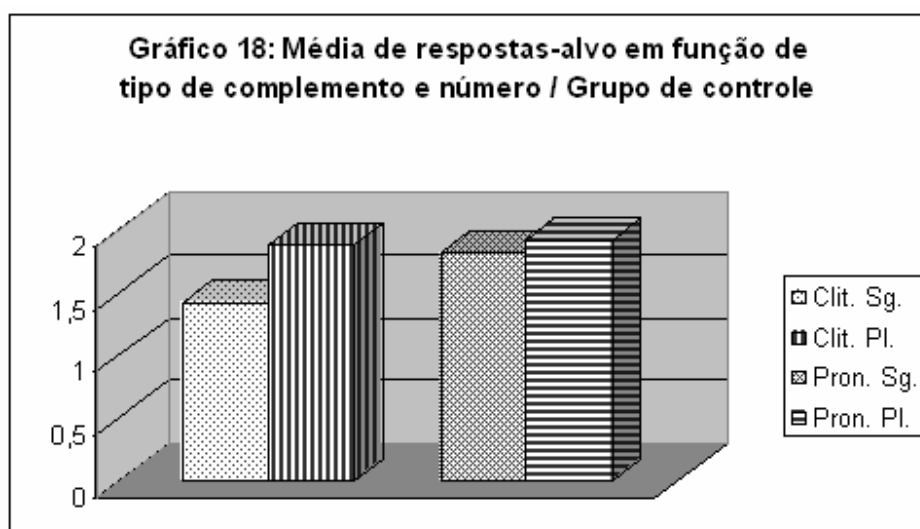
Por último, obteve-se um efeito significativo da interação entre *número*, *gênero*, *língua* e *idade* ($F(1,46) = 4,5$ $p = .04$) (médias: 0,54 Masc. Sg. PB G1, 0,3 Fem. Sg. PB G1, 0,45 Masc. Pl. PB G1, 0,28 Fem. Pl. PB G1; 0,25 Masc. Sg. PB G2, 0,4 Fem. Sg. PB G2, 0,5 Masc. Pl. PB G2, 0,2 Fem. Pl. PB G2; 0,43 Masc. Sg. ER G1, 0,76 Fem. Sg. ER G1, 0,51 Masc. Pl. ER G1, 0,6 Fem. Pl. ER G1; 0,04 Masc. Sg. ER G2, 0,15 Fem. Sg. ER G2, 0,077 Masc. Pl. ER G2, 0,23 Fem. Pl. ER G2). O feminino singular foi a condição que mais gerou respostas de escolha do distrator no G1 do ER, enquanto que no G1 do PB foi o masculino singular. Esses resultados também correspondem ao reverso da tendência obtida com base nas respostas-alvo.



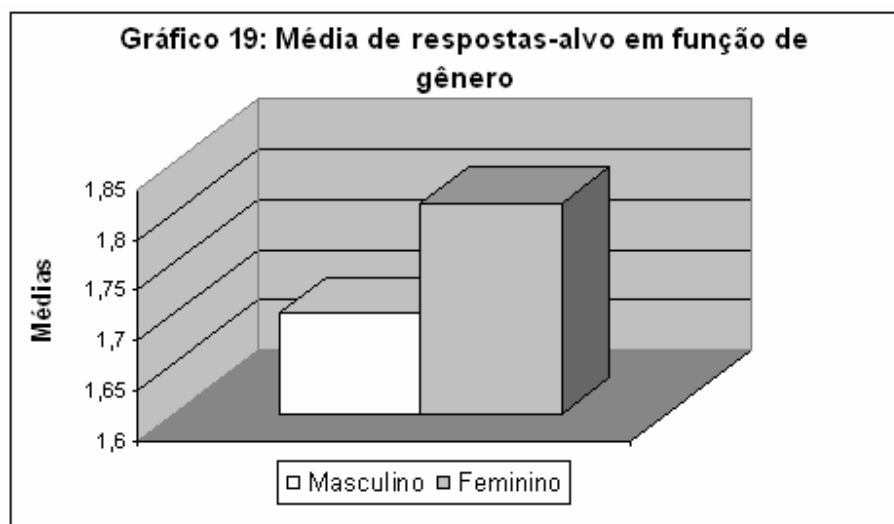
Além dos resultados das crianças, os resultados obtidos pelo grupo de controle também foram analisados por meio de um ANOVA com as mesmas características que as do grupo experimental ((2X2X2X2) (língua, tipo, gênero e número) sendo o primeiro considerado como fator grupal e as demais medidas repetidas). Essa análise revelou um efeito principal de *tipo de complemento* ($F(1,20) = 17,78$ $p < .001$) (médias: 1,64 clíticos e 1,9 pronomes). Esse resultado demonstra que, para os adultos independentemente de língua, as formas plenas facilitam o estabelecimento da referência pronominal, com um número significativamente maior de acertos para a condição pronome.



Foi registrado também um efeito significativo *de tipo de complemento e número* ($F(1,20) = 9,17$ $p = .01$) (médias: 1,43 clítico singular; 1,88 clítico plural; 1,82 pronome singular e 1,92 pronome plural). O maior número de acertos foi obtido com os pronomes plurais, enquanto que os clíticos singulares induziram maior número de erros. Esse resultado demonstra que o fato do clítico ser um elemento sem acento próprio é um fator que pode afetar a sua compreensão, mas unicamente nas formas singulares. Já o clítico plural, parece não envolver maior dificuldade que o pronome.



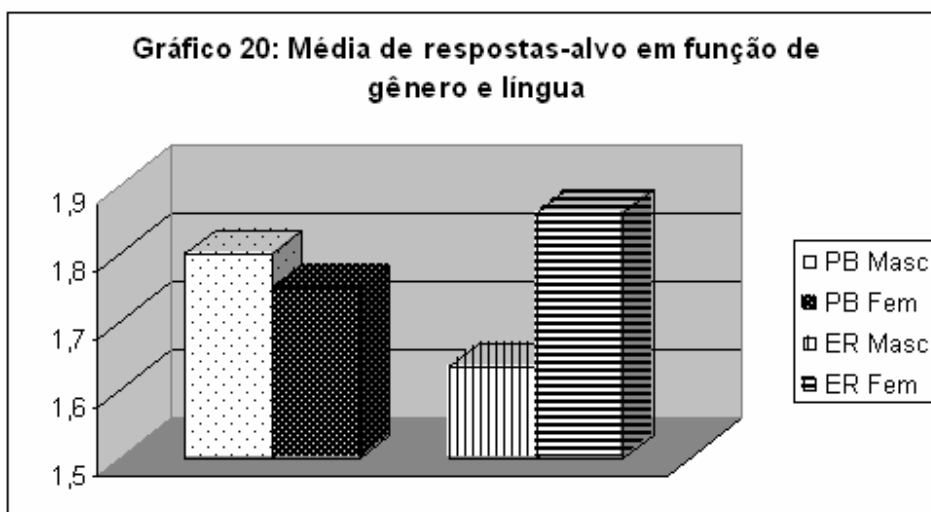
Obteve-se um efeito principal de *gênero* ($F(1,20)= 5,33$ $p=.03$) (médias: 1,7 masculino e 1,81 para o feminino). Esse resultado confirma o observado com as crianças: o gênero marcado facilita significativamente o estabelecimento da referência.



Registrou-se ainda um efeito significativo de *gênero e língua* ($F(1,20)= 7,96$ $p=.01$) (1,8 PB masculino e 1,75 PB feminino; 1,63 ER masculino e 1,86 ER feminino). É interessante observar que, enquanto as crianças do ER apresentavam um maior número de respostas-alvo para forma *default* (masculino singular), os adultos nessa língua exibem um comportamento semelhante ao das crianças do PB. Isto é, as formas mais marcadas são as que facilitam o estabelecimento da referência.

Os resultados dos adultos no ER, vêm sustentar a idéia de que as crianças adquirindo essa língua incorporam os complementos pronominais sem que estes sejam necessariamente representados como um conjunto de traços- ϕ . As respostas dos adultos mostram que uma vez que essa representação é feita, o estabelecimento da referência anafórica é realizado apenas com base na informação de gênero e número, sendo as formas mais marcadas as que facilitam sensivelmente o processamento dessas estruturas.

Já no PB, a diferença entre as duas condições (feminino e masculino) não é tão expressiva. De fato, os resultados demonstram uma preferência pelas formas masculinas, mas essa diferença não foi significativa.



Foi observado ainda um efeito significativo de *tipo e gênero* ($F(1,20)= 4,9$ $p=.04$) (médias: 1,54 clítico masculino, 1,73 clítico feminino, 1,87 pronome masculino, 1,88 pronome feminino).

Esses resultados confirmam a tendência que já era observada nas crianças com relação às formas mais marcadas. A forma menos marcada (clítico masculino) teve o menor número de acertos independentemente de língua e a média aumenta conforme as formas são mais +marcadas.

É importante salientar que nesse ponto em particular crianças e adultos se comportam de forma semelhante a partir do momento em que os complementos pronominais já estão representados no léxico como um conjunto de traços- ϕ . Até então, e isso fica claro nos resultados do G1 do ER, as crianças usam a estratégia *default* pelo elemento não-marcado na língua. No PB essa identificação dos traços é realizada mais cedo, visto que as crianças estão expostas a formas plenas nas quais os traços são mais visíveis, fato que facilitaria a tarefa.

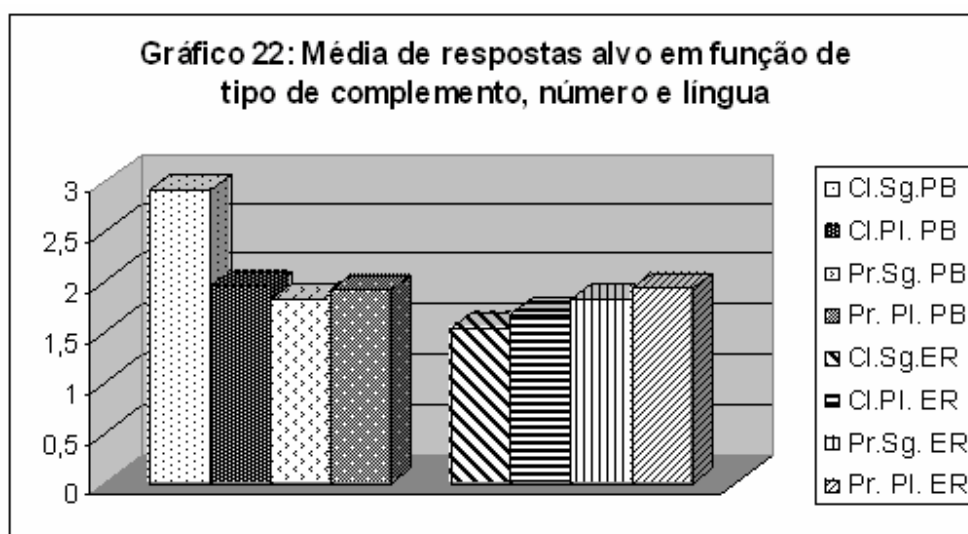


Houve também um efeito significativo de *tipo de complemento, número e língua* ($F(1,20) = 9,17$ $p = .01$) (médias: clítico sg. PB 2,9, clítico pl. PB 1,95, 1,82 pronome sg. PB, 1,91; clítico sg ER 1,54, 1,68 clítico pl. ER, 1,82 pronome sg. Er e 1,93 pronome pl. ER).

Diferentemente do que foi observado nas crianças, o maior número de acertos registrou-se para o PB com os clíticos singulares, enquanto que para o ER foi com os pronomes plurais. Contudo, esse último resultado é coerente com o registrado nas crianças no ER: os clíticos singulares apresentam informação menos perceptível nessa língua. Cumpre salientar que, embora os adultos considerassem os estímulos com os pronomes plenos “esquisitos”, eles não apresentavam problemas na hora de resolver a tarefa. Quando, depois do experimento, foram questionados sobre esse ponto, eles afirmavam ter achado estranho, mas ter sempre interpretado o complemento com base na concordância de gênero e número (traços- ϕ) e nunca como sendo dêiticos e, portanto, referindo a outro objeto (distrator) presente na cena.

Já com relação aos resultados do PB, a ocorrência de clíticos no *input* das crianças brasileiras é escassa e os adultos encontram-se muito mais familiarizados com os clíticos (enquanto forma padrão culta) do que as gerações mais novas, especialmente se é levado em conta o alto nível de escolaridade dos participantes do grupo de controle. De fato, alguns dos adultos expressaram depois do teste a sua rejeição pelas sentenças com formas plenas por achá-las fora da gramática culta. Essa diferença entre adultos e crianças pode explicar os padrões de

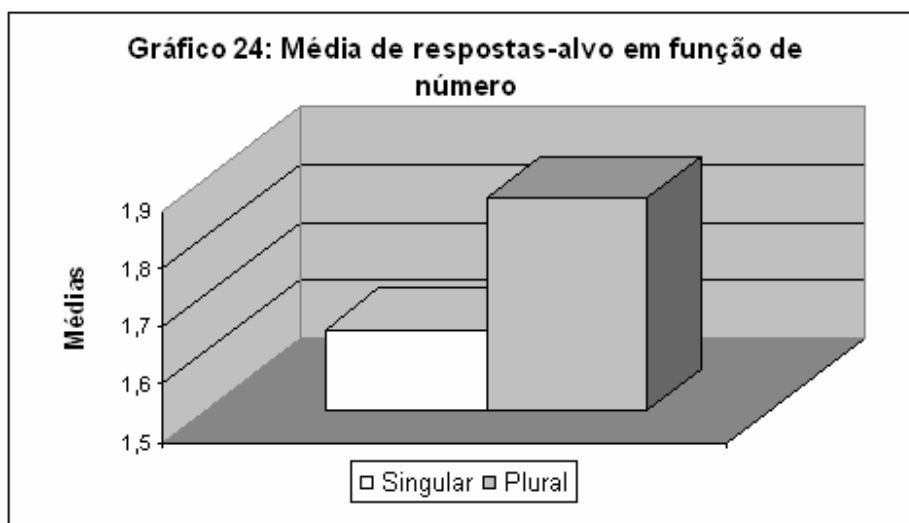
comportamento discrepantes. Esses mesmos resultados podem ser tomados como evidências de uma mudança em curso no interior da própria língua: o progressivo abandono dos complementos clíticos acusativos e a sua substituição pelas formas nominativas tônicas. As gerações mais novas interpretam mais consistentemente as formas que estão habituadas, enquanto os adultos, que já passaram por uma educação formal, ainda mantêm a preferência pela forma da variante padrão.



Registrou-se um efeito significativo da interação entre o *tipo de complemento*, *gênero e língua* ($F(1,20) = 8,1$ $p = .01$) (médias: 1,68 PB clit. masc, 1,63 PB clit. fem, 1,86 PB pron. masc, 1,86 PB pron. fem; 1,4 ER clit. fem, 1,82 ER clit. fem, 1,86 ER pron. fem, 1,91 ER pron. masc.). Esses resultados são compatíveis com o comportamento observado nas crianças das duas línguas. No ER o clítico masculino é a forma com os traços menos perceptíveis, fato que dificulta a sua interpretação. Já no PB a diferença na interpretação dos clíticos masculinos e femininos não foi significativa. Os pronomes plenos foram nas duas línguas as formas que mais facilitaram a interpretação, contudo, no ER o clítico feminino registrou um tratamento semelhante o que demonstra que gênero marcado é uma pista relevante na resolução da referência pronominal.



Por último, o efeito de *número* aproximou-se do nível de significância ($F(1,20) = 3,15$ $p = .09$) (médias: 1,64 para o singular e 1,87 para o plural). Esse resultado demonstra que a estratégia discursiva utilizada pelas crianças do G2 nas duas línguas subsiste em certa medida nos próprios adultos. É interessante relatar que houve um participante em cada língua que apresentou um comportamento semelhante ao das crianças de quatro anos, isto é, uma tendência pela escolha sempre do plural. É importante salientar que esse comportamento foi registrado nas duas línguas, fato que demonstra que não se trata de uma interpretação lingüisticamente determinada, mas, provavelmente, pragmática ou discursivamente controlada. A resposta pragmaticamente “preferida” frente aos estímulos do experimento seria pelo plural, mas o ponto do experimento era precisamente avaliar até que ponto outros fatores (como a informação semântica fornecida pelos traços- ϕ carregados pelo complemento) são levados em conta na resolução da referência dos complementos pronominais.



No que concerne à segunda variável analisada, isto é, escolha do distrator animado, nenhuma resposta desse tipo foi obtida pelo grupo de controle. Os adultos interpretaram o complemento pronominal como sendo sempre co-referente com algum elemento mencionado na própria sentença.

7.2.3

Conclusões

Os resultados do experimento 2 sugerem que crianças a partir dos 2 anos já distinguem o sistema pronominal de

da interface fônica, sem que isso, contudo, acarrete sua representação imediata como um feixe de traços- ϕ . A criança que adquire o PB lida com complementos pronominais lexicais, o que facilita a identificação dos traços interpretáveis de gênero e número nos mesmos.

Nas crianças mais velhas (G2) registrou-se uma tendência pela resolução da tarefa a partir do estabelecimento de paralelismos; isto é, os objetos da primeira sentença coordenada eram interpretados como sendo os complementos do verbo da segunda sentença. Essa estratégia também foi observada nos adultos, o que demonstra uma continuidade nos padrões de comportamento envolvendo fatores discursivos.

Foi observado que o estabelecimento da co-referência é regulado tanto por dependências gramaticais (estabelecimento da concordância entre o complemento pronominal e o referente) quanto por regras discursivas/pragmáticas (Edwards et al, 2003), inclusive nos adultos. A acessibilidade de possíveis referentes para o complemento pronominal parece ser especialmente influenciada pelo traço de gênero contido no pronome (Arnold et al, 2000).

Por último, cumpre destacar que, embora os adultos tenham cometido alguns

O PM apresenta um modelo de língua que prevê interação entre o sistema cognitivo da língua e sistemas conceptual/intencional de forma indiferenciada. Corrêa & Augusto (2006) discutem a possibilidade de esses sistemas serem considerados separadamente e identificam o primeiro (conceptual) com o que é usualmente caracterizado em termos de memória semântica, conhecimento enciclopédico, ou mesmo com estruturas conceptuais mais complexas na Psicologia Cognitiva. O sistema conceitual participaria diretamente da conceitualização da mensagem a ser produzida por um meio lingüístico. Sistemas intencionais, por sua vez, atuariam na constituição dos estados mentais que promovem as condições iniciais para o estabelecimento da referência a entidades e eventos numa situação de fala.

A “numeração” que dá início à produção de enunciados lingüísticos, parte de uma intenção de fala e da concepção de um tópico ou de uma mensagem equivalente a uma proposição, por parte do falante (Corrêa & Augusto, 2006).

No caso da produção, os sistemas conceptuais e intencionais interagiriam com traços semânticos e/ou formais de elementos do léxico de modo que a intenção de fala, a mensagem e sua adequação ao contexto de enunciação possam ser lingüisticamente codificadas. O resultado do acesso lexical assim motivado tornaria disponível o conjunto de elementos do léxico correspondente ao que é formalmente caracterizado em termos de uma Numeração.

Já no caso da compreensão, o ouvinte tem de reconhecer elementos particulares do léxico (possivelmente correspondente a um *array* ou *sub-array*) a partir da segmentação do sinal da fala em unidades prosódicas e do reconhecimento da forma fônica (lexemas), a qual daria acesso às propriedades correspondentes aos traços formais dos mesmos. Assim sendo, no processamento lingüístico, a computação parte do acesso aos traços formais (lemas) de elementos do léxico recuperados em função do estado mental do falante do qual se origina uma intenção de fala e uma mensagem que faz referência a entidades e eventos, apresentando-se ao ouvinte, num contexto de enunciação, com uma dada força ilocucionária transmitida na prosódia.

Nesse quadro, produção e compreensão podem ser pensadas como habilidades que não necessariamente se desenvolvem de forma paralela durante a aquisição. A compreensão em particular, quando estritamente dependente de informação gramatical (resolução da referência com base exclusiva nos traços- ϕ de

elementos pronominais), pode envolver um custo computacional de memória de trabalho extra.

8 Conclusões

A presente dissertação buscou caracterizar as habilidades de processamento no que diz respeito aos complementos pronominais acusativos de terceira pessoa na aquisição do PB e do ER. Com essa intenção, foram realizados experimentos com crianças 1 a 4 anos de idade.

Assumiu-se como hipótese de trabalho que o processamento da informação advinda das interfaces da língua com sistemas de desempenho se dá de forma diferenciada pelas crianças no PB e no ER em função das distinções existentes nos respectivos sistemas pronominais.

Com relação aos objetivos específicos aqui estabelecidos (cf. 1.3), verificou-se que, no ER a criança incorpora os complementos pronominais a partir da interface fônica, sem que isso, contudo, acarrete sua representação imediata como um feixe de traços- ϕ , sendo o valor *default* do clítico privilegiado na fase inicial. A criança que adquire o PB, por sua vez, tem de reconhecer as diferentes possibilidades de complemento pronominal em função da estrutura argumental do verbo e de processamento na interface semântica. Os resultados experimentais informam que há diferenças na interpretação do clítico acusativo e do pronome pleno em PB e ER. As diferenças no processamento das informações de gênero e de número nas duas línguas parecem ser consistentes com a hipótese de que no ER os complementos são adquiridos via fonologia (como posições a ser interpretadas morfologicamente), enquanto que no PB esses complementos seriam adquiridos através da interpretação semântica e *parsing* sintático (levando em conta fatores como ordem canônica). Esses resultados são também compatíveis com os dados levantados a partir do Experimento 1, que mostraram que crianças adquirindo ER são sensíveis à forma fônica do complemento pronominal acusativo de terceira pessoa. Nesse sentido, o processamento da informação advinda de PF (relativa à acento numa unidade prosódica) parece ser relevante para a aquisição desses complementos no ER.

Os resultados apresentados também sustentam a hipótese de que a partir do momento em que os complementos são representados no léxico como um conjunto de traços- ϕ pela criança, o processamento de relações pertinentes à interface semântica é semelhante no PB e no ER. O fato de crianças de 4 anos terem

desempenho semelhante independentemente de língua é consistente com essa afirmação, assim como os resultados obtidos pelo grupo de controle de adultos.

No que concerne a *animacidade* como pista que orientaria a aquisição dos complementos pronominais, a expectativa era de que o uso de pronomes tônicos, no PB, pudesse acarretar dificuldades de interpretação se *animacidade* fosse levada em conta, favorecendo uma interpretação alternativa à pretendida. Constatou-se, porém, que foram as crianças adquirindo ER as que cometeram um maior número de erros induzidos pela opção **animada*, escolhendo o objeto animado como sendo o referente do complemento pronominal, ou seja, o pronome tônico favoreceu essa escolha. Esses resultados sugerem que a distinção +/- animado na escolha do referente do elemento pronominal está deixando de ser operativa no PB, pelo menos no que concerne ao pronome lexical. A aparente perda dessa distinção já foi registrada em dados de falantes adultos, como foi informado no capítulo 5 desta dissertação. Os nossos resultados vem a reforçar essa intuição. Já no ER, ainda parece estar ativa na língua a restrição de que pronomes lexicais devem obrigatoriamente referir a entidades +animadas. Cumpre destacar que essa restrição pode ser relevante na aquisição dos pronomes pessoais nessa língua, não havendo, contudo, implicações diretas na aquisição dos complementos acusativos já que os clíticos podem ser utilizados indistintamente com entidades +/- animadas.

Com base na literatura disponível, foi salientado que observa-se uma assimetria entre os dados de produção e percepção, por uma parte e de compreensão, por outra. Segundo dados da fala espontânea, as crianças dominam muito cedo os complementos pronominais da sua língua. No que concerne à percepção, crianças de 1 ano de idade adquirindo ER demonstraram ser sensíveis à forma fônica do complemento pronominal. Resultados na tarefa de compreensão demonstraram, contudo, que a identificação do referente do complemento pronominal é uma tarefa complexa para crianças de até pelo menos 4 anos de idade. Essas assimetrias no desempenho das crianças foram discutidas à luz de um modelo de processamento (cf. capítulo 7).

Considera-se que os resultados dos experimentos ainda podem ser explorados. Planeja-se, em estudos futuros, replicar o experimento de escuta preferencial com crianças adquirindo PB, assim como também ampliar a amostra do ER, com o intuito de testar a hipótese de que a informação relativa ao complemento pronominal é consistentemente dada pelo clítico no ES, em contraste com o PB que

apresenta várias possibilidades. Sendo assim, alterações no clítico deverão ser mais perceptíveis no ER do que no PB.

A investigação acerca da aquisição de complementos pronominais no PB e no ER mostra-se compatível com a idéia de que a complexidade relativa do processamento dos complementos pronominais varia conforme a idade e a língua, contribuindo para a compreensão acerca dos fatores levados em conta na resolução da referência pronominal no processamento de relações de interface entre a língua e sistemas intencionais.

Referências bibliográficas

AGUADO OREA, J. *Adquisición de los complementos pronominales personales en español*. Madrid: Ediciones UAM, 2000.

ANDRADE, T.C. A criança: do arqui-reflexivo ao reflexivo. Um estudo sobre a aquisição em português. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997.

ARNOLD, J. E., EISENBAND, J. G., BROWN-SCHMIDT, S., & TRUESWELL, J. C. The immediate use of gender information: eyetracking evidence of the time-course of pronoun resolution. In: *Cognition*. v.76, B13-B26, 2000.

AUGUSTO, M. R.A. Dados de percepção/compreensão na produção na aquisição: representações gramaticais distintas? In: 7 Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem, 2006, Porto Alegre. Livro de resumos, p. 25-25, 2006.

_____. As relações com as interfaces no quadro minimalista generativista: uma promissora aproximação com a Psicolingüística. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (orgs.). *Lingüística e Cognição*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

_____. Novos olhares sobre a incongruência entre dados de percepção/compreensão e produção na aquisição: reflexões iniciais. Encontro Nacional do GT de Teoria da Gramática da ANPOLL, 4e 5/12 – USP, 2003.

_____.; CORRÊA, L.M.S. Marcação de gênero, opcionalidade e genericidade: processamento de concordância de gênero no DP aos dois anos de idade. In: *Revista Lingüística*. v.1:2, 2006.

_____.; FERRARI-NETO, J. ; CORRÊA, L. M. S. Explorando o DP: a presença da categoria NumP. In: *Revista de Estudos da Linguagem* da UFMG, 2006

BAAUW, S.; ESCOBAR, M.; PHILIP, W. A Delay of Principle B-Effect in Spanish Speaking Children: The Role of Lexical Feature Acquisition. In: SORACE, A., HEYCOCK, R. & SHILLCOCK, R. (Eds.) *Language Acquisition: Knowledge Representation and Processing*. Proceedings of GALA'97, HCRC, Edinburgh, 1997.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística General*. Vol. 1. México: Siglo XXI, 1974.

CAMACHO, V. Caracterización sintáctica y fonológica de los clíticos pronominales románicos y eslavos. In: *Actas del V Congreso de Lingüística General*, León, 2004.

_____. Cambio lingüístico y los pronombres átonos. In: *Lengua*. Revista de la Academia Nicaragüense, 30:195-208, 2005.

CARDINALETTI & STARKE. *The Typology of Structural Deficiency: on Three Grammatical Classes*. Paper presented at the Linguistic Symposium on Romance Languages: Los Angeles, 1994.

CASAGRANDE, S. A aquisição de objeto direto anafórico em PB. Trabalho apresentado no 7 Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem, 2006.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *O Programa Minimalista*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

_____. *Derivation by Phases*. MIT Occasional Papers in Linguistics, v. 18, Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, Department of Linguistic and Philosophy, MIT, 1999.

_____. Beyond Explanatory Adequacy. In: MIT Occasional Papers in Linguistics. v. 20, 2000.

CHRISTOPHE, A. The phonological phrases in early language acquisition. In: COSTA, J. ; FREITAS, M. J. (Eds.). Proceedings of the GALA'2001 Conference on Language Acquisition. Lisboa, 2002.

CORRÊA, L. M. S. Conciliando processamento lingüístico e teoria de língua no estudo da aquisição da linguagem: habilidades discriminatórias de bebês, categorias funcionais e a disponibilidade de um sistema computacional lingüístico. In: Corrêa, L. M. S. (org). *Aquisição da Linguagem e Problemas do Desenvolvimento Lingüístico*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-RJ, 2006a.

_____. O papel da língua no Déficit de Aprendizagem: referência e *ponto-de-vista* na expressão lingüística e um instrumento de avaliação de habilidades lingüísticas de crianças com problemas de aprendizagem. Projeto FAPERJ Programa Cientista do Nosso Estado, 2006b.

_____. O que, afinal, a criança adquire ao adquirir uma língua? O problema da aquisição da linguagem em três fases e o processamento de informação de interface ela criança. Conferência plenária apresentada no 7º ENAL- PUCRS, 2006c.

_____. Possíveis diálogos ente Teoria Lingüística e Psicolingüística: questões de processamento, aquisição e do Déficit Específico da Linguagem. In: MIRANDA, N. & NAME, M. C. (orgs.). *Lingüística e Cognição*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

_____. Aquisição da Linguagem: uma retrospectiva dos últimos trinta anos. In: *DELTA*, v. 15, N.º ESPECIAL, p. 339-383, 1999.

_____. ; AUGUSTO, M.R.A. Computação lingüística no processamento on-line: em que medida uma derivação minimalista pode ser incorporada em modelos de processamento? Comunicação apresentada em Mesa Inter-GTs no XXI Encontro Nacional da ANPOLL, PUC-SP, 2006.

_____. ; NAME, M.C. & FERRARI-NETO, J. O processamento de informação de interface na aquisição de gênero e de número no Português Brasileiro. In: *Letras de Hoje* v.39:4, p. 123-147, 2004.

CORVER, N. ; DELFITTO, D. *Feature Assymetry and the Nature of Pronoun Movement*. University of Utrecht. Manuscrito, 1993.

CYRINO, S.M.L. *O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1994/1997.

_____. Observações sobre a mudança diacrônica no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.) *Português Brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas, 1993.

_____, DUARTE, M.E.L. ;KATO, M. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese” In: KATO, M. ; NEGRÃO, E. (Eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main: Vervuert, 2000

DEMONTE, V. Dative Alternation in Spanish. In: *PROBUS*. v. 7:1, p. 5-30, 1995.

DOMÍNGUEZ, L. Interpreting Reference in Early Acquisition of Spanish Clitics. In: MONTRUL, S. ; ORDOÑEZ, F. (Eds.) *Linguistic Theory and Language Development in Hispanic Languages*. Selected Proceedings of the 4th Conference on the Acquisition of Spanish and Portuguese as First and Second Languages. Somerville: Cascadilla Press, 2003.

DUARTE, M.E.L. Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil. MA Thesis: PUC-SP. 1987.

_____. A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro. *Sínteses*, v.1, p.87-105, 1996.

_____, MATOS, G. ; FARIA, I. Specificity of European Portuguese Clitics in Romance. In: FARIA., I. ; FREITAS; L. (Eds). *Studies on the Acquisition of Portuguese*. Lisboa: APL /Edições Colibri, 1995.

_____. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Editora da UNICAMP., 1989.

EDWARDS, S. ; VARLOKOSTA, S. ; PAYNE, E. Pronominal reference and agrammatical comprehension. In: *Brain and Language*. v. 87, p. 21-22, 2003.

EISENCHLAS, S. Clitics in child Spanish. In: *First Language*. v.23:2, p.193-211, 2003.

FERNANDEZ SORIANO, O. El pronombre personal. Formas y distribuciones. Pronombres átonos y tónicos. In: BOSQUE, I. & DEMONTE, V. (Orgs.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Vol. III. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

FERRARI-NETO, J. Reconhecimento do número gramatical e processamento da concordância de número no sintagma determinante na aquisição do Português Brasileiro. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio, 2003.

FERREIRA, M. Argumentos nulos no Português Brasileiro. Dissertação de Mestrado. IEL, UNICAMP, 2003.

FITCH, W.T.; HAUSER, M.D.; CHOMSKY, N. The Evolution of Language Faculty: Clarifications and Implications. In: *Cognition*. v. 97, p.179-210, 2005

FRANCO, J. On Object Agreement in Spanish. Doctoral Dissertation, 1993.

FRANKS, S. Position paper: clitics in Slavic. In: *Workshop on Comparative Slavic morphosyntax*, Spencer, Indiana, 1998.

FUJINO, H. ; SANO, T. Some notes on Null Object Phenomenon in Child Spanish. In: *BUCLD 24 Proceedings*, HOWELL, S.C. (Ed). Somerville, MA: Cascadilla Press, 2000.

GALVES, C.M.C. *Ensaio sobre as gramáticas do Português*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. Agreement, Predication and Pronouns in the History of Portuguese. In: COSTA, J. (Org.). *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. OXFORD, 143-168, 2000.

_____. Do português clássico ao português moderno: uma análise minimalista. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*. v. 19, p. 105-127, 1997.

_____, RIBERO, I. ; TORRES MORAES, M.A. Syntax and Morphology in the Placement of Clitics. In: *Journal of Portuguese Linguistics*. v. 4:2, p.143-177, 2005.

GOUT, A. & CHRISTOPHE, A. O papel do bootstrapping prosódico na aquisição da sintaxe e do léxico. In: CORRÊA, L. M. S. (org). *Aquisição da Linguagem e Problemas do Desenvolvimento Lingüístico*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-RJ, 2006.

GROLLA, E. Pronomes resumptivos em português brasileiro adulto e infantil. In: *D.E.L.T.A.* v. 21:2, 2006.

GROPPI, M. Pronombres clíticos en el español de Montevideo. In: *Pragmalingüística*. v 5-6, p. 153-172, 1998.

_____. Variación en la expresión del objeto directo. Comunicação apresentada no III Congresso Brasileiro de Hispanistas. UFSC, Santa Catarina, 2004.

HAEGEMAN, L. *Introduction to Government & Binding Theory*. Great Britain: Blackwell, 1991.

HALPERN, A. *On the Placement and Morphology of Clitics*. Stanford, California: CSLI Publications, 1995.

_____. Clitics. In: SPENCER, A. ; ZWICKY, A.. *Handbook of Morphology*. Blackwell Handbooks in Linguistic, 1998.

HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. The Faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? In: *Science*, v. 298, p.1569-1579, 2002.

HORNSTEIN, N. ; NUNES, J. ; GROHMANN K. *Understanding Minimalism: An Introduction to Minimalist Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JAKUBOWICZ, C., NASH, Lea ; VAN DER VELDE, M. Inflection and Past Tense Morphology in French SLI . In: GREENHILL, A. (Ed.). *Proceedings of the 23rd annual Boston University Conference on Language Development – BUCLD*. Vol. 1. Cascadilla Press. p. 289-300, 1999.

_____. Determiners and Clitic Pronouns in French-speaking Children with SLI. In: *Language Acquisition*, v. 7(2-4), p.113-160, 1998.

KATO, M.A. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. *PROBUS*. v.11:1, p.1-37, 1999.

_____.; PAIVA RAPOSO, E. O objeto nulo definido no português europeu e no português brasileiro: convergências e divergências. In: *Atas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, Coimbra, 2000.

_____. Obje(c)tos e artigos nulos. Similaridades e divergências entre o português europeu e o português brasileiro. ABRALIN, 1999.

KAYNE, R.S. Romance Clitics, Verb Movement and Pro. In: *Linguistic Inquiry*. v. 22:4, p. 647-686, 1991.

_____. Null subject and clitic climbing. In: JAEGLY, O. ; SAFIR, K. (Eds) *The null subject parameter*. Kluwer Academic Publishers, 1989.

KLAVANS, J. The independence of syntax and phonology in cliticization. In: *Language*. v. 61, p. 95-120, 1985.

LEONETTI, M. Semantic and Syntactic Aspects of Specificity in Romance Languages. In: *Proceedings of Workshop* (Konstanz, October 2002), 2003.

LOPES, R. ; CYRINO, S. Animacy as a driving cue in change and acquisition in Brazilian Portuguese. In: International Conference on Linguistic Evidence, Tübingen. Pree-proceedings of the International Conference on Linguistic Evidence – empirical, theoretical and computational perspectives. Tübingen: Universität Tübingen. p. 86-90, 2004.

MADEIRA, A. M.. Clitic second in European Portuguese. In: *Probus*. v.5, p. 155-174, 1993.

MARINIS, T. The acquisition of clitic objects in Modern Greek: single clitics, clitics doubling, clitic left disclosure. In: *ZAS Papers in Linguistics*. v. 15, 2000.

MORGAN, J. ; K. DEMUTH (Eds). *Signal to Syntax. Bootstrapping from Speech to Grammar in Early Acquisition*. Mahwah, N.J.: LEA, 1996.

NAME, M. C. L. Habilidades perceptuais de crianças na aquisição do sistema de gênero do português. Tese de Doutorado. PUC-Rio, 2002.

_____. ; CORRÊA, L. M. S. Delimitação Perceptual de uma Classe Correspondente à Categoria Funcional D: Evidências da Aquisição do Português. In: *Fórum Lingüístico*. v.3:1, p. 55-88, 2003.

_____. ; CORRÊA, L. M. S. Young children sensitivity to determiners and the identification of the gender system in Portuguese. In: GALA Conference 2001 - Generative Approaches to Language Acquisition. Palmela: Gala, p.180-187, 2002.

NESPOR, M. & VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

PINHEIRO CORREA, P. A. ¿Por qué SSNN pronominales se duplican obligatoriamente? In:

www.ile.cce.ufsc.br/congresso/trabalhos_lingua/Paulo%20Antonio%20Pinheiro%20Correa.doc

- PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- POSTAL, M. P. On So-Called 'Pronouns' in English. In: REIBEL, D. & SCHANE, S. (Eds). *Modern Studies in English: Readings in Transformational Grammar*. New Jersey: Prentice Hall, 1969.
- RADFORD, A. *Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax*. Oxford: Blackwell, 1990.
- RAMOS, C.M.A. O clítico de terceira pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/espanhol peninsular. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas, 1999.
- RAPOSO, E. Clitic Positions and Verb Movement. In: COSTA, J. (Ed.) *Portuguese Syntax: new Comparative Studies*. Oxford Studies in Comparative Syntax. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____. Some Observations on the Pronominal System of Portuguese. In: *CatWPL* v.6, p. 59-93, 1998.
- RIVERO, M. L. On two locations for complement clitic pronouns. In: VAN KEMENADE, A ; VICENT, N. (Eds.) *Parameters of morphosyntactic*. Cambridge, 1997.
- SCHWENTER, S.A. Null Objects Across South America. In: Cascadilla Proceedings Project, 2005.
- SPORTICHE, D. Clitic Constructions. In: ROORYCK, J & ZARINGS, L. (Eds.). *Phrase Structure and the Lexicon*. Kluwer, 1993.
- STEPHANY, U. The acquisition of Greek. In: SLOBIN, D. (Ed.) *The crosslinguistic study of language acquisition*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1997.
- STIASNY, A. The Acquisition of Clitics in Croatian and Spanish and its Implications for Syntactic Theory. Doctoral Dissertation. University of Michigan, 2006.
- TORREGO, E. On the nature of clitic doubling. In: CAMPOS, H. ; KEMPCHINSKY, P. (Eds.) *Evolution and Revolution in Linguistic Theory*. Washington: Georgetown University Press, 1995.
- TORRENS, V & WEXLER, K. The acquisition of clitic-doubling in Spanish. In: POWERS, S. & HAMANN, C. (Ed.) *The acquisition of scrambling and cliticization*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000.
- TORRES MORAIS, M.A. EPP Generalizado, Sujeito Nulo e Línguas de Configuração Discursiva. In: *Letras de Hoje*. v.38:1, 2003.
- URIAGEREKA, J. Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance. In: *Linguistic Inquiry*. v.26:1, p. 79-123, 1995.
- _____. *An F position in Western Languages*. Paper presented at the GLOW Colloquium. Univesity of Lisbon, 1992.

WAXMAN, S. R. Tudo tinha um nome, e de cada nome surgia um novo pensamento. In: CORRÊA, L. M. S. (Org.) *Aquisição da Linguagem e Problemas no desenvolvimento lingüístico*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edições Loyola/Editora da PUC-Rio, 2006.

WEXLER, K. – GAVARRÓ, A ; TORRENS, V. Feature Checking and Object Clitic Omission. In: Workshop on Acquisition, Going Romance, Rijksuniversiteit Groningen, 2002.

ZWICKY, A . On clitics. Ph.D. dissertation, Indiana University, 1977.

10 Apêndice – Estímulos experimentais

Experimento 1

1. (NOR)

El conejo encontró una zanahoria. **La** agarró y **la** comió. Después, encontró un tomate. **Lo** olió, **lo** agarró con cuidado y **lo** comió. Entonces, vio más zanahorias. **Las** agarró y **las** comió de un mordiscón. Por último, vio dos repollos grandes y verdes. **Los** miró un rato, **los** olió de cerca y también se **los** comió. Entonces, el conejo se miró la pancita, se **la** palmeó dos veces, estiró las patitas, **las** movió un poquito y se durmió.

1. (MOD)

El conejo encontró una zanahoria. **Fi** agarró y **Fi** comió. Después, encontró un tomate. **Fu** olió, **Fu** agarró con cuidado y **Fu** comió. Entonces, vio más zanahorias. **Fis** agarró y **Fis** comió de un mordiscón. Por último, vio dos repollos grandes y verdes. **Fus** miró un rato, **Fus** olió de cerca y también se **Fus** comió. Entonces, el conejo se miró la pancita, se **Fi** palmeó dos veces, estiró las patitas, **Fis** movió un poquito y se durmió.

2. (NOR)

Al chanchito le encantan las frutas y **las** come todos los días. Ayer encontró una manzana y **la** comió. Después vio dos melones, **los** partió y **los** comió enteritos. Enseguida encontró tres bananas. **Las** peló y **Las** comió apurado. Vio cuatro tomates. **Los** arrancó y **Los** comió sin respirar. En un charco, encontró una naranja. **La** empujó con el hocico, **la** mordió y **la** tragó. Quedó todo embrarrado y con una panzota... Hoy le duele la barriguita.

2. (MOD)

Al chanchito le encantan las frutas y **Fis** come todos los días. Ayer encontró una manzana y **Fi** comió. Después vio dos melones, **Fus** partió y **Fus** comió enteritos. Enseguida encontró tres bananas. **Fis** peló y **Fis** comió apurado. Vio cuatro tomates. **Fus** arrancó y **Fus** comió sin respirar. En un charco, encontró una naranja. **Fi** empujó con el hocico, **Fi** mordió y **Fi** tragó. Quedó todo embrarrado y con una panzota... Hoy le duele la barriguita.

3. (NOR)

Al sapo le gusta mucho su sombrero azul. **Lo** lava, **lo** cepilla con cuidado y siempre **lo** usa para pasear. Al sapo no le gustan las medias. Por eso no **las** lava, ni **las** cepilla y tampoco **las** usa para salir. Un día el sapo encontró un sombrero que tenía forma de media. **Lo** miró, pensó un poco y se **lo** puso. Pero nunca **lo** lavó ni **lo** cepilló y sólo **lo** usa para estar en casa.

3. (MOD)

Al sapo le gusta mucho su sombrero azul. **Fu** lava, **Fu** cepilla con cuidado y siempre **Fu** usa para pasear. Al sapo no le gustan las medias. Por eso no **Fis** lava, ni **Fis** cepilla y tampoco **Fis** usa para salir. Un día el sapo encontró un sombrero que tenía forma de media. **Fu** miró, pensó un poco y se **Fu** puso. Pero nunca **Fu** lavó ni **Fu** cepilló y sólo **Fu** usa para estar en casa.

4. (NOR)

La tortuga sólo come lechuga. **La** lava con agua fría, **la** corta y **la** prepara en ensalada. Ayer llamó al conejo y **lo** invitó a comer. Después, llamó a la vaca y **la** invitó también. Encontró al sapo y también **lo** invitó. La tortuga preparó una ensalada de lechuga y zanahoria. Juntó todo, **lo** lavó con agua fría, **lo** cortó y **lo** condimentó con perejil. La tortuga es una amiga genial, todos **la** quieren mucho.

4.(MOD)

La tortuga sólo come lechuga. **Fi** lava con agua fría, **Fi** corta y **Fi** prepara en ensalada. Ayer llamó al conejo y **Fu** invitó a comer. Después, llamó a la vaca y **Fi** invitó también. Encontró al sapo y también **Fu** invitó. La tortuga preparó una ensalada de lechuga y zanahoria. Juntó todo, **Fu** lavó con agua fría, **Fu** cortó y **Fu** condimentó con perejil. La tortuga es una amiga genial, todos **Fi** quieren mucho.

Experimento 2

! Pré-testes (PB)

A gata encontrou uma bola

[bola – presente – macaco – chapéu]

O sapo encontrou um livro e uma bolsa

[livro – bolsa - vaca – cachorro]

O coelho encontrou uma cenoura

[cenoura – bala – macaca – vaca]

A borboleta encontrou uma flor e um pirulito

[flor – pirulito – porco – meia]

! Senteças experimentais (PB)

O coelho pegou uma banana e uma bala e mordeu **elas** duas vez

[banana – bala – macaca – vaca]

O sapo procurou uma meia e uma flor e **as** pegou com cuidado

[meia – flor – borboleta – macaca]

A borboleta viu um sapato e uma meia e **a** cheirou suavemente

[sapato – meia – vaca – gato]

A macaca pegou uma bala e um lápis e **o** jogou no chão

[bala - lápis - coelho – cachorro]

O porco encontrou um sapato e uma meia e **o** sujou de lama

[sapato – meia –gato – borboleta]

O porco pegou uma bala e um pirulito e jogou **ele** no chão

[bala – pirulito – macaco - vaca]

A vaca encontrou uma banana e uma cenoura e molhou **elas** um pouco

[banana – cenoura – borboleta – macaca]

O coelho comprou um presente e uma bola e **os** levou para casa

[presente – bola – sapo – gata]

O coelho encontrou uma cenoura e um tomate e **a** mordeu com força

[cenoura – tomate – macaca – sapo]

O macaco achou uma banana e um bolo e beliscou **eles** duas vezes

[banana – bolo – cachorro – gata]

O cachorro encontrou um bolo e uma flor e cheirou **ela** de perto

[bolo – flor – porco – gata]

O sapo lavou uma cenoura e uma banana e **as** secou com uma toalha

[cenoura – banana – gata – macaca]

O gato viu um bolo e uma flor e cheirou **ele** de perto

[bolo – flor – cachorro – macaco]

A borboleta encontrou uma bala e um lápis e levou ela para casa

[bala – lápis – gata – macaco]

A macaca lavou um chapéu e uma bolsa e secou eles um pouco

[chapéu – bolsa – cachorro – vaca]

A gata encontrou uma bolsa e um lápis e os olhou de perto

[bolsa – lápis - cachorro – borboleta]

! Pré-testes (ER)

El gato encontró una pelota.

[pelota - banana – mono –perro]

La mona encontró un sombrero y una cartera.

[sombrero – cartera - vaca – chancho]

El conejo encontró una zanahoria.

[zanahoria – banana – mona – gata]

La mariposa encontró una flor y un chupetín

[flor – chupetín – chancho – media]

! Senteças experimentais (ER)

El sapo encontró una cartera y un sombrero y lo agarró apurado

[cartera – sombrero – mono – perro]

El perro encontró un caramelo y un chupetín y los miró de cerca

[caramelo – chupetín – gato – gata]

El chancho encontró una torta y un tomate y la llevó a su casa

[torta – tomate – vaca – conejo]

El perro encontró un tomate y una flor y olió él de cerca.

[tomate – flor – gato – sapo]

El conejo agarró una zanahoria y una torta y mordió ellas dos veces

[zanahoria – torta – mona – vaca]

El perro encontró un zapato y una flor y olió ella con cuidado

[zapato – flor – chancho – gata]

El chancho encontró un zapato y una media y lo ensució con barro

[zapato – media –conejo –mariposa]

La mariposa vio un zapato y una media y la olió suavemente

[zapato – media – vaca – sapo]

El conejo compró una pelota y un regalo y los llevó para su casa

[pelota – regalo - gata – mono]

La mona buscó una media y una cartera y **las** limpió con cuidado

[media – cartera – gata – vaca]

El mono agarró una pelota y un caramelo y tiró **él** al piso

[pelota – caramelo– perro - vaca]

La vaca buscó una banana y una zanahoria y mojó **ellas** un poco

[banana – zanahoria – gata – mona]

El mono agarró una torta y una banana y **las** mordió dos veces

[torta – banana – vaca – gata]

El gato encontró una pelota y un zapato y pateó **ellos** muy lejos

[pelota –zapato – sapo – mariposa]

El sapo encontró una flor y un caramelo y llevó **ella** para su casa

[flor – caramelo – mariposa – conejo]

La mona lavó un sombrero y una cartera y secó **ellos** un poco

[sombrero – cartera – perro – mono]

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)